



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
Centro de Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Geografia - PP GEO



CLETA GONÇALVES DE OLIVEIRA SENA

**A AGRICULTURA FAMILIAR DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO VALE DO GAMELEIRA NO MUNICÍPIO DE PONTO
CHIQUE - MINAS GERAIS**

**Montes Claros/MG
2017**

CLETA GONÇALVES DE OLIVEIRA SENA

**A AGRICULTURA FAMILIAR DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO VALE DO GAMELEIRA NO MUNICÍPIO DE PONTO
CHIQUE - MINAS GERAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia

Área de concentração: Dinâmica e Análise Espacial

Linha de Pesquisa: Produção dos espaços urbanos e rurais

Orientadora: Profª Drª. Ana Ivania Alves Fonseca

**Montes Claros/MG
2017**

S474a

Sena, Clea Gonçalves de Oliveira.

A agricultura familiar desenvolvida pela associação dos pequenos produtores rurais do Vale do Gameleira no município de Ponto Chique – Minas Gerais [manuscrito] / Clea Gonçalves de Oliveira Sena. – Montes Claros, 2017.

150 f. : il.

Bibliografia: f. 130-142.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO, 2017.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Ivânia Alves Fonseca.

1. Políticas públicas - Norte de Minas. 2. Agricultura familiar. 3. Vale do Gameleira – Ponto Chique (MG). I. Fonseca, Ana Ivânia Alves. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

**A AGRICULTURA FAMILIAR DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO VALE DO GAMELEIRA NO MUNICÍPIO DE PONTO
CHIQUE - MINAS GERAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia

Área de concentração: Dinâmica e Análise Espacial

Linha de Pesquisa: Produção dos espaços urbanos e rurais

Orientadora: Prof^a Dr^a. Ana Ivania Alves Fonseca

Montes Claros, 25 de Julho de 2017.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Ivania Alves Fonseca
Universidade Estadual de Montes Claros

Prof. Dr. Cássio Alexandre da Silva
Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a. Dr^a. Maria Araci Magalhães
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

Dedico este trabalho às pessoas mais presentes em minha vida: minhas filhas, Ana Júlia e Melissa, meus melhores presentes, e meu marido e companheiro de todas as horas, Rogério que, de forma brilhante, me deu condições para vencer!

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, por ter me permitido chegar até aqui, e por Seu amor incondicional, e no qual posso todas as coisas.

Aos meus familiares, que sempre me apoiaram incondicionalmente, que apostaram em mim mais do que ninguém, e que seguramente são os que mais compartilham da minha alegria: minhas filhas Melissa e Ana Júlia, meu marido e companheiro Rogério, meus pais Claudionor e Vileide, meus irmãos Leidla, Viviane e Bruno. Obrigada pelo apoio, companheirismo, amizade, compreensão e orações.

A minha orientadora, Professora Doutora Ana Ivania Alves Fonseca, pela confiança depositada em mim, mesmo diante das minhas limitações, pelo carinho, disponibilidade, amizade e ensinamentos.

Meus respeitosos agradecimentos aos Professores Doutores Cássio Alexandre da Silva e Maria Araci Magalhães, por aceitarem contribuir com este trabalho como membros da banca de defesa e a Professora Doutora Maria Augusta Mundim Vargas, pelas importantes contribuições e sugestões na banca de qualificação.

A todos os professores do curso Mestrado em Geografia da Unimontes e a Unimontes por abrirem as portas para que eu pudesse realizar este sonho.

A Dulce Pereira e Henrique Dourado, pelo incentivo, a paciência e as dicas na construção do projeto de Mestrado.

A todos os colegas do mestrado, em especial, a Silviane, pela amizade, carinho, companheirismo e parceria durante toda esta caminhada. Obrigada pelo apoio na confecção dos mapas utilizados neste trabalho. Seu auxílio foi de fundamental importância.

Agradeço de forma especial a Daniela Mendonça, pela amizade, disponibilidade e por me acolher em sua casa e a meus queridos cunhados Mônica e Alberto por me receberem com tanto carinho em sua residência.

À Tânia, pelas revisões, leituras, trocas de emails durante as madrugadas, dicas e sugestões. Obrigada por compartilhar seus conhecimentos comigo.

Agradeço também aos meus cunhados, Geovane e Varleia, Junior e Kátia, Eunice e Denerson, Ricardo, Caio, meus sogros Gildete e Cloves e meus sobrinhos Franciele e Thiago pelo incentivo e apoio. Muito Obrigada.

Aos funcionários da Escola Estadual Fernão Dias e SRE-Pirapora, especialmente as Juscilene, Marilda e Regina, pela disponibilidade, gentileza e amizade.

Aos membros da Associação de Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleiras que me receberam com todo carinho e cuidado em suas residências e participaram espontaneamente deste trabalho. Por causa deles é que esta dissertação se concretizou. Vocês merecem o meu eterno agradecimento.

Enfim, expresso os meus sinceros agradecimentos a todos àqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretização deste trabalho.

*Eu queria decifrar as coisas que são importantes. [...].
Queria entender do medo e da coragem,
e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos,
dar corpo ao suceder.
O que induz a gente para más ações estranhas,
é que a gente está pertinho do que é nosso, por direito,
e não sabe, não sabe, não sabe! [...]
Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei.
Um grande sertão!
Não sei.
Ninguém ainda não sabe.
Só umas raríssimas pessoas - e só essas veredas, veredazinhas.
(ROSA, 1970, p.79).*

RESUMO

Atualmente o Brasil ocupa posição privilegiada no âmbito da produção de alimentos, o país tem capacidade de atender a demanda interna e vender o excedente para outros países. A agropecuária brasileira se modernizou e alcançou ampla produção gerando riqueza. No entanto, os investimentos realizados no campo, no Brasil, não aconteceram de forma igualitária, provocando grandes desigualdades sociais, traçando um perfil diferente para cada região, devido sua história, características e oportunidades de acesso às políticas públicas. De tal modo, os pequenos produtores, mesmo tendo acesso a um pequeno pedaço de terra, não tinham políticas públicas que favorecessem a sua produção e nem a manutenção da terra. Esta situação durou até a década 1990 e somente nesse período, o Governo Brasileiro estabeleceu medidas que contribuíram para o desenvolvimento da Agricultura Familiar e a manutenção do homem no seu local de origem. Porém, há controvérsias sobre o alcance e a equidade dessas políticas públicas. Nesse sentido, um dos pontos fundamentais a serem discutidos, é saber em que proporção os benefícios oferecidos pelas políticas públicas chegam a todos. O objetivo geral deste trabalho é analisar em que medida as políticas públicas beneficiaram os agricultores familiares, em especial aos agricultores da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleira. Associação composta por 21 famílias que praticam a agricultura familiar, a qual está estabelecida no município de Ponto Chique-MG. Para tanto, utilizamos como metodologia, primeiramente a pesquisa bibliográfica sobre a temática estudada, na qual foram contextualizados os conceitos de políticas públicas, agricultura familiar e multifuncionalidade. Em seguida foram feitas, pesquisa de campo, coleta e tabulação de dados. Nos trabalhos de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas que possibilitou a coleta de informações e proporcionou a identificação das particularidades dos agricultores familiares dos associados do Vale do Gameleira, permitindo-nos entender em que medida as políticas públicas propiciou a permanência dessas famílias no campo, além de discutir o papel das associações rurais como uma nova forma de organização e fortalecimento do agricultor familiar.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Norte de Minas, Agricultura Familiar.

ABSTRACT

Currently Brazil occupies a privileged position in the food production area, the country has the capacity to meet domestic demand and sell the surplus to other countries. Brazilian agriculture and livestock sector has modernized and reached a wide production generating wealth. However, the investments made in the field in Brazil did not happen in an egalitarian way, provoking great social inequalities, drawing a different profile for each region, due to its history, characteristics and opportunities of public policies access. Thus small producers, even having access to a small piece of land, did not have public policies that favored their production or maintenance of land. This situation lasted until the 1990s and only then did the Brazilian Government establish measures that contributed to the development of Family Agriculture and the maintenance of man in his place of origin. However, there is controversy over the scope and equity of these public policies. In this sense, one of the fundamental points to be discussed is to know to what extent the benefits offered by public policies reached all unrestrictedly. The general objective of this study is to analyze the extent to which public policies have really benefited family farmers, especially farmers in the Gameleiras Valley Small Farmers Association (*Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleiras*). The association composed by 21 families who practice family farming, which is established in the municipality of Ponto Chique-MG. To do so, we used as a methodology, first the bibliographic research on the subject studied, in which the concepts of public policies, family agriculture and multifunctionality were contextualized. After this, a field research, data collection and tabulation was done. Fieldwork was carried out on semi-structured interviews that enabled the information collection and provided the particularities of the family farmers of the Gameleiras Valley associates recognition, allowing us to understand the extent to which public policies allowed these families permanence in the field, In addition to discussing the role of rural associations as a new way of organizing and strengthening family farming.

Key words: Public Policies, Northern Minas, Family Agriculture

LISTAS DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACS:	Agente Comunitário de Saúde
ADI:	Associação de Desenvolvimento Internacional
ANATER:	Agência Nacional de Assistência Técnica
APL:	Arranjos Produtivos Locais
BIRD:	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES:	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BSM:	Plano Brasil Sem Miséria
CEF:	Caixa Econômica Federal
CFT:	Comissão de Finanças e Tributação
CNPJ:	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CODEVASF:	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONSAD:	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA:	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG:	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CRAS:	Centro de Referência de Assistência Social
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA:	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER:	Empresa Brasileira de Assistência Técnica a Extensão Rural
ESF:	Estratégia de Saúde da Família
FAO:	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAPEMIG:	Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Minas Gerais
FETRAF:	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FGV:	Fundação Getúlio Vargas
FIEMG:	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FJP:	Fundação João Pinheiro
FUNATURA:	Fundação Pró Natureza
FUNFERTIL:	Fundo de Estímulos Financeiros ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais
GEDAP:	Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração

GGPAA:	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
GTP APL	Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICSID:	Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos
IDH:	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M:	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEL:	Instituto Euvaldo Lodi
IF:	Institutos Federais
INCRA:	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA:	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA:	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MEI:	Microempreendedor Individual
MFN:	Ministério da Fazenda Nacional
MIGA:	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
MIRAD:	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MLST:	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MPA:	Movimento dos Pequenos Agricultores
MRPP:	Microrregião de Patos de Minas e Patrocínio
MST:	Movimento Sem Terra
MTL:	Movimento Trabalho e Liberdade
OCDE:	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG:	Organização Não Governamental
PAA:	Programa de Aquisição de Alimentos
PFZ:	Programa Fome Zero
PIB:	Produto Interno Bruto
PNAE:	Programa Nacional de Alimentação escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROAGRO:	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF:	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAPE:	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PSF:	Programa Saúde da Família
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SAF:	Secretaria de Agricultura Familiar

SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEBRAE:	Federação das Indústrias e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDA	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário
SEF/MG:	Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
SERASA:	Centralização de Serviços dos Bancos
SFI:	Sociedade Financeira Internacional
SISAN:	Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional
SNCR:	Sistema de Crédito Rural
SPC:	Serviço de Proteção ao Crédito
STR:	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDENE:	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS:	Sistema Único de Saúde
TMAP:	Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
UFMG:	Universidade Federal de Minas Gerais
UNICAMP:	Universidade Estadual de Campinas
UNIMONTES:	Universidade Estadual de Montes Claros
WWF:	World Wide Found for Nature ou “Fundo Mundial para a Natureza”

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01	Arredores do Vale do Gameleiras	22
Figura 02	Região da Associação	22
Figura 03	Residência do agricultor Familiar da Associação Vale do Gameleiras	59
Figura 04	Imediações da Moradia	59
Figura 05	Gráfico de Distribuição Regional dos Recursos do PRONAF (1996 a 2008)	67
Figura 06	Mapa 1 - Mesorregiões do Estado de Minas Gerais – IBGE	69
Figura 07	Mapa das Mesorregiões Numeradas	69
Figura 08	Mapa das Microrregiões do Estado de Minas Gerais	69
Figura 09	Mapa da Mesorregião Campo das Vertentes	71
Figura 10	Mapa da Mesorregião Central Mineira	72
Figura 11	Mapa da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha	73
Figura 12	Mapa da Mesorregião Região Metropolitana de Belo Horizonte	75
Figura 13	Mapa da Mesorregião Nordeste de Minas	77
Figura 14	Mapa da Mesorregião Norte de Minas Gerais	79
Figura 15	Mapa da Mesorregião Oeste de Minas Gerais	81
Figura 16	Mapa da Mesorregião Sul/Sudeste de Minas Gerais	82
Figura 17	Mapa da Mesorregião Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba	83
Figura 18	Mapa da Mesorregião do Vale do Mucuri	85
Figura 19	Mapa da Mesorregião do Vale do Rio Doce	86
Figura 20	Mapa da Mesorregião Zona da Mata	88
Figura 21	Gráfico de Percentuais de Participação no Total de Agricultores Familiares, Mesorregiões geográficas de Minas Gerais, 2013	92
Figura 22	Paisagem típica dos arredores das residências dos associados do Vale do Gameleiras	101
Figura 23	Vista externa da residência de um dos associados do Vale do Gameleiras.	101
Figura 24	Mapa de Localização do município de Ponto Chique-MG na mesorregião Norte Minas.	102
Figura 25	Gráfico da evolução do rebanho Bovino do Município de Ponto Chique-MG do ano de 2014.	106
Figura 26	Gráfico Produto Interno Bruto do Município de Ponto Chique-MG do ano de 2014.	107
Figura 27	Rio Gameleiras	108
Figura 28	Rede de água encanada nas residências dos associados	109
Figura 29	Resultado da Análise sobre a Idade dos Moradores	113
Figura 30	Análise sobre a Quantidade de Filhos dos Moradores do Vale do Gameleira	114
Figura 31	Resultado sobre o Tipo de Propriedade do Vale do Gameleira	115

Figura 32	Utilização do PRONAF	116
Figura 33	Caixas D' água do Programa Água Para Todos	117
Figura 34	Atividade econômica: Pecuária Leiteira	119

LISTAS DE QUADROS

Quadro 01	Indicadores de Pobreza no Brasil, Minas Gerais, Norte De Minas e Ponto Chique	40
Quadro 02	Distribuição dos agricultores familiares por região do Brasil - 2006	42
Quadro 03	Taxa de pobreza absoluta em 2008 e projetada em 2016 (em %)	56
Quadro 04	PRONAF – Safra 2014/2015	67
Quadro 05	Dados por Mesorregião: Área Territorial e Densidade Demográfica	90
Quadro 06	Dados por Mesorregião: Número de Estabelecimentos da Agricultura Familiar	91
Quadro 07	Dados por Mesorregião: Total de Agricultores Familiares	92
Quadro 08	Produção Agrícola Temporária do Município de Ponto Chique	104
Quadro 09	Pecuária do Município de Ponto Chique	105
Quadro 10	Associados Entrevistados	111
Quadro 11	Número aproximado de Moradores por Mesorregião de Minas Gerais	124
Quadro 12	Consolidado sobre os Dados Locais e Estadual	126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I.....	23
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA	23
1.1 História da Agricultura no Brasil na Perspectiva Econômica	23
1.2 Avanço da Agricultura no Cerrado Brasileiro.....	28
1.3 Agricultura Familiar: modo sustentável de corrigir problemas sociais e econômicos	31
1.4 Desenvolvimento e Pobreza no Campo.....	37
1.5 Políticas Públicas para a Agricultura Empresarial	42
1.6 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar.....	47
1.6.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.....	48
1.6.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	51
1.6.3 Programa Fome Zero.....	52
1.6.4 Plano Brasil Sem Miséria.....	54
1.7 As Associações Rurais: uma nova forma de organização para o fortalecimento do agricultor familiar	56
CAPÍTULO II	59
CONSIDERAÇÕES SOBRE A MULTIFUNCIONALIDADE E A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL, EM MINAS GERAIS E NO NORTE DE MINAS	59
2.1 O Reconhecimento da Agricultura Familiar no Brasil	62
2.2 A Agricultura Familiar no Estado de Minas Gerais	67
2.2.1 Agricultura Familiar no Campo das Vertentes.....	70
2.2.2 Agricultura Familiar na Central Mineira.....	71
2.2.3 Agricultura Familiar no Vale do Jequitinhonha.....	73
2.2.4 Agricultura Familiar na Região Metropolitana de Belo Horizonte	75
2.2.5 Agricultura Familiar no Noroeste de Minas.....	76
2.2.6 Agricultura Familiar no Norte de Minas Gerais.....	78
2.2.7 Agricultura Familiar no Oeste de Minas	80
2.2.8 Agricultura Familiar no Sul/Sudeste de Minas	81
2.2.9 Agricultura Familiar no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.....	82
2.2.10 Agricultura Familiar no Vale do Mucuri.....	83
2.2.11 Agricultura Familiar no Vale do Rio Doce	85
2.2.12 Agricultura Familiar na Zona da Mata	87
2.3 Síntese da Agricultura Familiar no Estado de Minas Gerais: multifuncionalidades.....	88
2.4 A Multifuncionalidade da Agricultura Familiar.....	93
2.4.1 Função Social	96
CAPÍTULO III	101

O MUNICÍPIO DE PONTO CHIQUE E AS POLÍTICAS PARA OS ASSOCIADOS DO VALE DO GAMELEIRA.....	101
3.1 O Espaço Rural e a Agricultura Familiar do Município de Ponto Chique (MG).....	101
3.2 Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleiras.....	107
3.2.1 Dados do Questionário	111
3.3 Problemas e Soluções Sociais encontrados no Vale do Gameleira.....	118
3.4 A Importância das Políticas Públicas para a Permanência dos Agricultores da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleira no seu local de origem.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS:.....	129
ANEXO A.....	142
ANEXO B	143
ANEXO C	144
ANEXO D.....	145
ANEXO E	146
ANEXO F.....	147
ANEXO G.....	148
ANEXO H.....	149

INTRODUÇÃO

A década de 1980 foi pontual para as mudanças em todos os segmentos da sociedade brasileira, foi um tempo em que muitos grupos buscaram se libertar das amarras impostas pelo período da Ditadura Militar. Este foi um momento de cerceamento em que parte significativa dos brasileiros foi subjugada às imposições governamentais. Com o advento da nova Democracia, houve a busca por uma sociedade mais justa, em que todos pudessem assumir a sua condição de cidadão e, como tal, exigir seus direitos. Esta movimentação aconteceu tanto na zona rural quanto na área urbana, de maneira que havia as reivindicações dos grupos citadinos, mas as comunidades camponesas, os sertanejos e outras confrarias também fizeram suas exigências e isto refletiu em mudanças consideráveis para a população.

Sabe-se que um dos grandes problemas do Brasil são as questões sociais que, em certa medida, estão atreladas à má distribuição de renda, isto desemboca em muitas adversidades, dentre elas, a questão fundiária, porquanto está aí o cerne desse problema. Ora, antes mesmo da descoberta do caminho para o Brasil, já havia uma divisão imaginária, por meio do tratado de Tordesilhas¹; como é de conhecido, esse acordo dividiu as terras brasileiras, mesmo antes de seu ‘descobrimento’.

Após a chegada dos portugueses em terras brasileiras, houve outras divisões, como as Capitânicas Hereditárias e as Sesmarias, o que colaborou para que o Brasil se transformasse em uma herdade de poucos donos, contribuindo para que se formassem os latifúndios. Ao longo da história, foram os governantes que tomaram o cuidado de proteger o território, de maneira tal, que não fosse apropriado por muitos, mas que se limitasse a um pequeno grupo detentor de riquezas e poder.

Esta situação só começou a mudar na história recente do país; ora, até o século XIX estrangeiros não podiam adquirir terras no Brasil. Inclusive no século XX era muito restrita a compra de terras, principalmente por causa da diferença social que se firmou. Esse fato é simples de se explicar, posto que houve um distanciamento entre ricos e pobres. Foi somente

¹ O Tratado de Tordesilhas foi um acordo firmado em 4 de junho de 1494 entre Portugal e Espanha. Ganhou este nome, pois foi assinado na cidade espanhola de Tordesilhas. O acordo tinha como objetivo resolver os conflitos territoriais relacionados às terras descobertas no final do século XV. De acordo com o Tratado de Tordesilhas, uma linha imaginária a 370 léguas de Cabo Verde serviria de referência para a divisão das terras entre Portugal e Espanha. As terras a oeste desta linha ficaram para a Espanha, enquanto as terras a leste eram de Portugal. Daí é posse do Brasil por Portugal. Disponível em <http://www.historiadobrasil.net/resumos/tratado_tordesilhas.htm>. Consulta realizada em 30/11/2016

no Brasil República com os diversos desequilíbrios econômicos e políticos que alguns detentores do poder irromperam em um declínio econômico. Esse fato favoreceu a apropriação de terras por outros menos abastados. Ademais, apesar da manutenção das riquezas, as divisões das terras por herança foi, vagarosamente, estabelecendo as pequenas propriedades.

Entretanto, em um país desigual, é natural que os mais poderosos conservem as melhores condições gerais. De tal modo, os pequenos produtores, mesmo tendo acesso à posse de terras, não tinham políticas públicas que pudessem favorecer a produção e a manutenção da propriedade. Esta situação durou até as décadas de 1980 e 1990, quando houve mudanças mais consistentes para o agricultor familiar. Nesse período, o governo brasileiro estabeleceu medidas que contribuíram para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, o que favoreceu a permanência do homem do campo em seu local de origem. Porém, há controvérsias sobre o alcance e equidade dessas medidas.

Estas questões são fundamentais para o assunto aqui tratado e, desse modo, serão abordadas com o propósito de análise severa, porquanto se trata do mote da pesquisa, a qual se propôs avaliar em que medida as políticas públicas realmente beneficiaram os pequenos produtores. Nesse viés, a observação se afunila e concentra-se na Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleiras, local em que é exercido a Agricultura Familiar.

Esta associação, composta por 21 famílias, está estabelecida no município de Ponto Chique-MG, localizada ao Norte de Minas Gerais, às margens do Rio Gameleiras, afluente do Rio São Francisco. De maneira que os agricultores familiares participantes da pesquisa são moradores dessa região, isto é, da Bacia do Rio São Francisco. Nessa perspectiva, o estudo será sobre a importância das políticas públicas para os membros desta Associação, sopesando os benefícios e as contradições das políticas ofertadas àquelas pessoas.

Este trabalho se justifica, porquanto há uma premência de mais pesquisas sobre as transformações sociais envolvendo o homem do campo. Em um viés mais específico, é essencial observar as mudanças provocadas pelos programas governamentais no modo de vida do produtor rural. Nesse sentido, a proposta é verificar o encadeamento entre a implantação desses programas e a permanência do agricultor familiar no seu local de origem, diminuindo a migração rural.

Outra questão fundamental a ser discutida, é saber em que medida os benefícios oferecidos pelas políticas públicas chegam verdadeiramente a todos os produtores familiares. Assim, o mote da pesquisa perpassa a análise e a observação dos programas governamentais

voltados para a Agricultura Familiar, tendo como objetivo analisar os efeitos e os alcances desses programas no que tange a permanência do agricultor familiar no campo.

A metodologia utilizada nesta dissertação é a revisão bibliográfica sobre a temática da pesquisa, levantamentos de dados em órgãos públicos e na Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleira, além do trabalho de campo no município de Ponto Chique-MG, que teve como objetivo identificar particularidades envolvendo os agricultores familiares associados do Vale do Gameleira. O Trabalho de campo permite uma articulação da prática à teoria. Pois de acordo com Ruellan (1944), a pesquisa de gabinete “serve apenas de complemento da investigação no campo que é fonte de vida de toda observação e interpretação nova”. (RUELLAN, 1944, p.45).

Nesta pesquisa foi feito um estudo de caso com as famílias que praticam a Agricultura Familiar e que fazem parte da associação denominada Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleira. Para efetuar a análise, a proposta foi realizar entrevistas semiestruturadas com os membros das famílias que pertencem à associação e que praticam Agricultura Familiar. A interlocução teve o intuito de coletar informações de natureza socioeconômica e cultural, que pudessem contribuir com a investigação. Nesta perspectiva, vale ressaltar que estas são técnicas adequadas para a coleta de dados, no que se refere à pesquisa qualitativa, porquanto, as entrevistas em viés qualitativo tende a ser pouco estruturada, sem um fraseamento, considerando que não se prende a uma ordem rígida, logo, assemelhando-se muito a uma conversa. (ALVES-MAZZOTTI E GEWANDSZNAJDER, 1998).

Diante da problemática que se propõe neste trabalho, surgem as seguintes indagações: Qual a importância dos programas governamentais para as famílias que praticam Agricultura Familiar e pertencem a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleiras? Esses programas transformaram a forma de vida dessas famílias? Esses programas propiciaram a permanência dessas famílias na zona rural? Houve mudanças na condição econômica, social e cultural dessas famílias? Houve modificações na maneira como utilizam a terra após o acesso a esses programas?

As respostas a essas indagações podem possibilitar a compreensão da efetividade das políticas públicas, bem como a sua relevância para a permanência dessas famílias no campo, o que faculta a análise de como os programas governamentais podem transformar os modos de vida dessas populações. Para discutir de maneira organizada o assunto, no primeiro capítulo deste trabalho, será feito um histórico das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura brasileira. As contribuições dos programas governamentais no combate à pobreza

no campo, além de discutir o papel das associações rurais como novas formas de organização e fortalecimento do agricultor familiar.

No segundo capítulo, discutir-se-á sobre o reconhecimento da importância da Agricultura Familiar no Brasil, tratar-se-á, para uma compreensão mais distinta, de cada mesorregião em separado, observando suas dificuldades e as características que as fortalecem no mercado da Agricultura Familiar. Vale lembrar que o Estado de Minas Gerais é composto por 12 mesorregiões, as suas condições particulares serão observadas minimamente.

Ainda nesse capítulo, será abordada a questão da multifuncionalidade, que será discutida em suas minudências, ou seja, função ambiental; função Social e função econômica. Ademais, será observada a relevância da Agricultura Familiar para a economia do Norte de Minas, isto será feito utilizando os dados do Censo agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural Minas Gerais (EMATER-MG).

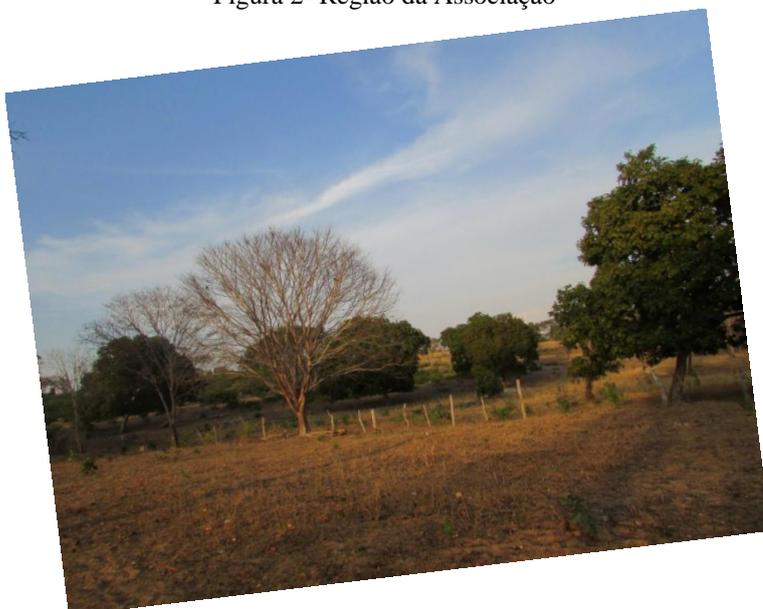
No terceiro capítulo far-se-á uma análise da Agricultura Familiar do município de Ponto Chique-MG. Em seguida, serão apresentados os resultados do estudo de caso com os agricultores familiares da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleiras. Nesse capítulo será observada a influência dos programas governamentais para permanência dessas famílias no campo, além das transformações no modo de vida dessas famílias, após o acesso aos programas governamentais. Neste ponto da discussão será possível avaliar a situação de maneira mais ampla e pormenorizada, considerando a realidade da Associação. Por fim, nas considerações finais serão apresentadas os resultados obtidos e considerações acerca do desenvolvimento do trabalho.

Figura 1 – Arredores do Vale do Gameleira



Fonte: SENA,2017

Figura 2- Região da Associação



Fonte: SENA,2017

"A gente vive repetido, o repetido, e, escorregável, num mim minuto, já está empurrado noutro galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros... Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala. Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia."
(Guimarães Rosa)

CAPÍTULO I

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

1.1 História da Agricultura no Brasil na Perspectiva Econômica

A agricultura está entranhada na história do Brasil, mesmo antes da chegada dos portugueses em terras brasileiras, por aqui já se praticava um modelo de agricultura incipiente. Os índios, ao longo do tempo, foram desenvolvendo técnicas de manejo e plantio, garantindo um comportamento mais sedentário, portanto, mais seguro. Conforme aponta o texto desenvolvido pela Embrapa:

Como viviam inicialmente do extrativismo, esses povos migravam sempre que os recursos vegetais e os avindos da caça e da pesca esgotavam-se na área ocupada. Mais tarde, alguns desses povos, como os tupis, desenvolveram técnicas de cultivo e se tornaram agricultores. Os tupis adaptavam as plantações às condições naturais, utilizando encostas mais drenadas para algumas lavouras e solos mais ricos, com umidade assegurada, para outras lavouras mais exigentes. Além disso, plantavam hortas ao redor das aldeias, aproveitando os detritos caseiros, e, por meio de práticas agrícolas simples, cultivavam feijão, milho, jerimum (abóbora), batata-doce e outras espécies vegetais. (REIFSCHNEIDER, 2010, p. 21).

Com a descoberta do caminho para o Brasil e com o advento da colonização e as práticas exploratórias da terra, houve algumas mudanças, uma vez que o objetivo fundamental dos navegadores e, portanto, dos ‘descobridores’, era retirar das terras ‘descobertas’ os proventos disponíveis. O desígnio maior e primeiro, era explorar as terras encontradas, e comercializar os produtos daqui retirados. Nos anos subsequentes ao ‘descobrimento’ das terras brasileiras, a agricultura praticada pelos índios sofreu modificações. Todavia, permaneceu sendo um dos principais veios da economia local, tanto no Brasil colonial, quanto no republicano.

Para que ocorresse a colonização no Brasil, a Coroa Portuguesa teve que ofertar alguns benefícios, afinal, era uma terra distante sem maiores recursos. De tal modo, em 1534, Dom João III, então rei de Portugal, estabeleceu as Capitânicas Hereditárias², donde resultou a divisão

²As capitânicas eram imensos tratos de terras que foram distribuídos entre fidalgos da pequena nobreza, homens de negócios, funcionários burocratas e militares. Entre os capitães que receberam donatários, contam-se feitores, tesoureiros do reino, escudeiros reais e banqueiros. A capitânia seria um estabelecimento militar e econômico voltado para a defesa externa e para o incremento de atividades capazes de estimular o comércio português. O capitão-mor e o governador representavam os poderes do rei como administradores e delegados, com jurisdição sobre o colono português ou estrangeiro, mas sempre católico. Aliás, esta era uma das exigências para a doação

do território brasileiro. Mesmo com as Capitânicas Hereditárias instituídas, tempos depois, houve nova divisão de terras. Essa nova divisão foi nomeada de Sesmaria, processo em que as terras brasileiras foram divididas entre os amigos da coroa portuguesa, muito similar a um arrendamento. Desta forma, começou-se a exploração da terra por meio da agricultura.

As doações foram em regra muito grandes, medindo-se os lotes por muitas léguas. O que é compreensível: sobravam as terras, e as ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários. Além disso, e, sobretudo por isso, há um fator material que determina este tipo de propriedade fundiária. A cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações. [...] não era empresa para pequenos proprietários isolados. Isto feito, a plantação, a colheita e o transporte do produto até os engenhos onde se preparava o açúcar, só se tomava rendoso quando realizado em grandes volumes. Nestas condições, o pequeno produtor não podia subsistir. São, sobretudo, estas circunstâncias que determinarão o tipo de exploração agrária adotada no Brasil: a grande propriedade. A mesma coisa, aliás, se verificou em todas as colônias tropicais e subtropicais da América. (PRADO JUNIOR, 1981, p. 19).

De tal modo, iniciou-se a agricultura brasileira em um viés mais comercial, ostentando grandes latifúndios e tendo como base a monocultura. Para se elaborar um quadro mental dessa realidade, basta lembrar que por mais de cento e cinquenta anos a cana-de-açúcar foi a cultura predominante, de onde se extraía o açúcar e a aguardente.

No século XVII começou modicamente a produção do tabaco, agricultura que já estava sendo desenvolvida pelo povo local, antes mesmo da chegada dos portugueses. No século XVIII o café tornou-se produto de primeira linha, “na América, a implantação da Corte tropical coincidiu com a difusão da produção cafeeira em larga escala. Para os servidores do regente não era difícil conseguir a confirmação de sesmarias, transformadas rapidamente em imensas fazendas de café” (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010, p.117).

de terras. O capitão e o general podiam fundar vilas e desenvolver o comércio. O comércio com os “gentios” era permitido apenas aos moradores da capitania, com severas penas aos infratores. A primeira pessoa que teve a liberdade de distribuir terras no Brasil, inclusive sesmarias, foi Martim Afonso de Souza. A **sesmaria** era uma subdivisão da capitania com o objetivo de que essa terra fosse aproveitada. A ocupação da terra era baseada em um suporte mercantil lucrativo para atrair os recursos disponíveis, já que a Coroa não possuía meios de investir na colonização, consumando-se como forma de solucionar as dificuldades e promover a inserção do Brasil no antigo Sistema Colonial. A proposta buscava incentivar a ocupação das terras e estimular a vinda de colonos. A Sesmaria era a concessão de terras no Brasil pelo governo português com o intuito de desenvolver a agricultura, a criação de gado e, mais tarde, o extrativismo vegetal, tendo se expandido à cultura do café e do cacau. Disponível em <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/>>. Consulta realizada em 19/08/2016.

É evidente que há diversos pontos positivos nesse processo de colonização do Brasil, todavia, desde a chegada dos portugueses, houve uma mudança de perspectiva na posse da terra, como por exemplo, a apropriação da terra indígena pelos portugueses, a dizimação de muitos povos locais, a violência; enfim, foram muitos os problemas por causa da posse da terra. Todavia, seguindo o mote da pesquisa, é preciso compreender que o Brasil formou-se com essa característica de produtor agropecuário, uma vez que tanto suas terras quanto o seu clima — bem dividido em estações— favoreciam e favorecem a produção agrícola e a criação de gado. Fator relevante, pois que a produção agrícola depende sobremaneira das variações atmosféricas.

Nos anos subsequentes, houve uma crise na agricultura brasileira e os latifundiários não conseguiram acompanhar as mudanças ocorridas em outros cenários da economia. Ora, com a abolição gradativa dos escravos, foi necessário buscar outra mão de obra capaz de assumir as atividades nas lavouras de café. De tal modo, foi necessário recrutar trabalhadores entre os europeus, nesse sentido, o governo brasileiro fomentou a vinda de imigrantes — italianos, alemães, japoneses, dentre outros — começou-se assim, vagarosamente, a imigração consensual; primeiro com o propósito de garantir a produção agrícola e depois ganhou força, aumentando a entrada de outros povos no Brasil, que seriam importantes para a agropecuária brasileira. (OLIVEIRA, 2002).

Ainda no período da República Velha, o café permanecia como o carro chefe da economia brasileira. (OLIVEIRA, 2002).

Quase todos os maiores fatos econômicos sociais e políticos do Brasil, desde meados do século passado até o terceiro decênio do atual, se desenrolam em função da lavoura cafeeira: foi assim com o deslocamento de populações de todas as partes do país, mas em particular do Norte, para o Sul, e São Paulo especialmente; o mesmo com a maciça imigração europeia e a abolição da escravidão; a própria Federação e a República mergulham suas raízes profundas neste solo fecundo onde vicejou o último soberano, até data muito recente, do Brasil econômico: o rei café, destronador do açúcar, do ouro e diamantes, do algodão, que lhe tinham ocupado o lugar no passado. (PRADO JUNIOR, 1981, p. 123).

Esta situação começou a mudar por volta dos anos de 1930, quando houve sérias alterações no cenário econômico internacional. O crash da Bolsa de Nova York, em 1929, desencadeou uma crise mundial que afetou o Brasil de maneira assustadora, uma vez que o sustentáculo da economia brasileira era o café. Havia, nessa ocasião, um excesso do produto armazenado, porquanto o Governo Federal estava comprando e estocando o excesso da produção, com o intuito de valorizar o produto e aumentar o preço. Entretanto, isso não ocorreu e os estoques de café foram transformados em combustível para abastecer as locomotivas brasileiras, dado o baixo valor de mercado e o alto estoque do produto. (GAZIER, 2009).

Em São Paulo, as transformações ensejadas por esse nascente capitalismo já mostravam que, ao final dos anos 1920, a hegemonia da economia cafeeira já não era plena, seja pelo pesado ônus que causava ao estado - financiamento para expansão do plantio e de estoques -, seja porque outros compartimentos da economia haviam crescido tanto quanto ou mais do que o café, e, portanto suas massas econômicas (de produção e/ou de circulação) situavam-se em níveis muito próximos ao da massa da cafeicultura. Assim ocorreu com a indústria de transformação - que inclusive havia gerado grande capacidade produtiva ociosa -, e diversificado sua estrutura produtiva, com a inclusão de novos segmentos, notadamente da metalúrgica e da química. (CANO, 2015, p. 447).

Ademais, houve a crise financeira americana, que repercutiu em todo o mundo; todavia, em países como o Brasil, predominantemente monocultor, o golpe foi maior — o Brasil, nessa época, já era um grande agroexportador. Diante dessa condição, os anos seguintes foram tempos difíceis, especialmente, porque o pior da crise durou de forma mais intensa até 1933. Contudo o capitalismo estava bem estruturado e bem fundado, isso favoreceu o restabelecimento acelerado das indústrias. Aliás, foi por meio das indústrias que, gradativamente, houve uma reestruturação da economia brasileira.

O Brasil diante desse novo modelo econômico teve que remodelar sua economia. Depois de tentar salvar os cafeicultores, empreitada que não obteve sucesso; restou ao então presidente Getúlio Vargas (1882-1954) concentrar suas energias na industrialização, o que, em certa medida provocou um declínio no campo. Nessa época, houve uma contenção dos produtos importados, o que favoreceu a industrialização local. Apesar da decadência no campo, ainda foi a economia cafeeira, com seus poucos saldos, que impulsionou a industrialização.

Nesse aspecto, os proprietários de terras estavam com sérios problemas, pois não conseguiam lucrar com o seu patrimônio, porquanto, em função da depressão econômica e da necessidade que o país tinha em se reestruturar financeiramente, os projetos existentes não eram direcionados para o campo. Além do mais, o Brasil, como outros países, ainda vivia as consequências das duas grandes guerras mundiais, que ocorreram na primeira metade do século XX. De maneira que, nesse momento, o campo não conseguia dar as respostas econômicas que o país precisava. Em tal situação, os latifundiários começaram a entrar em suas próprias crises; alguns latifundiários, detentores de mais recursos financeiros, migraram para indústria, abandonando as lavouras de café.

A crise do campo no Brasil durou alguns anos, mas foi paulatinamente resolvida com a inserção dos recursos oriundos da Revolução Verde³. O Grupo Rockefeller foi o grande

³A chamada “Revolução Verde”, iniciada na década de 60, orientou a pesquisa e o desenvolvimento dos modernos sistemas de produção agrícola para a incorporação de pacotes tecnológicos de suposta aplicação universais, que visavam a maximização dos rendimentos dos cultivos em distintas situações ecológicas. Propunha-se a elevar ao

financiador desse projeto, porquanto sustentava o discurso ideológico que o aumento da produção agrícola resolveria a fome no mundo. Nesse aspecto, no Brasil, os problemas dos latifundiários foram, aos poucos, superados. Tendo em vista, os vultosos investimentos feitos com o objetivo de viabilizar medidas que amparassem a produção agrícola, como por exemplo, a fertilização do solo, a mecanização do processo agrícola, pesquisas em sementes, dentre outros. Nessa perspectiva, pode-se considerar a fala de Santos (2001):

Podemos agora falar de uma agricultura científica globalizada. Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. O dinheiro passa a ser uma "informação" indispensável. (SANTOS, 2001, pp. 88/89).

O fato é que, a partir desse período, a agricultura brasileira modernizou-se e alcançou ampla produção, gerando riquezas e voltando a contribuir com a economia brasileira. Atualmente, o Brasil ocupa posição privilegiada no âmbito da produção de alimentos. De acordo com o Ministério da Agricultura, o agronegócio brasileiro é moderno e competitivo, portanto, afirma que o “Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, etanol de cana-de-açúcar e suco de laranja. Além disso, lidera o ranking das vendas externas do complexo soja (farelo, óleo e grão)” (MAPA, 2014, s/p) .

De acordo com a análise feita pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil tem potencialidade para se tornar o maior exportador de alimentos do mundo, na próxima década. Numa conjectura, apontam em suas perspectivas agrícolas, o despontar do Brasil nos próximos dez anos, 2015/2024⁴. No entanto, algo que ainda tem contribuído para a lentidão desse desenvolvimento, é o fato de que os investimentos realizados no campo ocorrem

máximo a capacidade potencial dos cultivos, a fim de gerar as condições ecológicas ideais afastando predadores naturais via utilização de agrotóxicos, contribuindo, por outro lado, com a nutrição das culturas através da fertilização sintética. A utilização intensiva de agrotóxicos e fertilizantes, aliada ao desenvolvimento genético de sementes, contribuiu para “Revolução Verde”. Matos, Alan Kardec Veloso de. REVOLUÇÃO VERDE, BIOTECNOLOGIA E TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/134-493-1-PB.pdf >. Consulta realizada em 18/08/2016.

⁴OCDE-FAO Perspectivas Agrícolas 2015-2024. Disponível em: <www.fao.org.br/download/PA20142015CB.pdf >. Consulta realizada em 18/08/2016.

de maneira desigual, o que favorece grandes disparidades sociais, econômicas e ambientais (SILVA, 1981).

Picolotto (2011) garante que a legislação brasileira específica para o setor agrário e agrícola institucionalizou os interesses dos grandes produtores. De acordo com o autor, esse fato evidencia o quanto o modelo de organização da agropecuária do Brasil ainda está bem atrelado àqueles primeiros arquétipos fundiários, em que havia uma concentração de grandes extensões de terra, com destaque para a monocultura. Esse pensamento ratifica uma característica que é predominante no país, ou seja, a concentração e centralização de capitais. Ora, essa peculiaridade está arraigada na história social/política/econômica do país.

O Brasil já fez alguns avanços em relação a uma tentativa de equidade. Desde a década de 1960, houve alguns ensaios nesse sentido, mas foi a partir da década de 1980 que as lutas e reivindicações para uma melhor distribuição de terras ganhou corpo. Tanto que em janeiro de 1984 ocorreu a fundação do Movimento Sem Terra (MST), tendo como mote, exigir políticas que promovessem a reestruturação fundiária.

Nesse mesmo viés, em 1985, o Governo lançou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que pretendia assentar 01(hum) milhão e 400.000 (quatrocentas mil) famílias em apenas quatro anos. Essa foi uma pretensão desconectada da realidade, considerando as condições econômicas e a fragmentação política do momento; ora, o país não tinha condições de mudar o ordenamento fundiário, não naquele período, em que o país estava se recompondo dos transtornos e sofrendo os resquícios da Ditadura Militar.

Essa pretendida remodelação, até o momento, não ocorreu efetivamente. Porém, há sempre cobranças e propostas a respeito, o que obriga, mesmo que de maneira incipiente, mudanças nesse sentido, garantindo uma nova reestruturação, como são o caso da Reforma Agrária e algumas políticas públicas voltadas para o setor. Nesta perspectiva, na década de 1960, a agricultura familiar passou a ser discutida e considerada como assunto de extrema urgência, tal compreensão favoreceu alguns progressos, os quais serão discutidos no transcorrer deste texto.

1.2 Avanço da Agricultura no Cerrado Brasileiro

O Cerrado brasileiro é um dos biomas com maior biodiversidade do mundo. Está presente em importantes Estados como Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia, Tocantins, Goiás, dentre outros. Além de ocupar parte considerável do país, é indicado como o segundo bioma

mais produtivo em termos agrícolas. Ocupa uma área considerável, conforme observa Coutinho (2002).

Estima-se que a área "core" ou nuclear do domínio do cerrado tenha aproximadamente 1,5 milhão de km². Se adicionarmos as áreas periféricas, que se acham encravadas em outros domínios vizinhos e nas faixas de transição, aquele valor poderá chegar a 1,8 ou 2,0 milhões de km². Com uma dimensão tão grande como esta, não é de admirar que aquele domínio esteja representado em grande parte dos estados do Brasil, concentrando-se naqueles da região do Planalto Central, sua área nuclear. (COUTINHO, 2002, p. 79).

Este bioma se caracteriza por ter uma vegetação típica e por ter estações climáticas com divisões bem definidas, isto é, há um período chuvoso, que vai de setembro/outubro até meados de abril/maio, nos outros meses do ano predomina o período seco que, em algumas regiões, torna a atmosfera muito ressequida e difícil para viver, porquanto o clima exige mais do organismo humano em função da pouca umidade. Este bioma é marcado pela presença de árvores de pequeno porte, muitos arbustos e plantas rasteiras que se mostram resistentes no período mais seco do ano. (RIZZINI, 1976).

As terras do cerrado, em um primeiro momento, não foram devidamente valorizadas, pois apresentavam características mais complexas, porquanto o solo cerradoeiro é menos fértil e, para que haja uma produção considerável, é necessário fazer a devida correção, controlar a acidez, além da fundamental a adubação. Por um longo período, a agricultura comercial, ou seja, aquele modelo de plantio mais tecnificado, manteve-se mais no Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná. Esta situação começou a mudar, mais severamente, nos anos 2000, porquanto se tornou premente a necessidade de expansão por parte dos grandes agricultores. “Naquela safra, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás responderam por praticamente a totalidade dos quase 7 milhões de área plantada na região, ao passo que o Sul cultivou 6,8 milhões de hectares”. (PAULA, 2013, s/p).

Nesse período houve altos investimentos na área agrícola, o que garantiu mudanças consideráveis nas colheitas futuras. Com isso, o agronegócio cresceu de maneira avultada em regiões cerradeiras. Porém, em contrapartida, esse avanço agropecuário desgastou muito a vegetação natural, comprometendo a biodiversidade desse ecossistema. Em certa medida, comprometeu também a Agricultura Familiar, pois muitas propriedades foram tragadas pelos grandes empreendedores agrícolas que, ao longo do tempo, foram comprando as pequenas propriedades. Esse fator social é mais perceptível em algumas regiões como Mato Grosso, Goiás e algumas partes de Minas Gerais.

Esse crescimento econômico agrícola cobra preços altos, pois há um progressivo desmatamento da região cerradeira. Tanto que nos últimos 50 anos, o cerrado perdeu cerca de 50% de sua vegetação nativa. Mansur (2017) afirma que a agricultura foi a maior responsável pela mudança no cerrado. “Os cultivos como um todo cresceram de 7,4 milhões para 20,5 milhões de hectares, entre os anos 2000 e 2016. ajudou a impulsionar o desmatamento do Cerrado, com consequências para a segurança hídrica”. (MANSUR, 2017, s/p).

A expansão da agricultura requer que extensas áreas de vegetação nativa sejam convertidas em áreas agrícolas. Entretanto, é comum a ocorrência de áreas agrícolas que entram em processo de declínio produtivo, como o deserto de Alegrete na parte sul do Rio Grande do Sul, onde o desconhecimento da aptidão agrícola do local e o mau uso dos recursos naturais causaram pobreza e devastação. (REIFSCHNEIDER, 2010, p. 81).

Ao se observar todo esse processo, é possível perceber que ocorreu um avanço tecnológico e estrutural, portanto, houve melhorias. Porém, há de se considerar que o agricultor familiar está nessa região desde os primeiros avanços do Brasil. Ao longo dos anos, especialmente na década de 1960, depois que a capital federal mudou-se para Brasília, despertou-se um maior interesse pelo cerrado, especialmente porque o Governo Federal tinha o propósito de estimular o desenvolvimento para essa região, por isso estabeleceu políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do Centro-oeste.

Com essas políticas, empresários agrícolas voltaram seus investimentos para a região, ocupando grandes áreas de cerrado através da expansão da agricultura comercial. Ora, já foi comprovado que a produção em larga escala compromete sobremaneira a Agricultura Familiar, posto que favorece o êxodo rural. Como dito anteriormente, há uma tendência dos grandes monopólios agrícolas comprarem as pequenas propriedades e essas novas propriedades dificilmente consomem a mão de obra familiar, haja vista que são trabalhadores heterogêneos: homens, idosos, mulheres e crianças, de tal modo, esse processo expansionista agrícola expulsa o homem do campo para os centros urbanos.

De maneira que a expansão da fronteira agropecuária, com características comerciais, compromete a preservação do cerrado. Além de desestruturar a Agricultura Familiar, gera outros problemas sociais, considerando que esse agricultor familiar, que é deposto do seu ambiente, migra para os centros urbanos e nem sempre é absorvido como trabalhador formal, não raro, torna-se mão de obra barata, não especializada, passando grandes períodos como trabalhadores informais e, evidentemente, em subempregos. (NOVAIS, 2008)

Há um fator importante que não tem recebido o devido cuidado dos produtores e dos governantes, que é o fato de o solo do cerrado ser mais frágil e, por esse motivo, o manejo utilizado pela agricultura comercial causar danos irreparáveis, posto que é um solo que se degrada mais facilmente, logo, mais suscetível à erosão. Ademais, no cerrado, devido ao solo ser mais seco e por causa das tecnologias disponíveis, há um consumo exagerado de água e energia elétrica no uso da irrigação das lavouras por meio de gotejamento e pivô central.

Para se ter ideia, um pivô central consome em média 1 litro de água por segundo por hectare irrigado, mas desperdiça mais de metade do que consome. Um pivô central para 100 hectares consome água suficiente para abastecer uma cidade de 30 mil habitantes. Apenas no estado de Goiás, já são mais de 80 mil hectares irrigados. (ALMANAQUE BRASIL SOCIOAMBIENTAL, 2008, p. 132).

Esses são problemas que comprometem a segurança e a preservação do cerrado, que possui uma biodiversidade importante, mas que necessita de políticas públicas severas para protegê-lo, considerando que está exposto o tempo todo. Além dos problemas discutidos até aqui, há também o desmatamento que ocorre a partir de associações entre fazendeiros e carvoeiros, que instalam fornos para a produção de carvão. Todo esse processo ocorre sem nenhuma orientação técnica e sem nenhum controle ambiental. A única garantia que se tem desse manejo é apenas o lucro para as partes envolvidas. (CAETANO, 2008).

O que ocorre a partir dessa associação é a degradação do solo, que pode resultar em abandono das áreas mais afetadas. Portanto, é fundamental que haja a interferência mais firme por parte dos meios legais, garantindo medidas protetivas contra esse tipo de abuso.

Tem-se verificado que na região Amazônica, Bahia, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, a produção de carvão vegetal direcionado à siderurgia tem causado intensa degradação ambiental, exploração ilegal de recursos naturais e graves problemas sociais, envolvendo precárias condições de trabalho, má remuneração e insalubridade. (HESS, s/d, p. 01).

Ora, o que se percebe é que o fortalecimento da Agricultura Familiar pode ser uma alternativa interessante para a manutenção desse bioma, que garante, para além da biodiversidade, a manutenção do agricultor familiar em seu local de origem, oferecendo, portanto, equilíbrio ambiental/social/cultural/econômico. Se os agricultores familiares forem bem orientados a usar com responsabilidades o solo e se houver políticas públicas que garantam apoio político, financeiro e econômico para esses trabalhadores haverá mais possibilidades de se evitar vários outros problemas.

1.3 Agricultura Familiar: modo sustentável de corrigir problemas sociais e econômicos

Para tratar do tema Agricultura Familiar na atualidade, é importante fazer uma contextualização histórica. Nesse viés, a pesquisa concentrar-se-á na história da Agricultura Familiar no Brasil; entretanto, é importante considerar alguns apontamentos feitos por Lamarche (1997) acerca do desenvolvimento da Agricultura Familiar na Europa. Esse autor deixa subentendido que, para além de ser uma situação posta na história, o estímulo e a manutenção da Agricultura Familiar é uma forma de se manter resistente na vida, tanto social quanto individualmente. Resistente, enquanto sujeito político.

O que fica evidente sobre esse assunto, é que não há propriamente uma ruptura nesse enquadramento da Agricultura Familiar, mas sim, uma evolução cíclica. Ou seja, historicamente o que ocorre são mudanças que estruturam uma nova constituição, alimentando a situação determinada. Ora, para esse autor, “a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter ‘conservador’ da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto” (LAMARCHE, 1997, p.184).

De acordo com Grossi e Silva (2002), tais mudanças tiveram início, no Brasil, a partir da década de 1950, após a instalação de indústrias produtoras de insumos para a agricultura (máquinas, adubos químicos e agrotóxicos). Esse foi o momento que se implantou a Revolução Verde, um modelo agrícola, que preconizava, sobretudo, o investimento em tecnologias; garantindo, desse modo, a modernização tecnológica no campo e tornando esse filão do mercado mais preparado para as inovações tecnológicas e, portanto, mais competitivo e com possibilidades de concorrer dentro do mercado capitalista.

A terra é um bem que sempre despertou muita preocupação, afinal sua posse está diretamente ligada a poder e riquezas. Com as mudanças que foram acontecendo ao longo da história, ficou evidente que as antigas divisões não se mantinham e, por isso, em 1850, D. Pedro II sancionou a Lei 601/1850, ou a Lei de Terras, em que se estabeleceu normas para aquisição, posse e comercialização de terras.

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionaes e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonisação estrangeira na forma que se declara [*sic*]. (BRASIL, 1850).

Esta medida manteve a concentração de terras, os latifúndios brasileiros, além de regulamentar a propriedade privada e, portanto, o poder já adquirido por um pequeno número de pessoas, dificultando a aquisição e o acesso a terra por pessoas mais pobres e sem recursos

financeiros. Essa medida também estimulou a entrada da mão de obra estrangeira, porquanto não havia risco de apropriações indevidas. Ora, os escravos libertos, dificilmente teriam condições de comprar propriedades, contudo, já eram ‘brasileiros’ e “os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem á sua custa exercer qualquer industria no paiz, serão naturalizados querendo, depois de dous annos de residencia pela fôrma por que o foram os da colonia de S, Leopoldo” (*sic*). (BRASIL, 1850).

Havia, nesse princípio, uma proteção aos latifúndios já existentes. Somente em 1964 que ocorreram mudanças mais significativas em relação à legislação da terra, com a promulgação da Lei 4.504/1964. Esta lei foi criada no início do Golpe Militar, com o propósito de conter os camponeses insatisfeitos que, portanto, poderiam iniciar uma revolução. Ainda na década de 1950, iniciaram-se grupos de camponeses com o propósito de estabelecer frentes de questionamento e redistribuição da terra. Isso, não seria conveniente para o modelo político do momento. Para conter o avanço desse movimento, a Ditadura Militar debelou esses grupos e, como meio de contenção, foi estabelecido o Estatuto da Terra. Havia dois propósitos básicos nesta lei, sendo eles: a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. (COELHO, 1990).

O fato é que, apesar do Estatuto da Terra ter colocado também como ponto básico a reforma agrária, na realidade o tema que se destacou foi o desenvolvimento da agricultura, pois esse Estatuto coincide com o princípio da Revolução Verde no Brasil. Contudo, a Lei 4.504/1964 tem um discurso social, conforme fragmento do Art. 16, onde prevê que a Reforma Agrária tem como objetivo maior “estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio” (BRASIL, 1964, s/p).

Nos anos subseqüentes, houve alguns arremedos nessa direção, entretanto, apesar de haver famílias assentadas, a realidade não correspondia à necessidade daquele momento e nada perto daquilo que se propôs na década de 1980. Porquanto, no fim da Ditadura, sob a batuta do Presidente José Sarney, houve a promessa de se assentar 1,4 de milhão de famílias, isso de acordo com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), instituído pelo o Decreto nº 91.766/1985. Mas, ao final de cinco anos, apenas 90 mil famílias foram assentadas. (BRASIL, 1985).

De acordo com os números do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (2013), atualmente, há um total de 1.346.798 famílias assentadas em todo o Brasil. Na realidade, para além da posse da terra, existe a necessidade em fortalecer o pequeno

produtor e investir na Agricultura Familiar. Se esse objetivo algum dia for alcançado, será possível resolver vários outros problemas sociais, como por exemplo, a migração do campo para a cidade e a contenção da superpopulação em muitas cidades.

Ademais, há os pequenos agricultores⁵, donos dos minifúndios, que são responsáveis por parcela significativa da produção nacional. Nesta perspectiva, a agricultura familiar tem grande importância, pois de acordo com dados do INCRA (2015), este modelo de agricultura é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. De tal modo, é possível constatar que a Agricultura Familiar é responsável por uma parte importante da produção agropecuária e, por isso, obtém rendimentos mais elevados por hectare, além de garantir emprego no campo. Os números do Censo Agropecuário de 2006 apontam que os agricultores familiares representam 84,4% do total de estabelecimentos rurais brasileiros e são responsáveis por 37,8% do valor bruto da produção agropecuária nacional.

Ainda conforme dados da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA, 2013), aproximadamente 13,8 milhões de pessoas trabalham em estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura. Estes são números consideráveis e apontam que o caminho deve ser esse mesmo; afinal, foram décadas sendo tratados simplesmente como pequenos agricultores. Com o advento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) houve mudanças de perspectivas no cenário nacional, em que o Estado passou a investir na realidade dos agricultores familiares, financiando projetos individuais e coletivos, o que favoreceu a geração de trabalho e renda para essa categoria e para os assentados da reforma agrária.

Uma das características principais da Agricultura Familiar brasileira é a diversidade. Há fatores determinantes para o sucesso ou não do agricultor familiar, que varia desde a escolha da linha que deseja trabalhar, se agricultura ou pecuária, que tipo de criação ou plantio pretende. Pois, muitas vezes, a região em que ele está instalado pode interferir, porquanto há variações

5 Vale esclarecer que o Pequeno Produtor Rural é aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo (Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006). E o Agricultor Familiar e Empreendedor Familiar Rural Consideram-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006). Disponível em: <<http://ambienteduran.eng.br/quem-e-o-pequeno-produtor-rural-agricultor-familiar-comunidade-tradicional>>. Consulta realizada em 19/03/2017.

climáticas e coisas do gênero. Outro fator importante é o conhecimento sobre aquilo que deseja trabalhar, enfim, todas essas especificidades favorecem tanto a superprodução quanto a extrema pobreza.

Ser bem sucedido no campo, isto é, conseguir tirar da terra o sustento e cumprir com as exigências financeiras são fatores determinantes, que podem contribuir para a permanência ou não do sujeito no campo. Quando as condições não são favoráveis para o camponês, a tendência é a migração deste homem e de sua família para os centros urbanos. Este é um expediente muito comum, pois as pessoas precisam suprir suas necessidades e se o lugar onde vivem não favorece essa conquista, é natural que se busque a solução em outro local, especialmente os jovens, que anseiam por melhores oportunidades.

No Brasil, desde a década de 1950, houve o que se denomina de êxodo rural, que foi a saída em massa das pessoas do campo em direção à cidade. De acordo com o economista Celso Furtado, em entrevista ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

No Brasil, o processo migratório do campo para a cidade ocorreu de forma distinta: houve uma fase, na metade do Século XX, em que se criou muito emprego no setor industrial, mas nos últimos 30 anos o emprego industrial já não cresceu. O crescimento da população urbana inchou as cidades, mas nelas não se criou emprego suficiente para absorver toda essa gente, daí as taxas de desemprego crescentes, a marginalidade (IBGE, 2006, p. 11).

Isto, em certa medida, foi positivo para a economia e para as pessoas que estavam vivendo sem maiores estruturas no campo. Entretanto, ao longo do tempo, essa migração desencadeou problemas sociais importantes, até porque, nesse último século, houve um crescimento considerável da população brasileira: “passou de 17 milhões em 1900 para quase 170 milhões em 2000. No início do século, cerca de 52% da população ocupada trabalhava no campo. Em 2000, essa proporção caiu para 17%, e 80%⁶ da população vivia na área urbana” [sic]. (IBGE, 2006, p. 11).

O fato de essas famílias deixarem seu local de origem para tentar outras possibilidades na cidade, cria males imensos para todos; contudo, os maiores prejudicados, são os migrantes, que deixam uma condição conhecida, que tem mais domínio, para tentar uma realidade em que tudo é novo e, normalmente, sem nenhuma infraestrutura. Ora, se for um sujeito que ficou a vida toda no campo, se adaptar na cidade, pode ser muito penoso e degradante, porque, para além do seu ambiente, ele deixa de se reconhecer no trabalho executa, nas relações e, em uma situação mais ampla, perde sua identidade.

⁶ Dados fornecidos pelo IBGE, em que não há o esclarecimento acerca da totalidade da população. Conferir <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>>.

Esta mesma situação ocorreu e ocorre no Norte de Minas, região que enfrenta muitos desafios em relação às desigualdades sócio-espaciais, além dos problemas ambientais, há outros desequilíbrios, devido a essa conjuntura que foi mencionada. Todavia, a situação social se agravou, de maneira mais intensa, sobretudo, pelo longo período em que o Estado se manteve inerte naquilo que tange as políticas públicas, que sempre foram incipientes em relação à necessidade do local. De maneira que as primeiras políticas públicas que tiveram mais reverberação, foi a partir da Constituição Federal do Brasil de 1988 que, apesar de eficientes, tende a ter características mais paliativas do que resolutivas.

Com a Constituição Federal de 1988 houve mudanças e algumas alcançaram o Norte de Minas, beneficiando também a Agricultura Familiar. O que, de antemão, favorece a permanência do agricultor familiar no campo. Há estudos que apontam que essa permanência, normalmente acontece pelo vínculo que o sujeito tem com o lugar. Ali, o indivíduo tem sua identidade; isso garante um empoderamento que na cidade ele não possui, porquanto costuma ser só mais um na multidão. Em seu ambiente, ele se mantém mais integrado social, ambiental e culturalmente, conforme aponta Fonseca (2009):

A agricultura familiar detém forças suficientes e capacidade produtiva a fim de competir e integrar-se nos mercados, uma vez que este modelo emprega e mantém suas heranças cravadas na existência das suas famílias de forma efetiva e singular, mantendo equilíbrio entre produção e preservação ambiental (FONSECA, 2009, p.144).

Nessa perspectiva, a Agricultura Familiar tem um poder maior e pouco valorizado, que é a capacidade de manter o homem da zona rural, em seu ambiente de origem, garantindo e oferecendo melhor qualidade de vida para si e sua família, medida que tem a condição de resolver muitos problemas sociais. Entretanto, para que isso ocorra, é preciso entender que a Agricultura Familiar tem características importantes; posto que, apesar de sua fragilidade, é capaz de se adaptar às evoluções do ambiente econômico em que está inserida.

É possível que essa adaptação ocorra até mais facilmente para as pequenas propriedades, do que aquelas voltadas para o agronegócio, posto que devido à suas dimensões e número de pessoas envolvidas, seja mais ágil a adaptação. Outro aspecto importante é o caráter social da Agricultura Familiar; porquanto, além de ser um fator que pode reduzir a migração zona rural-campo/zona urbana-cidade, é fonte de recursos para as famílias de baixa renda, considerando que tem a propensão de gerar empregos e produzir alimentos, especialmente para o autoconsumo (OLIVEIRA, 2012).

De acordo com o IBGE (2006), Minas Gerais é a segunda Unidade da Federação com maior número de estabelecimentos familiares, o equivalente a 437.415 unidades, ou seja, 10%

do total. Entre as regiões⁷ de Minas Gerais, o Norte é a região de maior participação na ocupação, naquilo que tange a agricultura familiar. Apesar de ser uma região com relativo atraso econômico, quando comparado com todo o Estado de Minas Gerais, a região do Norte de Minas é palco de inúmeras possibilidades de geração de renda, uma vez que, em função de sua localização, possui enorme biodiversidade.

Importa dizer que esta região está localizada na faixa de transição entre os biomas Cerrado e Caatinga. Ademais, é uma área com importante representação geográfica, isto porque está acomodada entre três bacias: Jequitinhonha, São Francisco e Rio Pardo, todos esses fatores físicos e geográficos contribuem para uma gama enorme em termos de possibilidades econômicas rurais.

1.4 Desenvolvimento e Pobreza no Campo

Um fator inquestionável é que o campo é um grande gerador de riquezas, entretanto, o inverso também é verdadeiro, isto é, o campo também é um grande gerador de pobreza. A modernização da agricultura brasileira aconteceu de maneira diferente nas diversas regiões brasileira. Neste sentido, Silva (1980) diz que:

[...] a agricultura brasileira depois de 1960 mostrou um claro processo de diferenciação em três grandes regiões: a) o Centro-Sul: onde a agricultura se moderniza rapidamente pela incorporação de insumos industriais (fertilizantes e defensivos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas, etc.);b) o Nordeste, que após a incorporação da fronteira do Maranhão (em meados dos anos (sessenta) e, mais recentemente, a da Bahia, permanece sem grandes transformações fundamentais no conjunto de sua agropecuária;c) A Amazônia, incluindo aí boa parte da região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), que representou a zona de expansão da fronteira agrícola a partir do início dos anos sessenta. (SILVA, 1980, p.14).

Porém, com o passar dos anos, percebeu-se que os espaços que foram dominados pela agricultura de ponta, favorecidos pela Revolução Verde, são os que têm menor dinamismo regional, pois são incapazes de diversificar suas economias, apesar e por causa dos altos lucros fundiários. Aliás, esse tipo de agricultura provocou o agravamento de vários problemas ambientais, e as principais razões são: a monocultura e o uso irrefletido do solo. No sentido oposto, os proprietários dos minifúndios padecem sem condições de investir em suas propriedades e tirar dali o seu sustento.

Silva (1995) entende que esse modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira, que foi implantado no Brasil desde os primeiros tempos, contribui seriamente para um impacto

⁷ Neste trabalho, utiliza-se a divisão em mesorregiões do IBGE.

social negativo, posto que teve como consequência o agravamento da pobreza rural. De acordo com seus apontamentos:

(...) muito se tem falado e escrito sobre o “notável” desempenho do ponto de vista produtivo da nossa agropecuária nessas décadas passadas, especialmente na crise dos anos 1980. Mas pouco se fala sobre o resultado do ponto de vista social desse modelo de crescimento agroindustrial excludente, que aumentou ainda mais a concentração da renda e a proporção de pobres no campo. E quase nada se tem escrito sobre o que fazer com os excluídos, os “barrados do baile”, os descamisados, ou os pobres do campo ou qualquer outro nome que se dê a essa verdadeira população sobrando, marginal do ponto de vista das necessidades internas de acumulação do sistema. (SILVA, 1995, p.127).

Nesse contexto, os pequenos agricultores foram “expulsos” de suas terras, pois as alternativas de permanência se tornaram ínfimas, considerando que tiveram pouco ou nenhum tipo de apoio e amparo por parte do Estado; não bastasse, ainda precisaram concorrer com os latifundiários e as “empresas agropecuárias”. Ora, com o passar dos anos, o campo se rendeu ao capitalismo e tudo foi pensado na perspectiva do lucro, portanto, do menor gasto possível. Essa situação obrigou o pequeno produtor a se adequar à nova realidade, tiveram que buscar novas alternativas para produzir e sobreviver no novo modelo de mercado agropecuário (FONSECA 2012).

Neste sentido, Silva (1981) afiança que:

O fato é que a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira nas décadas de sessenta e setenta foi ainda muito mais acelerado que em períodos anteriores. E essa expansão destruiu outros milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte da sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendia nas cidades. É essa mesma expansão que transformou o colono em boia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra. (SILVA, 1981, p.5)

Em 2001, o Banco Mundial⁸ revelou que o maior índice de pobreza no Brasil encontra-se no meio rural e a maior concentração de pobres está na região nordeste. No entanto, o critério mais comumente adotado para analisar o índice de pobreza, consiste em relacioná-la ao nível da renda e fixar um limite. Esse modo de análise deve ser levado em consideração, mas com bastante cuidado e respeitando as devidas proporções.

⁸O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional que fornece empréstimos para países em desenvolvimento em programas de capital. Existem diferenças entre as expressões “Grupo do Banco Mundial” e “Banco Mundial”. O primeiro tem como instituições-membros o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento –BIRD, a Associação de Desenvolvimento Internacional –ADI, a Sociedade Financeira Internacional –SFI, a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID). O segundo é composto apenas pelos dois primeiros, que são considerados as duas instituições mais importantes do grupo. Disponível em: <<http://www.cedin.com.br/esclarecendo-banco-mundial/>>. Consulta realizada em 21/10/2016.

Naquilo que se refere à renda, Silva (1995) concluiu que “nos anos 1970 cresceu a desigualdade, mas diminuiu a pobreza no campo”. Isso porque “o campo expulsou a sua pobreza para as cidades, onde foram ser favelados, biscateiros, boias-frias etc.” Já nos anos 1990, os pobres do campo, “na sua grande maioria, são trabalhadores temporários sem vínculo empregatício e pequenos produtores não modernizados que trabalham por conta própria e que se concentram na região Nordeste”. (SILVA, 1995, p.127).

Conforme dito, a população rural do Estado de Minas Gerais é a segunda maior do país, segundo censo demográfico do IBGE de 2010. Em se tratando do Norte de Minas cerca de um terço da população vive em área rural, esta região também concentra um dos maiores números de domicílios pobres. Apesar de muitos habitantes das zonas rurais terem escapado da pobreza, nos últimos dez anos, há um número considerável de pobres morando nestas áreas.

Tais medições são importantes, pois norteiam os rumos das mudanças, ou pelo menos onde devem acontecer. Como são várias as instituições com metodologias de medição distintas, os valores que apresentam sobre a pobreza e a indigência no país⁹, tendem a ser diferentes. Na tabela comparativa abaixo é possível fazer uma análise deste ponto, destacando os números percentuais de pobreza e de extrema pobreza tanto no Brasil quanto no Estado de Minas Gerais. Além da Mesorregião do Norte de Minas e possível analisar a microrregião de que está o Município de Ponto Chique, no caso a microrregião de Montes Claros.

Importa dizer que o município de Ponto Chique será objeto de estudo dessa pesquisa, posto que a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleira está localizada nesse município. Como parte informativa, é importante salientar que Ponto Chique ocupa a 844^a (octingentesima quadragésima quarta) no Ranking mineiro da pobreza, com 66,96% de sua população considerada pobre ou extremamente pobre. Esses dados se estende aos moradores da zona rural.

Quadro 1 – Indicadores de Pobreza no Brasil, Minas Gerais, Norte De Minas e Ponto Chique

INDICADORES DE POBREZA NO BRASIL, MINAS GERAIS, NORTE DE MINAS E PONTO CHIQUE			
ESPACIALIDADES	%Extremamente Pobres (2010)	% de Pobres (2010)	% de vulneráveis a pobreza (2010)

⁹ A definição utilizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Fundação João Pinheiro (FJP) para a elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) vincula o valor de corte da linha de pobreza ao salário-mínimo. Pela metodologia adotada por essas instituições, a linha de pobreza corresponde à renda familiar mensal per capita de metade do salário-mínimo e a linha de indigência, à quarta parte.

Brasil	6,62	15,2	32,56
Minas Gerais	3,49	10,97	28,85
Norte de Minas	4,83	19,96	26,08
Ponto Chique	16,92	33,26	60

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Org. SENA, 2016

É possível perceber que, apesar do Estado de Minas Gerais apresentar índices menores que o resultado global, o mesmo não acontece com o Norte de Minas. E quando se avalia o Município de Ponto Chique, a situação é bem mais grave. Na perspectiva da insuficiência de renda, o Norte de Minas apresenta o percentual de pobres bem acima da média nacional, enquanto o município de Ponto Chique apresenta valores bem superiores às médias regional, estadual e nacional. Esses dados indicam a necessidade de medidas urgentes e efetivas para cidade, garantindo ações e políticas públicas que tenham a capacidade de atender essa população desprovida de renda, minimizando os problemas sociais. Neste sentido, Silva (2010) diz:

(...) O equacionamento definitivo da questão da fome no Brasil exige um novo modelo de desenvolvimento econômico que privilegie o crescimento com distribuição de renda, de modo a ampliar o mercado interno do país, com geração de mais empregos, melhoria dos salários pagos e, mais especificamente, recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo, que funciona como uma espécie de “farol” para as rendas desses segmentos mais pobres da população. (SILVA, 2010, p.17)

Sob esse aspecto, Wanderley (2011) destaca que a permanência do homem no campo depende cada vez mais da possibilidade de constituição de um vínculo patrimonial com a terra. Essas características revelam uma grande diversidade de situações concretas, que geram múltiplas identidades, dentre as quais: pequenos e médios produtores agrícolas, assentados da reforma agrária, trabalhadores assalariados, comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombolas, povos da floresta em sua multiplicidade de expressões. E para além dos segmentos, é fundamental criar condições dignas para que toda a família se mantenha no seu ambiente de origem, sobretudo os jovens, que são aqueles que poderão dar continuidade a novos projetos.

Nessa perspectiva, torna-se evidente que quanto mais investimento houver no sentido de garantir a permanência desse sujeito em seu local de origem, maior a tendência em diminuir os problemas sociais, isto em várias partes do país. Ora, se o indivíduo permanecer em sua terra, ali está sua identidade, o seu povo; quando isso ocorre, há uma estrutura segura em todos os aspectos, porquanto a família tende a ficar reunida. Nesse aspecto, há uma solidariedade natural, isso facilita na formação de novos sujeitos, porquanto a sua identidade cultural pode ser fator relevante para sua formação ética e moral. Quando esse sujeito desloca para grandes centros,

ali tende a ser mais um na multidão; se for uma família, a possibilidade de se apoiar mutuamente diminui significativamente; pois, nesses locais, há uma dispersão maior para trabalho, estudo e etc..

Quando esta discussão se volta para o agricultor familiar, tudo o que foi dito se amplia, porque em sua propriedade, o homem/mulher do campo é senhor, com uma capacidade de agregação maior, especialmente no cuidado com a família. Existem dados importantes que mostram que 74,6% dos agricultores familiares no Brasil são proprietários, 5,7% são arrendatários, 6,4% são parceiros e 13,3% são ocupantes. O menor percentual de agricultores familiares proprietários está na região Nordeste, com apenas 65% dos estabelecimentos. Na região Sudeste, o INCRA (2000) aponta que há uma disparidade “entre o percentual de financiamento recebido e a área dos estabelecimentos. Esses agricultores possuem 29,2% da área e somente recebem 12,6% do crédito rural aplicado na região” (INCRA/FAO, 2000, p.19).

De acordo com os números da tabela abaixo, o Sudeste está em terceiro lugar em número de estabelecimentos rurais familiares, cerca de 699.755; apesar disso, recebe pouco investimento e de modo desigual. Isto pode ser explicado pelo tamanho e pelo desenvolvimento dos Estados, além do mais, Minas Gerais é um estado extenso com regiões bem distintas entre si. Ora, a vegetação e o clima da Zona da Mata ou do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba são bem diferentes do Vale do Jequitinhonha ou do Norte de Minas. Dessa maneira, é comum pensar que deve haver uma concentração de empréstimos para as regiões mais desenvolvidas.

De maneira que para onde há recurso, os recursos chegam com mais facilidade e nos locais mais carentes, há evidente limitação em investimento. Isto perpassa várias questões, dentre elas, ausência de políticas públicas, falta de investimento, pouca informação e, sobretudo, uma junção social e política entre os produtores familiares para promover grupos militantes, que possam fazer exigências com mais autoridade. Mas ao se observar os números, percebe-se que há oferta de recursos para as regiões menos favorecidas, entretanto, algo que também se evidencia é que as condições climáticas e a infraestrutura existente nas diferentes regiões interferem no resultado final, posto que onde haja fatores favoráveis, os resultados são mais positivos.

Quadro 02 - Distribuição dos agricultores familiares por região do Brasil - 2006

Distribuição dos agricultores familiares por região do Brasil – 2006		
Região	Nº de estabelecimentos	%
Norte	412.666	9,45
Nordeste	2.187.131	50,09

Sudeste	699.755	16,03
Sul	849.693	19,46
Centro-Oeste	217.022	4,97
Total	4.366.267	100,00

Fonte: Censo Agropecuário, 2006/ Tabulação: IBGE/MDA

Para que haja uma noção exata das disparidades existentes, foi feita, nesta pesquisa, uma análise sobre as políticas públicas direcionadas para a agricultura empresarial. Nessa perspectiva, importa dizer que as políticas públicas são entendidas como premissas importantes para o atual formato diversificado e desigual da agricultura brasileira nas diferentes regiões do Brasil. Na análise seguinte, é possível inferir que o acesso aos programas governamentais pelos agricultores familiares ocorreu tardiamente, o que favoreceu um elevado índice de pobreza no campo. Por outro lado, a agricultura empresarial sempre teve como prerrogativa o amparo do Estado, que desde os primeiros tempos do desenvolvimento da agropecuária no Brasil foi como tutor dos latifundiários.

1.5 Políticas Públicas para a Agricultura Empresarial

Importa dizer que por políticas públicas compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses da sociedade. São conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito ao cidadão. “Políticas públicas são diretrizes, princípios de ação do poder público.” (PEREIRA; SILVA, 2009, p.4).

Essas ações normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nesse sentido, a agenda das políticas públicas do Estado pode ser definida a partir do posicionamento de dois seguimentos da sociedade. Um, os setores populares, que por meio de reivindicações e manifestos, pressões de movimentos sociais e organizações do meio rural podem influir nas decisões dos governantes, contribuindo para liberação e investimentos nas áreas de interesse. Outro se encaixa na possibilidade de, por meio da pressão acadêmica, isto é, pesquisadores que têm interesses na região ou no assunto relacionado. Entretanto, conforme fragmento a seguir, as políticas públicas brasileiras são fortemente influenciadas pelo “discernimento político, diante dos interesses e demandas conflitantes, entre os grupos de apoio e os adversários” (PEREIRA; SILVA, 2009, p.5).

Esses grupos são fundamentais para promover mudanças. Mas o setor empresarial detém um poder indiscutível, porquanto seria a composição do tripé que comanda a economia e o mundo na atualidade, a saber: o capital, o trabalho e o Estado. Esses elementos são como “três pilares interligados”. “Nenhum deles pode ser eliminado por conta própria. Tampouco podem ser simplesmente abolidos ou derrubados.” (MÉSZÁROS, 2015, p.29).

[...] perigosa montanha confrontando a humanidade é a totalidade combinada de determinações estruturais do capital que deve ser conquistada em todas as suas dimensões profundamente integradas. É claro que o Estado é um componente vital nesse conjunto de inter-relações, tendo em vista o seu papel direto e, agora, avassalador na modalidade necessária de tomada de decisão global. (MÉSZÁROS, 2015, p.29).

Ora, o capitalismo é o motor da economia mundial, portanto é um instrumento que dá, continuamente, as diretrizes para a criação das políticas públicas, isso para todas as áreas, inclusive na área rural.¹⁰ Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas de investimentos foram bastante desiguais, ou seja, os recursos públicos aplicados pelo Estado privilegiavam o capitalismo, condicionando um caráter empresarial-mercantil à agricultura, desconsiderando as diversidades e especificidades de cada região. A lei de política agrícola enfatiza a questão econômica, estimulando a oferta de produtos agrícolas, independente de seus impactos sociais e ambientais. Esta é uma característica da Revolução Verde, que ganhou um impulso considerável na década de 1970. Ora, houve uma modernização nas questões agrícolas e agrárias, e o modo capitalista de gerir empresas foi, vagarosamente, adotado no campo.

O processo de modernização da agricultura brasileira está intimamente ligado à fase conclusiva do processo de substituição de importações – a internalização de indústrias produtoras de bens de capital e de insumos modernos- ou seja, a entrada no país de multinacionais produtoras de tratores, fertilizantes, herbicidas etc. O maior incremento no seu uso coincide justamente com a entrada dessas empresas no país. A partir de então, o desenvolvimento da agricultura não pode mais ser visto como autônomo. A dinâmica industrial passou a comandar, definitivamente, o desenvolvimento da agricultura, convertendo-a num ramo industrial (AGRA; SANTOS, s/d, p. 02).

Para melhor compreender a trajetória da agricultura brasileira, é necessário entender a participação e a importância das políticas públicas como fator predominante na formação do atual modelo de agricultura que hoje é utilizado no Brasil.

¹⁰ Pode-se pensar nos últimos acontecimentos no Brasil, em que foi possível comprovar a coligação entre empresários, membros do Poder executivo, Legislativo e até mesmo do Judiciário. Caso mais recente, as delações da Empreiteira Odebrecht e dos empresários responsáveis pela empresa JBS S/A.

De acordo com Matos et tal (2009, p.203), pode-se pensar as políticas públicas em três períodos distintos, sendo que o primeiro período inicia nos anos de 1960 e se estende até os primeiros anos da década de 1980, esse momento é caracterizado como uma fase de expressão máxima, em que o Estado se manifesta de maneira a garantir o desenvolvimento no campo. Na Década de 1960, o Brasil promoveu um programa de modernização agrícola, esse programa incluía diversas medidas como: tratamento do setor de insumos, expansão do crédito rural subsidiado, maiores gastos com extensão rural e mais abertura ao comércio internacional.

Assim, fica evidente que o Estado teve que interferir para favorecer a modernização. O Sistema de Crédito Rural (SNCR¹¹) foi uma das principais medidas para consolidar a modernização no campo aos moldes da Revolução Verde. Se esse recurso foi importante para o grande produtor, posto que propiciou novo fôlego para a produção agrícola, numa outra perspectiva, promoveu evidente desigualdade, considerando que esses recursos não chegava ao pequeno produtor, conforme fragmento:

[...] Ao invés de ser uma política que efetivamente consolidasse o desenvolvimento rural, essa política foi promotora desigualdades, devido ao seu caráter seletivo. A seletividade ocorreu em dois aspectos: áreas e produtores. Esteve concentrada, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste e direcionada aos médios e grandes produtores. (MATOS, 2011, p. 303).

De acordo com Mazoyer & Roudart (2010), essa modernização no campo foi um benefício de mão única, pois favoreceu uma pequena parte de agricultores já abastados. Ademais, atenuou a oferta de emprego no campo, porquanto com a modernização tecnológica no meio rural, a mão de obra menos especializada não tinha serventia no campo. No caso, o trabalhador rural comum, ofertava serviços que oneravam a produção e não tinham a mesma agilidade de uma máquina.

¹¹ SNCR: 1 - Cabe ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) conduzir os financiamentos, sob as diretrizes da política creditícia formulada pelo Conselho Monetário Nacional, em consonância com a política de desenvolvimento agropecuário. (Circ 1.536).

2 - O SNCR é constituído de órgãos básicos, vinculados e articulados. (Circ 1.536)

3 - São órgãos básicos o Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil S.A., o Banco da Amazônia S.A. e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Circ 1.536)

4 - São órgãos vinculados: (Res 2.828; Res 3.442 art 31; Res 3.549 art 2º; Circ 1.536)

a) para os fins da Lei nº 4.504, de 30/11/1964: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); (Circ 1.536).

b) auxiliares: agências de fomento, bancos estaduais, inclusive de desenvolvimento, bancos privados, Caixa Econômica Federal (CEF), cooperativas autorizadas a operar em crédito rural e sociedades de crédito, financiamento e investimento; (Res 2.828; Res 3.442 art 31; Circ 1.536).

c) incorporados: instituições integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), observado o disposto na seção 1-3. (Res 3.549)

[...] enquanto a agricultura camponesa permanecia tributária, na maioria das vezes, ao cultivo manual, as grandes propriedades de açúcar e de algodão da costa aproveitaram a conjuntura favorável dos anos 1950 e 1960 para ter acesso à motorização e à mecanização. Suprimindo nove décimos dos empregos agrícolas, a motomecanização foi a causa da situação insustentável dos “camponeses” sem terra e dos minifundiários que forneciam até então a mão de obra desse setor. (MAZOYER; ROUDART, 2010, P. 250)

Com a Lei nº 4.595/1964 ficou instituído o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central, dentre outros órgãos que favoreceram a liberação de verbas para esse segmento, foram importantes expedientes para a agricultura capitalista. De todas essas medidas, há de se destacar o crédito rural, porquanto foi promulgada a Lei nº 5.969/1973, medida que pode ser equiparada a um seguro de crédito para contratos de empréstimos para o custeio agrícola, denominado de Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

Ainda nesse viés, o Governo criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); logo depois, foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica a Extensão Rural (EMBRATER). Ainda nessa linha de desenvolvimento e investimento, foram adotadas outras medidas que favoreceram o crescimento dos agronegócios, dentre eles, alguns apontados abaixo:

[...] regulamentação da primeira Lei de Sementes, em 1965, cujos objetivos eram incentivo à produção e utilização de sementes melhoradas e a criação de instrumentos de proteção ao consumidor de sementes, que passaram a ser certificadas pelo Ministério da Agricultura. Em 1966, a criação do FUNFERTIL (Fundo de Estímulos Financeiros ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais). Estímulos aos projetos de irrigação, amparados com mais veemência a partir da década de 1970, por exemplo, com a criação da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) (RAMOS, 2001, apud MATOS; PESSÔA, 2011, pp. 290-322).

O segundo período, que compreende os anos de 1980 a 1990, é caracterizado com a fase de desmonte do projeto estatal, marcada pela diminuição das políticas agrícolas. Nesse aspecto, a modernização ganhou novos emblemas, a partir dessa primeira década. Dentre as muitas transformações, uma determinante para a mudança de perspectiva foi a crise do petróleo ocorrida em 1979. Tal crise atingiu os países capitalistas e provocou um impacto considerável na economia brasileira, elevando os níveis inflacionários a valores exorbitantes, esse acontecimento refletiu nos investimentos direcionados ao campo, pois havia uma nova forma de plantar e de colher, a motomecanizada. (SILVA et al, 2014, p. 371).

No último período, pós 1990, ocorreu à reestruturação das políticas agrícolas, surgiu assim, um novo cenário. As organizações de agricultores empresariais se rearticulam e os agricultores familiares se fortalecem por meio de associações. Todas essas mudanças foram amparadas por movimentos que tiveram início na década de 1980, especialmente, após a

Constituição Federal de 1988, que deu um novo status a todo cidadão brasileiro. Um exemplo desses agrupamentos é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ou, simplesmente, Movimento dos Sem Terras (MST), que passou a reivindicar mudanças no campo e um novo remanejamento de terras. Essa movimentação teve início em janeiro de 1984, com o objetivo de exigir políticas voltadas para a reestruturação fundiária.

Concomitantemente e atendendo às mudanças sociais ocorridas no período pós-ditadura, o Governo Federal estabeleceu o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), amparado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD). O objetivo do Estado, nesse momento, era fazer mudanças significativas; de tal modo, se propôs assentar, num período de quatro anos, 01(hum) milhão e 400.000 (quatrocentas mil) famílias.

A partir desse momento, a política agrícola se dividiu em dois ramos distintos: agricultura empresarial e agricultura familiar. Nesta perspectiva, Grisa e Schineider (2014) afirma que:

[...] Novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas, espaços de participação social foram criados, novos atores políticos emergiram e foram reconhecidos como sujeitos de direito, criaram-se regras e instrumentos de política pública que foram institucionalizados, e novos referenciais globais e setoriais orientaram as ações do Estado e permitiram redefinir regras e compreensões que afetaram mais ou menos as condições socioeconômicas da população, especialmente a do meio rural. Como protagonista e objeto de muitas destas mudanças destaca-se a agricultura familiar, uma categoria social e política que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro em meados de 1990. (GRISA; SCHINEIDER, 2014, p.02).

As mobilizações organizadas pelos agricultores familiares, em 1994, ficaram conhecidas como o “Grito da Terra Brasil”, a partir dessa sindicalização, os camponeses ganharam mais força e visibilidade, em função disso, foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE) e, na sequência, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Desde então, o PRONAF é considerado um dos acontecimentos mais marcantes na esfera política para o meio rural brasileiro, especialmente para aquela parcela de produtores que não conseguiam se manter com as políticas antigas.

Contudo, apesar das muitas mudanças ocorridas, ainda são necessárias outras ações governamentais, que tenham como prioridade a melhoria da infraestrutura rural, tais como: estradas, meios de comunicação. Além do mais, é imprescindível que haja programas que tenham como objetivo, combater a pobreza rural e que desperte nos jovens o interesse de permanecer na terra de seus pais. Para tanto, faz-se premente políticas voltadas para agropecuária, que facilitem o acesso aos meios de produção, o que favorecerá e melhorará a distribuição de renda. Nesse viés, o Estado deve garantir o acesso à quantidade e também a

qualidade dos alimentos consumidos pela população, através de uma política permanente de segurança alimentar e nutricional. (SILVA, 2010).

Nesse aspecto, Silva (2010) defende que:

Para romper esse ciclo perverso da fome é necessária a intervenção do Estado, de modo a incorporar ao mercado de consumo de alimentos aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho e/ ou que têm renda insuficiente para garantir uma alimentação digna a suas famílias. Trata-se, em suma, de criar mecanismos – alguns emergenciais, outros permanentes –, por um lado, no sentido de baratear o acesso à alimentação para essa população de mais baixa renda, em situação de vulnerabilidade à fome. De outro, incentivar o crescimento da oferta de alimentos baratos, mesmo que seja através do autoconsumo e/ou da produção de subsistência. E, finalmente, de incluir os excluídos, dado que o acesso à alimentação básica é um direito inalienável de qualquer ser humano. (SILVA, 2010, p.16)

Analisando esse contexto, é preciso olhar para os tempos vindouros e analisar qual vai ser o impacto se não houver, de fato, um fortalecimento da Agricultura Familiar e do pequeno agricultor. Se isso não ocorrer, a médio e longo prazo toda a população brasileira começará a sofrer as consequências, quais sejam: esvaziamento do campo e superpopulações na área urbana e as produções serão aquelas de interesse dos agronegócios.

1.6 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

A Política Nacional de Segurança Alimentar começou a ser implantada no Brasil no ano de 1993. A Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, em 1993, colaborou para o surgimento de um movimento social muito amplo, liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, que se expressou na formação de milhares de comitês de solidariedade e combate à fome (Silva, 2010).

Até 1995 o Brasil não contava com uma política para a agricultura Familiar, quando foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com uma linha de crédito diferenciada para este setor, dando origem nos anos subsequentes a um conjunto de políticas diferenciadas para este setor. (BIANCHINI, 2015, p. 11).

Em 1995, aconteceu a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nutricional, houve o reconhecimento da necessidade de políticas públicas direcionadas para atender esse importante segmento social e garantir a segurança alimentar e nutricional. Nessa conferência, tornou-se evidente que o Brasil já havia alcançado condições melhores em termos sociais e econômicos, portanto não havia mais possibilidades de se ignorar doenças primárias como malária, dengue, esquistossomose, dentre outros e, sobretudo, não seria mais possível tolerar a miséria. Diante dessas considerações, o Governo Federal se dispõe a trabalhar e criar condições

de minimizar essas questões. Para tanto, foi lançado o Programa *Fome Zero*, visando a inclusão social e a conquista da cidadania pelas famílias em condições de vulnerabilidade, com propensão à miséria.(CONSEA. 1995).

1.6.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

O Pronaf foi criado por meio do Decreto 1.946/1996, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Tinha como objetivo geral promover o aumento da produção e da produtividade rural, além de favorecer a redução dos custos de produção, visando a elevação da renda da família produtora rural através de apoio financeiro à atividades agropecuárias ou não agropecuárias.

Silva (1999) afirma que o objetivo geral deve ser atingido pela realização de vários objetivos específicos, e que a junção, o alcance e a realização das pequenas partes é que contribuirá para o alcance geral, de tal modo, aponta o Pronaf como:

[...] uma estratégia de promoção do desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, o PRONAF tem como eixos básicos o financiamento da produção agrícola, por intermédio da concessão de financiamento pelos agentes financeiros (PRONAF – CRÉDITO); a transferência de recursos orçamentários para o desenvolvimento rural de municípios selecionados (PRONAF-INFRA-ESTRUTURA); e a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (PRONAF-CAPACITAÇÃO) (*Sic*) (SILVA, 1999, p. 07).

Depois de 1999, o Pronaf aumentou os seus projetos e linhas de crédito, hoje são ofertados outros serviços, como por exemplo, o Pronaf Custeio, que é destinado ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização. O agricultor familiar também pode contar com o Pronaf Mais Alimentos, que é um financiamento de implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Tem o Pronaf Agroindústria que é destinado ao financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura. Outro benefício é o Pronaf Mulher, esse é um recurso que tem favorecido os empreendimentos da mulher agricultora. O Pronaf Jovem, que visa oferecer financiamento e investimentos em propostas de crédito para jovens agricultores e agricultoras. Outro recurso importante é o Microcrédito Rural, ofertado aos agricultores que têm rendas menores.

Apesar dos números positivos ofertados pelo Governo, muitos estudiosos questionam a eficiência e eficácia do Pronaf em gerar renda e melhoria de condições de vida para os agricultores familiares. Conforme Guanziroli (2007):

Após 10 anos de execução não cabe nenhuma dúvida que o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, ampliou o montante financiado, desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias, assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura tanto dos próprios agricultores como dos municípios em que se encontra. (GUANZIROLI, 2007 pp.1-2).

No entanto, uma das principais críticas feitas ao Pronaf é em relação a um suposto erro ou desvio de foco referente a algo considerado como ideal de distribuição em termos regionais e sociais. De acordo com seus apontamentos, o programa estaria privilegiando a propriedade familiar "eficiente" em detrimento aos mais fragilizados. (PETRELLI, 2004, apud GUANZIROLI, 2007).

Outros autores também fazem críticas ao programa, dentre eles, Mattei (2006) e Shneider (2004), que afirmam que o programa não inovou conforme considerações do Governo Federal; afinal, o benefício é concedido aos pequenos produtores que tem certa infraestrutura. E, mesmo assim, o produtor fica refém, pois torna-se circunspecto ao que lhe é imposto pelo órgão gerador do empréstimo, porquanto este, em muitos momentos, determina qual cultura precisa plantar. O banco não exige que ele plante determinada espécie, mas não libera a verba se o produtor insistir em outra cultura.

A especialização produtiva gerada pelo PRONAF é a situação em que o agricultor familiar é levado, pela política pública, a plantar o que esta financia. Ou seja, o que é mais fácil e historicamente as instituições bancárias tem tradição de financiamento e de operacionalização. (SCHNEIDER et al, 2004, p. 9).

Nessa perspectiva, há uma perda de autonomia, pois o produtor tem que se submeter às exigências externas para conseguir o financiamento, o que pode comprometer os parâmetros daquilo que é proposto pelo programa, considerando que há o risco de afetar a liberdade do sujeito/produtor familiar, contribuindo, por vezes, em uma tomada de decisão equivocada, o que pode fadar em fracassos. Em outra análise, Guanziroli (2007) afirma que:

“por se tratar também de um programa caro (em termos financeiros) para a sociedade, ele deve ser permanentemente revisto, avaliado e aperfeiçoado de forma a que não perca sua característica original de proteger de forma eficiente um segmento da população rural que tem uma importante participação na vida nacional” (GUANZIROLI, 2007 p.14).

A Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) afirma que as contratações do crédito do Pronaf tiveram crescimento ao longo dos anos. Em 1999/2000, foram 3.403 municípios que receberam o benefício pelo Pronaf. Esses números aumentaram em 2007/2008, passando para 5.379 municípios. De acordo com esses números, houve um crescimento de 58% entre um período e outro. Os indicadores do Governo Federal afiançam que o montante de crédito contratado pelos agricultores do Pronaf tem crescido

anualmente e que o crédito contratado pelos agricultores do Pronaf evoluiu de uma contratação de R\$ 2,15 bilhões em 1999/2000 para aproximadamente 9 bilhões em 2007/2008, totalizando um crescimento de 319%, quando comparado a 1999/2000. (OLIVEIRA, 2012 p.61).

Contudo, Tonneau; Aquino e Teixeira (2005) apontam as contradições nas ações do Pronaf, conforme fragmento abaixo:

[...] os grandes desafios das políticas públicas no meio rural são a criação de novas oportunidades para o desenvolvimento da agricultura e para o crescimento da produtividade, não de todos os agricultores, mas somente dos considerados de transição a fim de transformá-los em agricultores familiares consolidados. Por sua vez, os agricultores periféricos, como a caracterização indica, tornar-se-ão uma categoria marginal. Mais de 12 milhões de agricultores familiares que residem em estabelecimentos agrícolas periféricos (53% do total de agricultores familiares) seriam, assim, ao menos em teoria, excluídos das políticas de desenvolvimento, devendo se contentar com as políticas de compensação social. Ao estabelecer, portanto, os parâmetros para a distribuição dos seus recursos, o Pronaf é seletivo e excludente. (TONNEAU; AQUINO & TEIXEIRA, 2005, p. 73)

Vários estudiosos reconhecem a importância das políticas públicas para a redução da pobreza no espaço rural brasileiro; todavia, é impossível negar que ainda existe um número imenso de famintos no Brasil, e esses famintos estão tanto no campo quanto no espaço urbano. Isso posto, conhecer as políticas públicas atuais e analisar o alcance das mesmas, é só uma parte de um processo que envolve os acadêmicos, a sociedade e o Estado. Depois de transcorridos mais de 20 anos de projetos de mudanças, talvez seja necessário rever alguns pontos e, se necessário, adequar as políticas públicas para a realidade atual, favorecendo um atendimento igualitário a todos que necessitam.

Essa situação é observada no relatório Programa Fome Zero (2010), em que há demonstrações sobre o avanço do país na promoção da capacidade de produção da agricultura familiar. Nesse relatório do CONSEA (2010) fica evidente que:

[...] Os impactos das crises no Brasil foram atenuados devido à ampliação da produção familiar, apoiada em várias políticas públicas (Pronaf, PAA e Programa Mais Alimentos), responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no país. A estas políticas se juntaram aquelas com impacto no acesso aos alimentos, a saber: a manutenção da recomposição do salário mínimo e o imediato reajuste dos valores *per capita* da transferência de renda realizada pelo Bolsa Família. Hoje se sabe que a dinamização do mercado interno esteve entre as razões que atenuaram os impactos da crise econômica no país. Resta por superar a situação em que ainda se encontram grupos sociais em pobreza extrema privados de direitos essenciais, inclusive o direito à alimentação, como é o caso de parte considerável dos povos indígenas e da população de rua. (CONSEA, 2010, p.283)

É evidente que houve muitos beneficiados pelos programas voltados para a Agricultura Familiar brasileira, também que, desde anos de 1990, o conceito de Agricultura Familiar foi se fortalecendo nos meios acadêmicos e nas organizações representativas dos próprios

agricultores. Igualmente, o Estado se sentiu pressionado em garantir, por meio de programas e ações, o atendimento as necessidades dessa população. Entretanto, se um benefício não chega ou não atende a todos, a isonomia fica comprometida.

Portanto, se há pretensão da equidade, então, deve se observar se esses programas estão sendo acessados por todos os agricultores familiares do país, especialmente, aqueles que estão estabelecidos em regiões que apresentam maiores índices de pobreza, como é o caso dos produtores residentes no Norte de Minas, região nuclear desta pesquisa.

1.6.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e de qualidade e incentivar a Agricultura Familiar. Os alimentos produzidos são adquiridos diretamente do produtor pelo Governo Federal em parceria com o Governo Estadual e/ou Municipal e depois distribuídos entre as pessoas em condições de risco. O PAA age em seis frentes, mas as principais são a Compra Direta e a Compra com Doação Simultânea. As regras do programa são estabelecidas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA). De acordo com o fragmento abaixo, é possível ter uma ideia do seu funcionamento:

O PAA possui dois públicos beneficiários: os fornecedores e os consumidores de alimentos. Os beneficiários fornecedores são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição (ASCOM/MDS, 2012, p.04).

Sendo assim, pode ser conceituado como um programa de compras do Governo Federal, que promove a organização produtiva e econômica no meio rural, o combate à pobreza extrema, o desenvolvimento local e a segurança alimentar e nutricional. Os agricultores familiares vendem seus produtos para o governo, esses produtos adquiridos são destinados às escolas ou doados para entidades da rede socioassistencial e para equipamentos públicos de alimentação e nutrição (como restaurantes populares e bancos de alimentos). Também podem ser usados para formar estoques públicos e para compor cestas de alimentos que são distribuídas a grupos populacionais específicos ou em ações emergenciais, em complementação à ação da Defesa Civil (MDA, 2016).

1.6.3 Programa Fome Zero

Esta iniciativa surgiu a partir do pressuposto de que todas as pessoas devem ter acesso diário e de forma digna ao alimento, em quantidade e qualidade suficientes para atender as necessidades básicas e à manutenção da saúde. Sendo assim, o *Programa Fome Zero* foi uma importante política pública, lançada em 2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tal programa passa a existir atrelado a outro, que é *Vida Digna no Campo*. Ora, com esse recurso, o Governo Federal resolve outros problemas; posto que ao mesmo tempo em que delibera, ao menos em parte, a dificuldade da fome no país, já que com essas medidas, garante uma alimentação de qualidade para a população de baixa renda, transpõe outro problema sério, que é o fortalecimento da Agricultura Familiar, gerando nas duas pontas do processo a inclusão social e a diminuição da pobreza.

Esse programa foi vinculado a outras medidas importantes que são denominadas de eixos articuladores. São ao todo quatro eixos; sendo que o primeiro eixo articulador refere-se ao acesso à alimentação, que inclui transferência de renda por meio do Programa Bolsa Família, vinculado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Restaurantes Populares e outro programa importantíssimo, que são os Bancos de Alimentos e Fortalecimento da Agricultura Familiar. Esses bancos funcionam como um entreposto entre agricultor familiar e a população que precisa receber o alimento. Tal medida tem a prerrogativa de evitar desperdícios, além de gerar renda para o campo, valorizando a agricultura familiar. Esses entrepostos, geralmente vinculados às prefeituras, compram a produção familiar e distribui entre as escolas, entidades de apoio a pessoas com deficiência, em recuperação de dependências químicas, centros de bairro, dentre outros.

O segundo eixo está vinculado à geração de renda, que tem como escopo proporcionar a reabilitação do sujeito em termos de conquistas sociais, trata da qualificação social e profissional. Neste aspecto, aborda a economia solidária e a inclusão produtiva. Outra providência importante, nesse sentido, foi a criação do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad). Neste aspecto, a proposta é resgatar o sujeito marginalizado economicamente, isto é, que está à margem da sociedade em termos de acesso aos direitos inerentes ao cidadão. De tal modo, criou-se Organização produtiva de Comunidades (Produzir). O objetivo dessa organização é o resgate da pessoa humana, proporcionando-lhe a possibilidade

de deixar uma situação em que margeia a sociedade e oferecer-lhe a dignidade que lhe é intrínseca à condição de cidadão.

Outras iniciativas que se alinham com esse direcionamento, são a qualificação social e profissional, a economia solidária, a inclusão produtiva e o microcrédito produtivo orientado. Mas antes dessas decisões, ainda em 1995, foi criado o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), com a intenção de gerar crédito para aqueles que não têm acesso. No início, este programa era tido por alguns autores como um recurso fantástico para as mudanças necessárias, “como uma linha de crédito rural, fruto de uma intensa participação das organizações da agricultura familiar, o programa foi se estruturando e atinge hoje o rural brasileiro em toda a sua diversidade” (BIANCHINI, 2015, p. 03).

O terceiro eixo tem como objetivo o fortalecimento da Agricultura Familiar, este que é também uma forma de gerar renda para este segmento específico, qual seja, o pequeno produtor rural. De tal modo, foi criado o Seguro da Agricultura Familiar; Garantia-Safra e Programas de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), esse último foi de fundamental importância para o fortalecimento da agricultura familiar.

No quarto eixo, a proposta é trabalhar a articulação, mobilização e controle social, o que se pretende é o resgate absoluto da cidadania. Ora, se o sujeito tiver o alimento, trabalho e moradia, as outras conquistas lhe vêm por acréscimo, como estudo, cultura e etc.. De maneira que as iniciativas desse eixo incluem ações como: Casa das Famílias, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Mobilização Social e Educação Cidadã, Capacitação de Agentes Públicos e Sociais, Mutirões e doações, dentre outras iniciativas.

O que é certo é que o Programa Fome Zero surgiu, na época, como uma política pública com grandes possibilidades de mudanças:

O Programa Fome Zero (PFZ) representou inicialmente a principal resposta política na área social do novo governo, formada por iniciativas políticas e institucionais que mobilizaram um conjunto de ministérios, demandando capacidade de articulação intersetorial do governo recém empossado. Do ponto de vista das ideias e dos grupos políticos que as defendiam, representou a ascensão ao processo decisório governamental, em um locus institucional com status de ministério, de um paradigma da ação pública favorável às políticas de segurança alimentar. (TOMAZINI; LEITE, 2016, P. 01).

Ademais, nessa linha de proteção e amparo surgiram programas vinculados à educação e à saúde, foram desenvolvidos programas de saneamento e de controle de endemias, além de políticas de geração de renda e emprego. No que se refere a este ponto da questão, os investimentos voltaram-se para a produção de alimentos e infraestrutura, de acordo com as

particularidades de cada área, e o incentivo à Agricultura Familiar merece destaque neste conjunto. (MULLER; SCHNEIDER; SILVA, 2007).

Apesar de a iniciativa ser valorosa e contar com muitos resultados positivos, o que se percebe, ao longo dos anos, é que o programa se perde nas burocracias e, por causa disso, tende ao enfraquecimento.

1.6.4 Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil sem Miséria foi criado em 2011, com a intenção de amparar a todos, tanto aqueles que vivem na área urbana quanto na área rural, além dos eixos de garantia de renda e de acesso a serviços públicos. O plano pretende, na perspectiva urbana, gerar ocupação e renda, trabalhar a questão da qualificação profissional, além de intermediar oportunidades entre quem precisa vender e quem precisa comprar, firmando outras ações em consonância com estas.

Ainda nessa perspectiva de cuidado, foi lançada a Economia Solidária, que estimula e ampara a produção, venda, compra e troca. Na Economia Solidária propõe-se que os trabalhadores sejam proprietários de seus negócios, independe de ser morador do campo ou da cidade. Nesse aspecto, são ofertadas duas outras possibilidades, que são o Microcrédito e o Microempreendedor Individual (MEI).

Para as pessoas que moram no campo, a ideia é facilitar o acesso aos meios de produção, oferecer assistência técnica e acompanhamento das famílias, além de possibilitar o acesso aos mercados, favorecendo também o autoconsumo. De maneira que o trabalhador rural que decidir ficar no campo, não seja prejudicado em termos de acesso. Nessa concepção, foram criados outros programas, que mesmo não fazendo parte diretamente do Plano Brasil sem Miséria, contribuiu para que os objetivos fossem e que ainda sejam alcançados.

Um exemplo dessas medidas é a Educação no Campo¹², outra possibilidade ligada à educação, mas que tem o propósito de beneficiar o homem em sua região, são os Institutos Federais (IF)¹³, que nos últimos anos foram revigorados e/ou construídos, com o propósito de

¹²Educação no campo é uma modalidade da educação que ocorre em espaços denominados rurais. Diz respeito a todo espaço educativo que se dá em espaços da floresta, agropecuária, das minas e da agricultura e ultrapassa, chegando também aos espaços pesqueiros, a populações ribeirinhas, caiçaras e extrativistas. Disponível em: <educacaointegral.org.br/glossario/educacao-no-campo/>. Consulta realizada em 28/10/2016.

¹³Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento. São 38 Institutos Federais presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Essa Rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Federais,

atender o sujeito no seu habitat, respeitando sua cultura; contudo, lhe proporcionando conhecimento e capacidade de tornar-se, em certa medida um Intelectual Orgânico — Conforme Antônio Gramsci —¹⁴, com possibilidades de promover a mudança em seu meio.

Ainda em 2006, houve a promulgação da Lei 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional¹⁵ (SISAN). Este sistema teve início para garantir não só alimentação, mas, sobretudo, garantir a dignidade das pessoas. Podendo ser conferido no fragmento abaixo, em que fica determinado:

Art. 1o Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Art. 2o A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. (BRASIL, 2006, s/p).

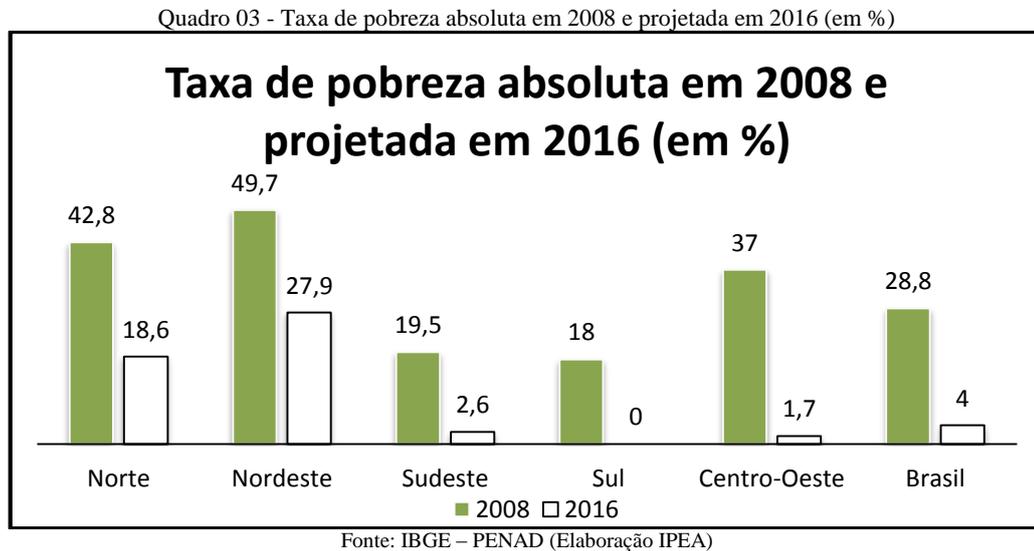
Toda ação deve estar alinhada aos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/PENAD) e elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA). Esses órgãos têm condições de quantificar onde está a fome e a falta de acesso aos benefícios oferecidos pelo governo. Também as pesquisas conseguem mostrar em que medida

mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois Cefets, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Consulta realizada em 31/10/2016.

¹⁴ Antonio Gramsci (1891- 1937) foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano, define duas categorias de intelectuais: o orgânico e o tradicional. O intelectual orgânico é aquele que provém de sua classe social de origem e a ela mantém-se vinculado ao atuar como porta-voz da ideologia e interesse de classe. O intelectual tradicional é aquele que se vincula a um determinado grupo social, instituição ou corporação e que expressa os interesses particulares compartilhados pelos seus membros. Como exemplos de grupos sociais, instituições e corporações que geram intelectuais tradicionais podem ser citadas: a Igreja (cujos membros são os clérigos), as Forças Armadas (cujos membros são os militares), as instituições de ensino superior (cujos membros são os professores universitários), entre outros. Gramsci destaca que a luta do proletariado contra as classes dominantes burguesas se travam em dois campos fundamentais: no da ação prática e no campo ideológico. Os intelectuais de modo geral desempenham funções no campo ideológico. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/intelectuais-2-pensadores-e-classes-sociais.htm>>. Consulta realizada em 01/12/2016. “Orgânicos”, ao contrário, são os intelectuais que fazem parte de um organismo vivo e em expansão. Por isso, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade. Ao fazer parte ativa dessa trama, os intelectuais “orgânicos” se interligam a um projeto global de sociedade e a um tipo de Estado capaz de operar a “conformação das massas no nível de produção” material e cultural exigido pela classe no poder. Então, são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a06v2670.pdf>>. Consulta realizada em 01/12/2016.

¹⁵ O artigo 3º da Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006 define que segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, culturais, econômica e socialmente sustentáveis.

os recursos ofertados estão alcançando aqueles grupos em condições de risco. Diante dessa quantificação, é possível trabalhar a questão da qualidade. Um exemplo dessa situação pode ser verificado no gráfico abaixo; de acordo com o IBGE, entre os anos de 2008 e 2016 houve uma diminuição considerável da pobreza absoluta:



Não há dúvidas que houve grandes avanços com as políticas públicas estabelecidas pelo Governo Federal em consonância com os Governos Estaduais e Municipais, mas o fato é que a solução chega fragmentada e nem sempre oferece o que o morador da zona rural precisa. Considerando que são grupos fragilizados e nem sempre contam com o conhecimento necessário.

1.7 As Associações Rurais: uma nova forma de organização para o fortalecimento do agricultor familiar

Além das políticas públicas para a Agricultura Familiar, observa-se que após os anos de 1960, a emergência de diferentes organizações da sociedade civil, tais como ONGs, associações e cooperativas, ampliou a diversidade de formas de expressão em torno de novos projetos de desenvolvimento. Desde essa época, foram criadas várias organizações com o objetivo de garantir a representatividade dos agricultores familiares. Dentre elas, pode-se mencionar a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), criada em 1963 e que continua sendo a principal central sindical de trabalhadores rurais no País; também a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Estas organizações se colocam na posição de mediadores entre o Estado e as práticas organizativas da população, integrando as estruturas de gestão e governança das políticas públicas. Dentre essas novas práticas organizativas da população, o associativismo rural passa a ser uma alternativa adotada pelos produtores rurais em busca da sustentabilidade, principalmente as das pequenas propriedades. Para Muenchen (1996) as associações de pequenos agricultores são entidades que agrupam certo número de produtores com interesses comuns, tendo como finalidade, resolver os problemas de forma coletiva e com o uso de práticas solidárias. (Muenchen, 1996).

Hall (2004) defende que nenhuma organização é capaz de gerar todos os recursos de que necessita e nem toda atividade pode ser realizada somente internamente, de maneira isolada e independente. Desta forma, as organizações passam a depender de seu ambiente e de outros arranjos para obter o acesso aos recursos necessários. Esse novo modelo de organização rural é um diferencial entre muitas comunidades, e pode refletir em bons resultados para a população, tanto no âmbito das relações sociais e culturais quanto pelo viés das relações econômicas, contribuindo para a promoção do desenvolvimento rural na comunidade.

O associativismo rural produtivo está recebendo apoio considerável por parte do Estado. Isto ocorre, porquanto o Pronaf e outros programas optam por canalizar seus recursos para associações de produtores e agricultores. Nesse sentido, as associações e cooperativas têm um papel importante nos processos de organização rural, visto que têm o objetivo de buscar os interesses da comunidade.

Diante dessa discussão, a pesquisa torna-se mais pontual e concentra-se, de maneira mais específica, na história da criação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleiras, observando as especificidades do local e sua importância para a associação dos agricultores que nela estão inseridos. Nessa perspectiva, no Segundo Capítulo será feita uma abordagem de âmbito geral, sobre o assunto, ou seja, será observada a Agricultura Familiar nas mesorregiões do Estado de Minas Gerais. Pontuou-se também as características da multifuncionalidade rural como recurso importante de mudança no comportamento do pequeno produtor e também como possibilidade de direcionar as políticas agrícolas e no Terceiro Capítulo será feita abordagem mais exclusiva e direcionada sobre o associativismo, concentrando a atenção, na referida Associação.

Figura 03 - Residência do agricultor Familiar da Associação Vale do Gameleira



Fonte: SENA, 2017

Figura 04 - Imediações da moradia



Fonte: SENA, 2017

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.
(Guimarães Rosa)

CAPÍTULO II

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MULTIFUNCIONALIDADE E A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL, EM MINAS GERAIS E NO NORTE DE MINAS

Para ponderar os problemas ambientais provocados pelo uso inconsequente da natureza, pode-se utilizar um fragmento de uma pequena parábola¹⁶, que permite fazer uma reflexão acerca do comportamento humano diante da casa comum, a terra. Esta parábola retrata a história de uma vaquinha saudável e feliz que, em determinado momento, foi invadida por alguns hóspedes. Eram convidados pouco desejáveis, bernes. Mas, no começo, como eram poucos e pequenos e também a vaca era resistente e bem nutrida, não houve maiores problemas, entretanto, com o passar do tempo a situação mudou.

Aconteceu, entretanto, que os bernes começaram a se multiplicar. Os bernes aumentavam, mas a vaca não aumentava, confirmando a lei de Malthus, que disse que “os alimentos crescem em razão aritmética, enquanto as bocas crescem em razão geométrica.” O couro da vaca se encheu de calombos que indicavam a presença dos

¹⁶ Não foi possível confirmar a autoria desta parábola, mas é utilizada por Rubem Alves para ilustrar uma crônica publicada no Jornal Folha de São Paulo, em 30 de maio de 2006. Sendo assim, será considerado este o autor do texto, caso haja outra confirmação, será corrigido posteriormente. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3005200602.htm>>. Consulta realizada em 01/12/2016.

bernes. Mesmo assim, a vaca continuava saudável. Ela tinha muita carne de sobra. Foi então, que uma coisa inesperada aconteceu: alguns bernes sofreram uma mutação genética e passaram a crescer em tamanho. Foram crescendo, ficando cada vez maiores, e com uma voracidade também cada vez maior. Os vermes magrelas ficaram com inveja dos vermes grandes e trataram de tomar providências para que eles crescessem também. O corpo da pobre vaca passou a ser uma orgia de crescimento.

Ora, nessa situação, com uma invasão mais definida e aguerrida, não há organismo que se sustente, e a pobre vaca começou a dar mostras de sofrimento e, gradativamente, a debilidade tomou conta do seu corpo. Entretanto, apesar disso, os bernes não se importavam com o todo da situação, o único objetivo era o crescimento constante e a exploração cada vez mais organizada. Contudo, acontecia algo que se passava despercebido pelos vermes, porquanto eles viviam no interior da vaca, nada sabiam do todo:

Para perceberem, seria preciso que eles estivessem do lado de fora. Os bernes estavam dentro da vaca. Assim, não percebiam que sua voracidade estava matando-a. A vaca morreu!... E com ela, morreram os bernes!...Fizeram autópsia da vaca. O relatório do legista observou que os bernes mortos eram excepcionalmente grandes, bem nutridos, muitos deles chegando à obesidade. “James Lovelock é um cientista que sugeriu que a nossa Terra é um organismo vivo, como a vaca da parábola. Sendo uma coisa viva, ela pode ter saúde ou ficar doente.” Sua conclusão é que nós, os bernes, já estragamos a Terra, “a nossa vaca,” além de qualquer possibilidade de cura. A Terra está doente. (ALVES, 2006, s/p).

A parábola acima retrata bem a condição da Terra e a voracidade de seus hospedeiros, os homens. É possível perceber que a exploração inconsequente do meio ambiente está provocando inúmeros problemas que tende a se agravar, se não for repensado esse comportamento e, ato contínuo, fazer uma mudança drástica. Porquanto, mais do que o lucro, é preciso imaginar que a terra vai tolerar um limite de agressão e de exploração, chegará um momento em que não será possível restabelecer suas condições físico-ambientais e tudo o que estiver dentro da terra/vaca vai sucumbir.

Nesse viés, é importante considerar o que vale mais. Há pesquisadores que compreendendo essa exploração desenfreada, apontam novos caminhos que mantêm o cultivo, sem haver a exploração. Boa parte desses pesquisadores entende que a Agricultura Familiar é o caminho para os problemas presentes e futuros do meio ambiente e da condição humana na terra. A maioria desses estudiosos defende que é preciso mudar hábitos arraigados, especialmente esses que foram instalados pela sociedade de consumo, incentivados pelo capitalismo. Ora, muitos costumes adquiridos na vida contemporânea são sinônimos de conforto e modernismo, mas nem tudo será possível de ser mantido, sem desolar definitivamente o meio ambiente.

Montibeller-Filho (2004) faz uma análise bastante interessante a esse respeito, porquanto mostra que há uma lógica no que ocorre, ou seja, uma sincronicidade quando se justifica que toda a exploração do meio ambiente é para satisfazer as necessidades fundamentais da população. Todavia, reforça que o enfoque deve coadunar com as necessidades reais e fundamentais, não com os excessos, pois não é possível haver exploração para satisfazer o supérfluo da existência humana, manter desequilíbrios para garantir confortos desnecessários. Nessa perspectiva, é preciso pensar não só no momento presente, e sim, estender a expectativa para as próximas gerações.

O ecodesenvolvimento¹⁷ pressupõe, então, uma solidariedade sincrônica com os povos atuais, na medida em que desloca o enfoque da lógica da produção para a ótica das necessidades fundamentais da população, e uma solidariedade diacrônica, expressa na economia de recursos naturais e na perspectiva ecológica para garantir a possibilidade de qualidade de vida às próximas gerações. (MONTIBELLER-FILHO, 2001, p. 45).

Outro ponto que é essencial tratar ao se abordar essa problemática é a exploração do solo visando o lucro. Já foi comprovado, inclusive por pesquisas de órgãos estatais, que a Agricultura Familiar produz mais, emprega mais e agride menos a natureza, alcançando objetivos diversos, que não só o lucro.

A agricultura familiar é responsável por algo entre 60 e 70% da produção de alimentos básicos no Brasil, o que tem um significado extremamente importante no contexto, não só da segurança alimentar, mas do próprio agronegócio do país. Entretanto, ainda enfrenta sérios problemas. Há a necessidade de um sistema de comunicação e ensino rural mais eficiente, como forma de orientação tecnológica. Ainda assim, há um potencial muito alto de crescimento da produtividade para esse tipo de agricultura, o que aumentaria significativamente a produção de alimentos, sem invasão de novas áreas para cultivo. Os índices de crescimento, desde 1995, mostram que a área cultivada cresceu cerca de 25% e a produção aumentou quase 150%, números que podem ser mantidos com uma agricultura familiar mais tecnificada. (PINTO¹⁸, s/d, p. 05).

¹⁷ O termo ecodesenvolvimento foi introduzido por Maurice Strong, secretário-geral da Conferência de Estocolmo-72, e largamente difundido por Ignacy Sachs, a partir de 1974 (Raynaut e Zanoni, 1993; Godard, 1991). Ele significa o desenvolvimento de um país ou região baseado em suas próprias potencialidades, portanto endógeno, sem criar dependência externa. MONTIBELLER FILHO, Gilberto. In: O Mito do Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal de Santa Catarina; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Curso de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/81183/137926.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Consulta realizada em 02/02/2017.

¹⁸ Hilton Silveira Pinto é Professor do Instituto de Biologia e Diretor Associado Cepagri da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Agrônomo pela ESALQ/USP, doutor em Agronomia pela UNESP e pós-doutorado/professor convidado pela Universidade de Guelph, Canadá. Foi assessor das Secretarias de Agricultura e de Ciência e Tecnologia de S. Paulo, do Ministério da Agricultura, da Finep e do MCT. Coordena projetos de pesquisas com financiamentos nacionais e internacionais nas áreas zoneamento de riscos e de mudanças climáticas na agricultura. Publicou 64 trabalhos em revistas científicas e 33 capítulos de livros. Recebeu 3 prêmios de mérito científico.

Para Pinto (s/d), aumentar os investimentos na cultura familiar rural é, em certa medida, a garantia da acomodação financeira e social; porquanto, ao mesmo tempo em que se mantém o homem no campo, também contribui para a manutenção do equilíbrio da natureza. Ora, nesse entendimento, a Agricultura Familiar apresenta-se para além de uma opção de organização e de produção menos agressiva ao meio ambiente, mas também como meio de conservar diversos recursos naturais, porque sua relação com a terra não é simplesmente capitalista, considerando a maneira da convivência pacífica com seus diversos fenômenos, tanto naturais quanto humanos. Importa dizer que traçar velhos caminhos e esperar chegar a lugares diferentes é uma incongruência, conforme aponta Tassara; Rutkowski (2008):

[...] a análise da crise ambiental mundializada, vista como decorrente de formas psicossociopolítico-culturais de relação ser humano-ser humano e ser humano-natureza, implica definir-se, como seu centro de referência, a pressuposição de uma indissociabilidade entre as mudanças socioambientais globais e as mudanças climáticas e suas consequências planetárias. Em outras palavras, o enfrentamento da crise ambiental exige, necessariamente, o reconhecimento da abertura de um ponto de cisão entre alternativas de futuro no confronto cultura-natureza e suas interações. (TASSARA; RUTKOWSKI, 2008, p.08)

Chegará o momento em que não haverá mais tempo para postergar essa discussão, e mais, procrastinar essa ação. Sendo assim, pode-se afirmar que esse momento é “o ponto de cisão”, em que será fundamental uma mudança radical no comportamento exploratório da natureza e um investimento consciente e responsável na Agricultura Familiar para reequilibrar a relação homem/natureza. O que garantirá, minimamente, que o sujeito continue a explorar a terra, mas de maneira escrupulosa e cômico de sua responsabilidade frente às questões sociais, políticas, culturais e ambientais.

Esses apontamentos convergem para a importância da multifuncionalidade¹⁹ na perspectiva da Agricultura Familiar, porquanto são iniciativas que podem contribuir de maneira significativa para a utilização do meio ambiente, orientando para a exploração mais segura, pautada na preservação e manutenção da natureza.

2.1 O Reconhecimento da Agricultura Familiar no Brasil

¹⁹ A noção de multifuncionalidade da agricultura, de origem européia, é uma forma ampliada de considerar a agricultura em relação à perspectiva tradicional, que por sua vez, está centrada no aspecto econômico, na produção de alimentos e fibras destinados ao mercado, cujos valores são regulados com base em transações mercantis. Quando se fala em multifuncionalidade leva-se em conta que a agricultura, hoje em dia, fornece não apenas os produtos agrícolas (função básica), mas desempenha também outras funções, como a ambiental ou ecológica, territorial e social.

A importância da Agricultura Familiar teve seu reconhecimento somente na década de 1990, em virtude do agravamento das crises sociais, ambientais e em consequência da inviabilidade do padrão de financiamento que estava sendo aplicado anteriormente para essa categoria de agricultores. Diante dessa condição, foram criadas políticas públicas direcionadas ao agricultor familiar, tendo como escopo a valorização do pequeno produtor. Naquilo que se refere à valorização da Agricultura Familiar, Olalde (s/d) ressalta sua importância, quando aborda a questão da dimensão espacial do desenvolvimento:

A agricultura familiar, além de produzir alimentos e matérias primas, gera quase 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos e a preservação do patrimônio genético, ou seja, um estabelecimento humano de valorização de um meio natural. (OLALDE, s/d, p 01).

A Agricultura Familiar, conforme apontamentos anteriores, tem se mostrado como um importante expediente para o cenário econômico brasileiro. Há dados que confirmam que apesar dos poucos recursos investidos pelo Estado, o retorno é bastante positivo e seguro. De acordo com o INCRA (2000), os agricultores familiares recebem apenas 25,3% do financiamento destinado ao setor agrícola. Apesar do baixo investimento, considerando o todo designado para esta área, a Agricultura Familiar é responsável por parte significativa da produção agropecuária.

Em conformidade com o Censo Agropecuário de 2006²⁰, os agricultores familiares representam 84,4% do total de estabelecimentos rurais brasileiros, sendo que as propriedades voltadas para a agricultura comercial, gira em torno de 15,6% do total de estabelecimentos. Vale refletir que essa análise é feita na perspectiva de números de estabelecimentos, não em extensão de terras; ou seja, são muitas propriedades ocupando pouco espaço, em contrapartida, um número reduzido de ocupantes de espaços maiores.

No Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos

²⁰O último censo realizado foi em 2006/2007, são 11 anos sem novos dados para essa área. Há de se considerar que a Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991. Determina no Art. 1º, que a periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos, realizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), será fixada por ato do Poder Executivo, **não podendo exceder a dez anos a dos Censos Demográficos e a cinco anos a dos Censos Econômicos.** O censo agropecuário por conter dados que contribui para a construção de informações referentes aos aspectos econômicos, sociais e ambientais da atividade agropecuária deveria ser realizado a cada 05 anos.

estabelecimentos familiares era de 18,37 ha, e a dos não familiares, de 309,18 há. (FRANÇA, 2009, p. 20).

Nessa expectativa, é necessário fazer um contraponto em relação aos investimentos feitos na agricultura comercial e capitalista e o que é investido na Agricultura Familiar. Em contrapartida, consoante com os dados publicados no site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Agricultura Familiar, nos últimos anos, tem produzido mais e, além disso, o “setor emprega quase 75% da mão de obra no campo e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87% da mandioca e 58% do leite consumidos no país”. (INCRA, 2009, s/p).

Existe uma série de nomenclaturas que definem a agricultura não patronal²¹ no Brasil. O conceito mais utilizado é o de Agricultura Familiar, por esse motivo está sendo utilizado no desenvolvimento desse trabalho. Conforme apontamentos de Schneider (2003), a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, veio dar maior legitimidade a este conceito, que passou a ser utilizado por vários autores, tendo como consequência uma grande diferenciação de critérios para definir este modelo de produção.

Algumas constitutivas importantes que circunscreve esse segmento rural se destacam, sendo seis características básicas, que lhes são inerentes e que definem a Agricultura Familiar, sendo elas: a gestão é feita pelos proprietários, ao contrário dos grandes empreendimentos agropecuários, não se concede a gestão a um especialista; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco. Por isso, na Agricultura Familiar, normalmente, é a família que trabalha em prol do bom desenvolvimento da propriedade, o que desencadeia outras duas características, sendo elas: o trabalho é fundamentalmente familiar e o capital pertence à família; o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família e os seus membros vivem na unidade produtiva, o que está alinhado com as outras características. (GASSON E ERRINGTON, 1993 apud ABRAMOVAY, 1999).

A legislação brasileira no inciso II, do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, conceitua a Agricultura Familiar como:

[...] imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964).

21 Consultar IBGE (2009); Abramovay (1992, 1997).

Nessa definição, a família é considerada como a detentora dos meios de produção e é também a responsável pelo processo produtivo. Nos anos 90, o Governo Federal decidiu iniciar as políticas específicas de apoio à Agricultura Familiar, para tanto, baseou-se em estudos do INCRA/FAO, esses órgãos se fundamentaram numa definição desenvolvida na França. O que permitiu compreender que a Agricultura Familiar brasileira é praticada em três modalidades: a) a agricultura familiar consolidada; b) a agricultura familiar de transição; c) a agricultura familiar periférica. (SILVA, 1999).

[...] independentemente de quais sejam sistemas sociopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa na produção. É forçoso admitir, entretanto, uma grande diversidade de situações: em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares, ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, ao contrário, é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada. (LAMARCHE, 1997, p.13).

Abramovay (1999) afirma que ao lado de milhões de unidades familiares consideradas precárias, “desenvolve-se também um segmento familiar dinâmico capaz de integrar-se ao sistema de crédito, cujo comportamento econômico difere da famosa e tão estudada aversão ao risco, que adota a inovação tecnológica e integra-se a mercados competitivos” (ABRAMOVAY, 1999, p.76).

O autor completa dizendo que:

Este dinamismo não depende de características supostamente “culturais” dos agricultores, mas de três fatores básicos:

- da base material com que produzem (extensão e, sobretudo fertilidade das terras);
- da formação dos agricultores, fator que hoje ganha uma importância crucial;
- do ambiente sócio-econômico em que atuam e, sobretudo da existência neste ambiente das instituições características de uma economia moderna: acesso diversificado a mercados, ao crédito, à informação, à compra de insumos e aos meios materiais de exercício da cidadania (escola, saúde, assistência técnica, etc.). (ABRAMOVAY, 1999, p.76).

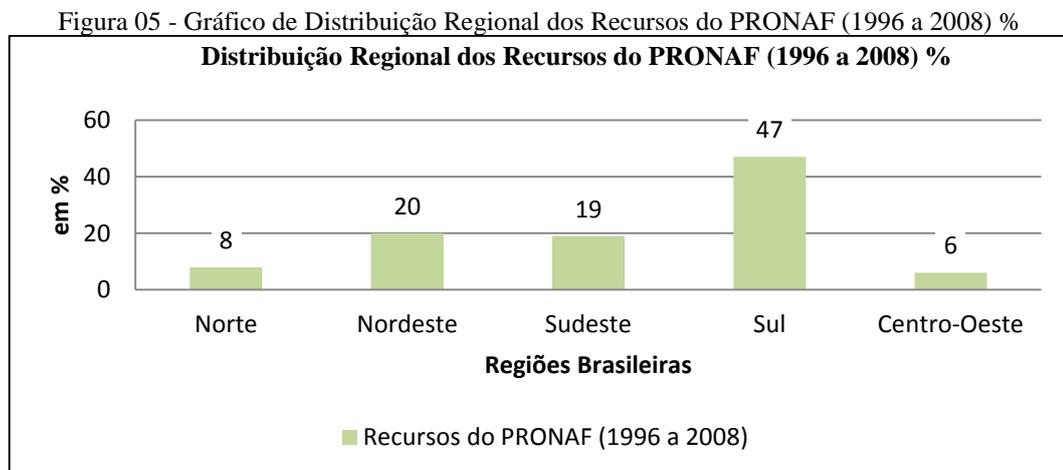
Nessa perspectiva, a Agricultura Familiar é capaz de se adaptar às evoluções do ambiente econômico em que está inserida. Para tanto, faz-se necessário políticas diferenciadas e direcionadas para a produção familiar, que podem ser originadas de programas de apoio e de serviços a que têm acesso os agricultores familiares, bem como de diferentes disposições de terra, água e força de trabalho familiar.

No Brasil, retomando ao ponto de vista de Lamarche (1997), é evidente que a Agricultura Familiar é algo mantido, mas não é dada a esse seguimento a importância que lhe

é devida. Nesse sentido, é fundamental considerar pontos importantes, como por exemplo, as políticas públicas mais eficientes, que se mostrem mais colaborativas e mais resolutivas, não se circunscrevendo nesse viés, porquanto é fundamental a manutenção da dinâmica de produção da Agricultura Familiar. Por mais que seja repetitivo, esse é o caminho para mudanças profícuas e sólidas.

Há de se considerar que em um país como o Brasil, com a sua extensão territorial e com o número considerável de estabelecimentos ocupados pela Agricultura Familiar, ou seja, 4.367.902 estabelecimentos²²; sendo que estas propriedades ocupam 24,3% de toda a área destinada ao cultivo, isto leva à seguinte conclusão: as áreas não familiares ocupam 75,7%, mesmo sendo apenas 15,6% de todo o filão.

Esses números mostram um quadro bastante preocupante, pois evidenciam que as políticas públicas não priorizam a Agricultura Familiar, pelo menos não da mesma maneira que apoiam os grandes latifúndios e os agronegócios, com convergências capitalistas. É interessante ressaltar que o Pronaf foi a primeira iniciativa diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros. De acordo com a figura abaixo, o Sudeste é uma das regiões que mais recebe recursos:



Fonte: INCRA, 2009

Sendo que Minas Gerais é um dos maiores legatários, conforme dados do Banco Central, ocupando o terceiro lugar também no quesito Agricultura Familiar:

A agricultura familiar movimentou cerca R\$ 2,8 bilhões em crédito rural na safra 2014-2015, um crescimento de 9% em relação ao período de 2013-2014. O montante atendeu a cerca de 209 mil famílias de agricultores e agricultoras, colocando Minas Gerais entre os três estados que lideram o acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). (MINAS GERAIS, 2015, s/p.).

²² Dados de 2006, portanto são números desatualizados.

Quadro 04 - PRONAF – Safra 2014/2015

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Safra 2014/2015			
Estado	Valor do crédito	Estado	Nº de contratos
Rio Grande do Sul	R\$ 5,6 bilhões	Rio Grande do Sul	269.615
Paraná	R\$ 3,5 bilhões	Bahia	247.003
Minas Gerais	R\$ 2,8 bilhões	Minas Gerais	209.433

Fonte: Banco Central

Fonte: <<http://www.agenciaminas.noticiasantigas.mg.gov.br/noticias/agricultura-familiar-movimenta-r-28-bilhoes-em-credito-rural-em-mg/>>

Considerando que o Estado de Minas Gerais é um dos Estados que mais recebe o benefício do Pronaf, a proposta é analisar como ocorre a distribuição desse aditamento; e nessa linha de raciocínio, compreender as particularidades manifestadas pela Agricultura Familiar no território rural do município de Ponto Chique-MG. Nesse viés, é fundamental esclarecer algumas características dessa região, bem como a forma de produção. Nesta concepção, é necessário buscar mais informação sobre a produção familiar na região semiárida do Norte de Minas Gerais. Importa dizer que desde a implantação do Pronaf, Minas Gerais foi responsável por 59% do montante total aplicado na Região Sudeste.

Para compreender a extensão dos benefícios que chegam ao Estado de Minas Gerais, é fundamental conhecer os programas ofertados pelo Governo Federal. Dentre os vários recursos utilizados pelo Governo para alcançar os agricultores familiares, um importante expediente é a Embrapa, que é um órgão que discute, sugere e elabora políticas voltadas para o campo e, conseqüentemente, para a Agricultura Familiar.

2.2 A Agricultura Familiar no Estado de Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais, talvez seja, senão o mais, um dos mais heterogêneos do Brasil. Ora, é um Estado que apresenta, em determinadas regiões, características bastante avançadas, em que há um aspecto geológico e geográfico privilegiado, como é o caso da Zona da Mata e do Triângulo Mineiro. Entretanto, há dissimilaridades em outras regiões que se mostram mais comprometidas, como é o caso do Norte de Minas. Essa conjuntura, em certa medida, é favorecida em função do tamanho do Estado e pela sua distribuição territorial. Sendo assim, a Agricultura Familiar, dependendo da região em que está sendo desenvolvida, pode ser mais ou menos próspera.

Esse Estado, conforme será demonstrado no texto a seguir, está dividido em 12 mesorregiões, cada uma com suas características, algumas com mais dificuldades, outras com menos, mas o fato é que cada área, respeitando suas especificidades, pratica a Agricultura Familiar e o Governo tenta manter o homem do campo no seu território, como forma de garantir sua segurança e identidade. Dessa maneira, pretende evitar outros problemas sociais, como a migração desse agricultor para outros centros, causando, em muitas situações, um inchaço em algumas cidades.

Nesta parte do trabalho será feita uma explanação sucinta sobre cada região, a proposta é observar as características e especificidades das mesorregiões. Nesta perspectiva, pretende-se analisar as possíveis discrepâncias nas políticas adotadas; conferir se há políticas iguais para todas as regiões, perceber se elas chegam de maneira indistinta e, se chegam, observar se são aproveitadas por todos. Importa dizer que, para se fazer bom proveito e uso dos recursos, é primordial ter um bom conhecimento acerca daquilo que é ofertado. Sendo assim, faz-se necessário compreender se todo cidadão, que hoje está na condição de agricultor familiar, tem conhecimento de seus direitos e se acessa os recursos disponibilizados.

Trabalhando nessa perspectiva, há de considerar o mapa a seguir para observar como ocorre a Agricultura Familiar em cada região. Vale ressaltar que no texto foi adotada a ordem estabelecida no mapa, ou seja, as mesorregiões são situadas e numeradas no mapa de referência e essa sequência foi seguida no texto. O IBGE faz alguns apontamentos sobre a identificação das mesorregiões, estabelece parâmetros, alertando que “para a identificação das mesorregiões, a saber: o processo social como determinante; o quadro natural como determinante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial”. (IBGE, 1990, p. 09).

Figura 06 - Mapa Mesorregiões do Estado de Minas Gerais – IBGE

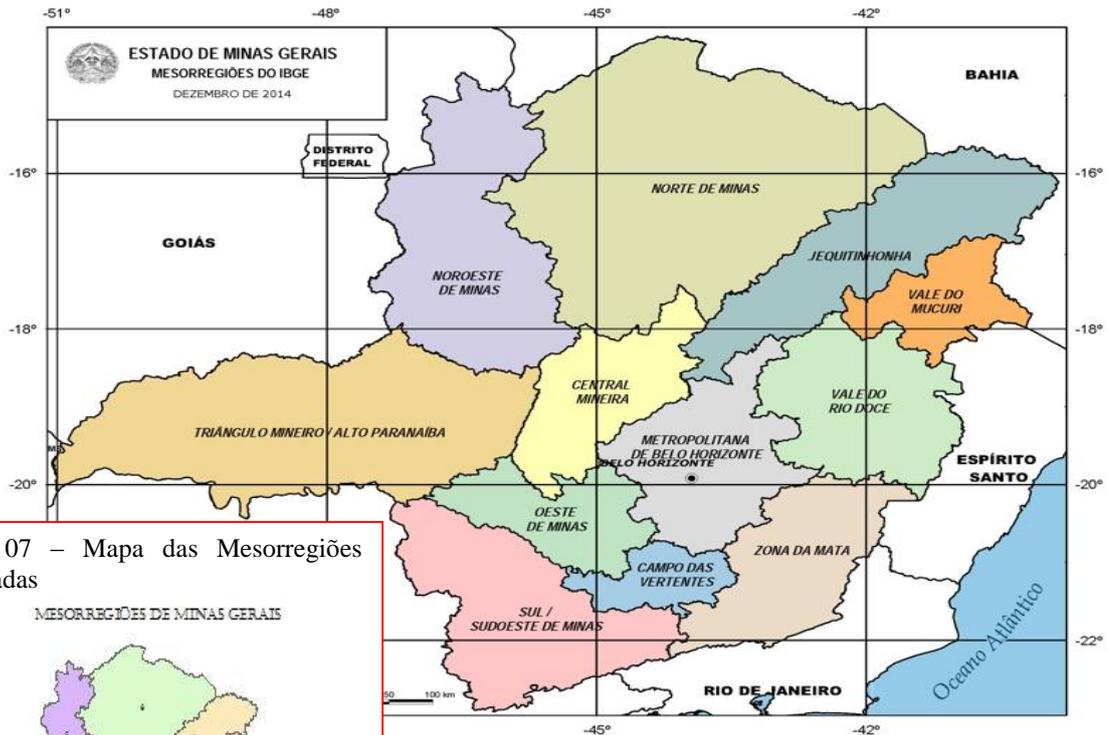
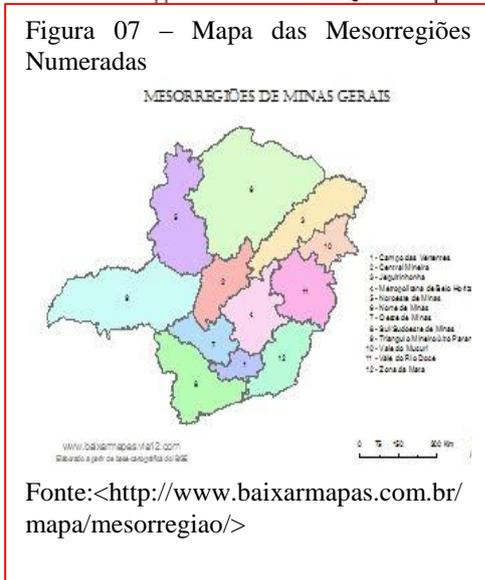


Figura 07 – Mapa das Mesorregiões Numeradas

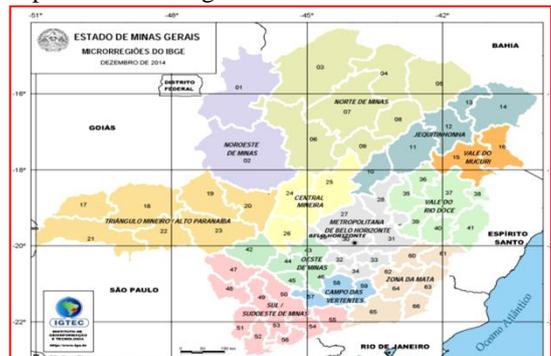


Fonte: <<http://www.baixarmapas.com.br/mapa/mesorregiao/>>

Fonte:

<<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/geografia/5669-localizacao-geografica/69547>>.

Figura 08 – Mapa das Microrregiões do Estado de Minas Gerais



Fonte: <<http://www.baixarmapas.com.br/mapa/mesorregiao/>>

A EMATER-MG fez, em 2014, um trabalho que pode ser assinalado como um apanhado de informações. Os próprios representantes do trabalho afirmam que se trata “de uma pesquisa fundamentada em dados secundários, agregados e organizados para, de maneira inédita, compor um material de consulta abrangente sobre a Agricultura Familiar em Minas Gerais”. (EMATER/MG, 2014, p. 10).

Essa observação é importante, pois ressalta que há poucas informações acerca do tema e, dependendo da região, as informações são mais escassas ainda. No referido material assinalam que não há muitos estudos da mesma categoria no Estado, falando sobre Agricultura Familiar. É registrado que esta iniciativa é o “marco zero” sobre a discussão. Também, em

função das diferenças geográficas, há uma dificuldade de análises comparativas. Os pesquisadores do projeto afirmam que há pouca referência bibliográfica acerca da Agricultura Familiar em Minas Gerais; igualmente, são poucos os dados secundários e restritos de dados primários aos quais eles definem como “restrições materiais e humanas”. (MINAS GERAIS, 2014, p. 10).

Mas definem a Agricultura Familiar da seguinte maneira:

Compreende os modos de vida e as formas de produzir em unidades de produção agropecuária ou extrativista em áreas de até 4 (quatro) módulos fiscais, sendo o trabalho exercido predominantemente pela família. Geralmente as famílias mantêm o domínio e o controle do que e do modo como produzir e consumir. A maior parte da renda é originada das atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento e/ou empreendimento, mantendo relações diferenciadas com o mercado. Os agricultores familiares são portadores de tradição e se caracterizam ainda, pela pluriatividade, multifuncionalidade, diversidade e territorialidade, expressando uma nova ruralidade. (MINAS GERAIS, 2014, p. 05).

Conforme pode ser observado nos dados abaixo, que contribuíram para uma melhor compreensão das dificuldades enfrentadas pelos agricultores de Ponto Chique-MG.

2.2.1 Agricultura Familiar no Campo das Vertentes

Esta mesorregião, denominada de Campo das Vertentes, é formada por 36 municípios, sendo os principais: Lavras, Barbacena e São João Del Rey. É uma localidade que também abarca parte da Serra da Mantiqueira e se destaca pelo relevo e pelas diversas nascentes que formam importantes bacias hidrográficas, sendo uma delas o Rio São Francisco.

Figura 09 - Mapa da Mesorregião Campo das Vertentes



Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu - Imagem: Minas Gerais MesoMicroMunicip.svg, own work =1317

Por causa das características montanhosas, esta região se destacou pelas atividades mineradoras, mas que depois foi se modificando e, atualmente, se sobressai também pela agricultura e pecuária. (PRADO JÚNIOR, 1973).

O local também se destaca, de maneira considerável, pela pecuária e pelo plantio de café, mas há outras mostras econômicas como a produção de cimento, calçados, laticínios. Nesta região, o grande motor econômico é o turismo, porquanto o território montanhoso, com diversas serras campestres, permite diversos tipos de esportes radicais e trilhas.

Os 36 municípios ocupam uma área territorial total de 12.581 Km², com densidade demográfica de 44,06 hab./km². Conta com 12.957 estabelecimentos da Agricultura Familiar, totalizando 26.230 agricultores familiares. O Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) e pela Fundação João Pinheiro (FPJ) está com uma pesquisa em andamento, em que pretendem valorizar a produção de queijo dessa região, mas, sobretudo, valorizar a mão de obra feminina. Tanto que as pretensões da referida pesquisa é viabilizar políticas públicas que favoreçam o trabalho da produtora rural naquela região.

De acordo com o Secretário da SEDA, Professor Neivaldo, em entrevista ao Site da EMATER-MG²³, a Secretaria pretende cuidar da infraestrutura e comercialização da Agricultura Familiar, da produção agroecológica, da agroindústria e do cooperativismo, mas salienta que: “nós entendemos que é de fundamental importância a valorização da mulher e o fortalecimento da mulher do campo. É ela quem produz e, muitas vezes, está à frente da liderança do negócio”. (EMATER, 2017).

Como é possível alcançar, nesta região, há investimentos e políticas voltadas para a Agricultura Familiar, percebe-se também que é uma região, apesar das dificuldades, tem solo e clima favoráveis, que correspondem aos investimentos, isto fortalece o interesse em continuar os projetos.

2.2.2 Agricultura Familiar na Central Mineira

A mesorregião Central Mineira é composta por 30 municípios, distribuídos em três microrregiões, tem como importantes cidades dessa região, Lagoa da Prata, Curvelo, Bom Despacho e outros municípios.

²³ Matéria disponível in: http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite_pagina_interna&id=20431.

Figura 10 - Mapa da Mesorregião Central Mineira



Fonte: < Raphael Lorenzeto de Abreu - Imagem: Minas Gerais Meso Micro Municip.svg, own work =1317>.

De acordo com Bastos e Gomes (2010):

A Região Central é também muito acidentada, com solos pobres e pouca tradição agrícola. Destacam-se as culturas de arroz e feijão (subsistência), e de milho, tendo esta última como principal destino a fabricação de rações para suínos e aves. Merece realce, ainda, a produção de frutas temperadas (de caroço) em alguns municípios, sem que tais culturas possam ser consideradas de grande expressão para o Estado. Importante destacar que essa região possui a maior densidade populacional de Minas Gerais, o que a classifica como principal mercado consumidor de produtos agropecuários. (BASTOS; GOMES, 2010, p. 01).

As autoras ainda explicam que esta mesorregião inspira cuidados, porquanto não se mostra uma região com probabilidades de crescimento dinâmico, ao menos, não, naquilo que tange a produção agropecuária. Há, de acordo com suas pesquisas, culturas em que a produção encontra-se estagnada, como é o caso da “Batata-inglesa, Cebola, Fava (em grão) e Ervilha (em grão). Apenas três culturas se destacam e são maiores que as taxas médias do Estado, Abacaxi, Soja (em grãos) e Maracujá [...], o que corrobora a proposição de que tal mesorregião possui estrutura produtiva ineficiente”. (BASTOS; GOMES, 2010, p. 12).

Os 30 municípios da Mesorregião da Central Mineira ocupam uma área territorial de 31.747 km² e uma densidade demográfica de 13,00 hab./km². Há nesta região 8.191 propriedades de Agricultura Familiar com um total de 13.914 agricultores familiares.

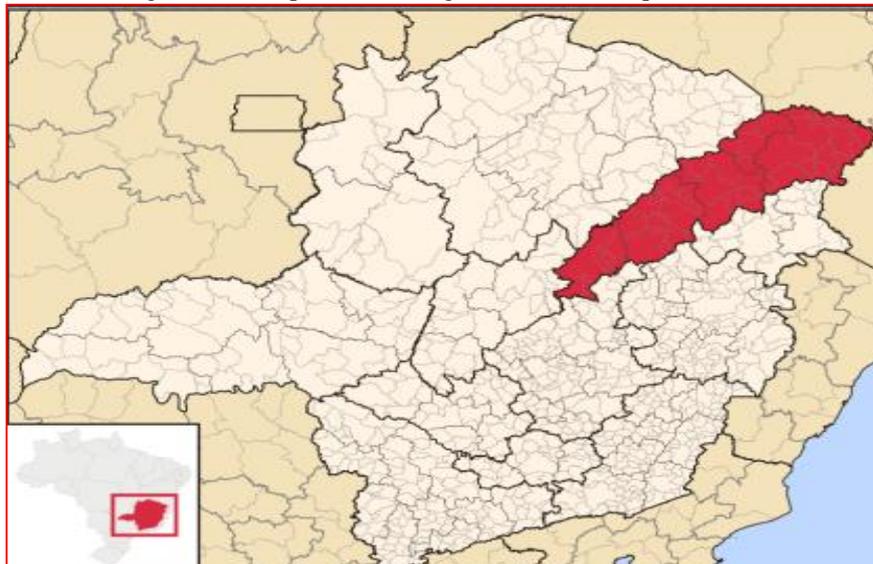
De acordo com as observações das autoras esta é uma região com dificuldades agrícolas; o que se percebe, é que apesar de ser uma região bem posicionada geograficamente, enfrenta problemas. De acordo com dados ofertados pela EMATER-MG, neste local, em 2013, apenas 14 famílias foram beneficiadas com o crédito fundiário, que é um importante recurso para que o agricultor familiar inicie ou coloque em prática projetos que poderão dinamizar seus negócios

no campo. Essa situação, talvez, corrobore a questão de que onde há mais possibilidades de retorno, há mais interesse em investir.

2.2.3 Agricultura Familiar no Vale do Jequitinhonha

A mesorregião do Vale do Jequitinhonha é composta por 51 municípios, distribuídos em 05 microrregiões. Esta região aparece no mapa como uma faixa, portanto, há uma parte próxima ao Estado da Bahia que é conhecido como baixo Jequitinhonha, e outra região que fica mais próxima à capital do Estado Mineiro.

Figura 11 – Mapa da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha



Fonte: <Raphael Lorenzeto de Abreu - Imagem: Minas Gerais MesoMicroMunicip.svg, own work =1317>.

Quando se fala em Vale do Jequitinhonha logo se pensa na seca e na pobreza. Os elevados índices de pobreza, desnutrição, mortalidade, analfabetismo, desemprego e infra-estrutura sócio-econômica apresentados pela região ocasiona êxodo rural para os grandes centros urbanos e um esvaziamento demográfico persistente, o que leva a região a ser considerada em vários estudos como "região deprimida". Somado a isso ainda existe a carência de investimentos públicos e privados na região. (UFMG, s/d)²⁴.

O Fato é que esse local fica no nordeste de Minas Gerais e suas microrregiões se dividem em Alto do Jequitinhonha, composto por biomas como o cerrado e campos rupestres; caatinga (semiárido mineiro) no Médio Jequitinhonha; Savana e Mata Atlântica no Baixo Jequitinhonha. Para além da diversidade de biomas, o que se percebe nessa mesorregião é um acentuado contraste social, há de se ressaltar que, neste local, a grande maioria das pessoas vive em

²⁴ Conferir em: <<https://www2.ufmg.br/polojequitinhonha/O-Vale/Sobre-o-Vale>>.

extrema pobreza e existem poucas condições gerais para se desenvolver a agricultura convencional. Essa realidade contribui para que se amplifiquem outras atividades como a carvoaria e mineradoras. (UFMG, s/d).

O Baixo Jequitinhonha, onde “o Vale se alarga” em planícies ou “num ondulado suave de colinas”, se caracteriza pela “comodidade” da exploração da pecuária de corte extensiva, de produtividade declinante. Mais acima, no sentido da cabeceira do rio, numa porção mais acidentada, no Alto e Médio Jequitinhonha, fica o domínio do Cerrado e a predominância dos agricultores familiares, com sua produção de “mantimentos” e da indústria rural doméstica. (RIBEIRO, 2013 Apud ORTEGA, 2013, p.96)

Apesar das adversidades, o Jequitinhonha ainda garante uma Agricultura Familiar que está presente nos três biomas, mas o cultivo ocorre com muita frequência nas áreas de grotas, encostas e chapadas. Entretanto, a despeito do Vale buscar maneiras de combater a pobreza extrema e o Governo Federal e Estadual investir no local, o fato é que “os recursos alocados por programas públicos na agricultura familiar do Jequitinhonha não eliminaram a relação perversa entre mercados e pequenos produtores”. (RIBEIRO et al, 2014, p. 375).

Há investimento nesta região, mas o que se percebe é que, por se tratar de uma região que dá poucos resultados, considerando que o solo é menos fértil e as dificuldades naturais do lugar, o que ocorre, mormente, é que há uma oferta de políticas compensatórias, que não chegam a contribuir com mudanças substanciais. Ao que pesquisadores que estudam o local chamam a atenção para o fato de que:

As práticas têm mostrado que é necessário mudar a forma de pensar o Jequitinhonha: antes de compreendê-lo como o lugar da pobreza e da ausência do progresso, é preciso pensá-lo como um lugar específico, particular, singular. Portanto, deveria ser sujeito - e não apenas objeto - de políticas públicas particulares, específicas e diferentes. Analisar o Jequitinhonha numa perspectiva mais particularizada é um grande passo para criar propostas adaptadas de políticas pois, deixando de pensar a região pelo que ela não tem e passando a pensá-la pelo que tem, é que podem ser construídas políticas consistentes. (RIBEIRO et al, 2004, p. 08).

Para se ter uma ideia, a mesorregião do Vale do Jequitinhonha é composta por 51²⁵ municípios, numa área territorial de 50.157 km², com uma densidade demográfica de 13,95

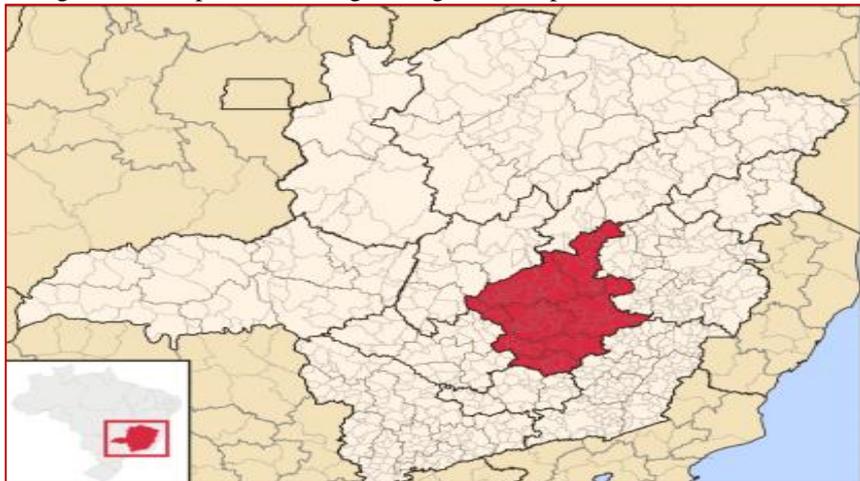
25 O Vale do Jequitinhonha sofreu algumas mudanças nas últimas décadas, quando se busca a informação acerca do número de municípios, encontram-se algumas incongruências em números, pois há lugares que afirmam que a região é composta por 51, 52, 75 e 80 municípios. O site Blog do Banu oferece algumas explicações; entretanto, nesse trabalho serão utilizadas as informações do material de pesquisa, disponível em: <<http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/Perfil%20da%20Agricultura%20Familiar%20v2.pdf>>. “Em 1992, foram emancipados quatro municípios, e em 1995, vinte e quatro, totalizando 80 municípios”. Disponível em: <<http://blogdobanu.blogspot.com.br/2013/02/mapa-do-vale-do-jequitinhonha-esta.html>>. consulta realizada em 19/11/2017.

hab./km². Há neste setor, 41.606 estabelecimentos da Agricultura Familiar e 78.701 agricultores familiares participando do processo de produção agrícola.

2.2.4 Agricultura Familiar na Região Metropolitana de Belo Horizonte

A mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte é composta por 105 municípios, distribuídos em oito microrregiões. De acordo com a gerente regional da Emater-MG, Mariza Flores Fernandes Peixoto, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é muito diversificada e destaca-se pela Agricultura Familiar, que é fundamental para o local, porquanto gera empregos e mantém famílias oriundas do campo, em seu ambiente, vivendo daquilo que lhe conhecido.

Figura 12 - Mapa da Mesorregião Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: < Raphael Lorenzeto de Abreu - Imagem: Minas Gerais MesoMicroMunicip.svg, own work =1317>.

Conforme Mariza Flores, o município de Baldim vive de maneira absoluta da Agricultura Familiar, porquanto 100% da produção são oriundas dessa fonte. Registra ainda que há municípios, como Rio Manso, que se destacam pela produção de brócolis, couve-flor e berinjela. Salienta que há municipalidades que se sobressaem por causa de produções específicas como é o caso de “Nova União, um dos maiores produtores de banana; Belo Vale, pelo corredor de produção de mexerica; Santa Bárbara, pela grande produção de mel 100% de apicultura familiar e Pedro Leopoldo, pela exportação de taioba”. (ASCON/ARMBH, 2016, s/p).

A área territorial ocupada pelos 105 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte é de 39.573 km², e a densidade demográfica fica em torno de 157,59 hab./km². Nesta

mesorregião há cerca de 28.820 estabelecimentos da Agricultura Familiar, com um total de 52.317 agricultores vivendo da atividade proporcionada pela propriedade.

A população rural da RMBH, em 2000, era de 110.000 pessoas, 1,89% da população total da região. No seu espaço rural, a RMBH abriga 21.400 imóveis rurais, de acordo com o cadastro do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). São quatro os projetos de assentamento localizados nos limites da RMBH, dois presentes no município de Betim, a Oeste de Belo Horizonte, um em Brumadinho, ao sul da capital e um em Nova União no limite nordestes da região metropolitana, quatro acampamentos com distintas cronologias e características apesar de compartilharem os dilemas e as possibilidades colocadas pela proximidade de um grande centro urbano. (SANTOS; FARIA, 2014, 694).

Conforme apontam Santos e Faria (2014), os produtores familiares, da região metropolitana, enfrentam dificuldades, o que é inerente à vida no campo, especialmente aqueles que necessitam de intervenções políticas para favorecer o trabalho e o escoamento da produção. Contudo, é possível perceber que, pelo fato de estarem em um grande centro, há certas facilidades; talvez, provocadas pelas pela visibilidade regional, que é maior; também pela acessibilidade aos centros de poder.

2.2.5 Agricultura Familiar no Noroeste de Minas

A mesorregião do Noroeste de Minas é composta por dezenove municípios, divididos em duas microrregiões. Esta região tem um clima diferente das outras partes tratadas até aqui, pois conta com uma atmosfera mais quente. É também uma região bastante dedicada à agricultura e a pecuária, tendo como predominância o plantio de milho, mandioca e feijão. Tem importantes cidades como Paracatu, João Pinheiro, Arinos, dentre outros, lembrando que esta última cidade citada faz parte do Parque Nacional Grande Sertão Veredas²⁶.

²⁶Estudos realizados entre 1987 e 1989 pela Fundação Pró Natureza - FUNATURA identificaram no território uma excepcional importância ecológica (biodiversidade e recursos hídricos) e cultural que necessitava ser preservada, principalmente por não haver nenhuma unidade de conservação em toda a região conhecida como Gerais, do bioma Cerrado. Em 1989, por meio do Decreto nº 97.658 foi criado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, com uma área de 83.364 hectares. Em 2004, o parque foi ampliado passando a ter uma área total de 230.671 hectares que abrange os municípios de Chapada Gaúcha, Formoso e Arinos no estado de Minas Gerais e Cocos, na Bahia. O nome é uma homenagem a uma das mais importantes obras literárias brasileiras, o romance Grande Sertão Veredas, de João Guimarães Rosa, que retrata com extrema sensibilidade a realidade regional onde a unidade está inserida, repleta de passagens que descrevem os locais, a relação do homem com a natureza e as características culturais, ainda hoje encontradas. Além de proporcionar a proteção de diversas espécies da flora e da fauna, algumas ameaçadas de extinção, e de ecossistemas típicos do Cerrado, o Parque objetiva, também, a pesquisa científica, a educação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o estímulo ao desenvolvimento regional em bases sustentáveis. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/7552-parque-nacional-grande-sertao-veredas.html>>.

Figura 13 - Mapa da Mesorregião Nordeste de Minas



Fonte: < Raphael Lorenzeto de Abreu - Imagem: Minas Gerais MesoMicroMunicip.svg, own work =1317>.

Esta província tem um pouco mais de dificuldades em manter o desenvolvimento de algumas lavouras, em função da seca constante, mas também é uma região que recebe alguns benefícios do Governo Federal e Estadual, por exemplo, em 2013/2014, o *Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - Água para Todos*, do Governo Federal distribuiu kits de aspersão e microaspersão, com o propósito de amenizar a dificuldade que há para produzir, causada pela seca, fator constante naquele local. Com esta iniciativa, pretendeu-se promover emprego e renda, além de garantir alimento na mesa do pequeno produtor rural, diminuindo assim, a vulnerabilidade social. (CODEVASF, 2013).

De acordo com o José Augusto de Carvalho Gonçalves Nunes (2013), diretor da Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) “A ação visa a apoiar com técnica adequada a agricultura familiar irrigada no semiárido, mediante a inserção de métodos modernos de irrigação nas comunidades de irrigantes que não dispõem de recursos para aquisição de sistemas eficientes”. (CODEVASF, 2013).

Recentemente, no mês de maio de 2017, foi firmada uma parceria entre a Agência Nacional de Assistência Técnica (Anater) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com o objetivo de dar acesso às famílias rurais, do Noroeste de Minas, às tecnologias inovadoras em termos de assistência técnica e extensão rural. Esta iniciativa ocorreu na Feira Internacional dos Cerrados (AgroBrasília), que acontece anualmente em Planaltina (GO)²⁷.

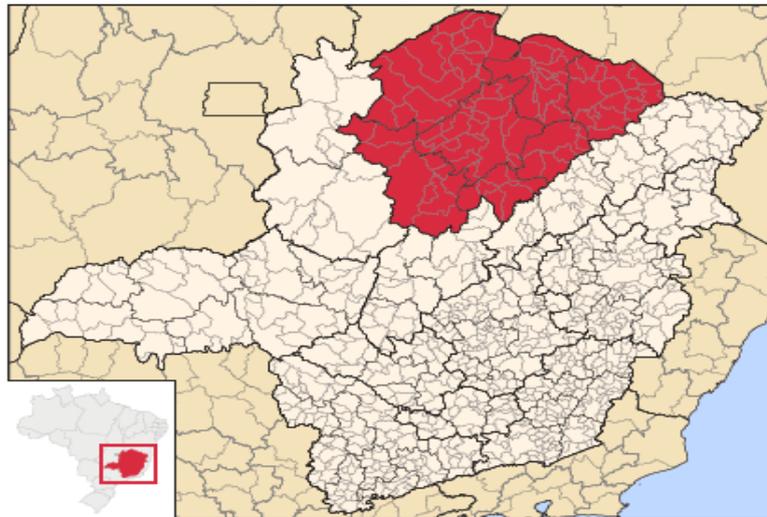
²⁷In: <<https://jornalmontesclaros.com.br/2017/05/19/mg-parceria-entre-anater-e-embrapa-vai-beneficiar-assentamentos-do-noroeste-de-minas/>>.

A região em questão é composta por 19 municípios, em uma área territorial de 62.351 km² e uma densidade demográfica de 5,88 hab./km². O local conta com 13.739 estabelecimentos da Agricultura Familiar e um total de 23.278 de agricultores familiares.

2.2.6 Agricultura Familiar no Norte de Minas Gerais

Esta mesorregião é a mais importante para este trabalho, porquanto é onde está localizado o município observado; no caso, Ponto Chique-MG, onde se encontra os Associados do Vale do Gameleira. O Local é formado por 89 municípios, que estão distribuídos em 07 microrregiões. Estão, nessa parte de Minas Gerais, importantes cidades como Montes Claros, Pirapora, Janaúba, Januária, dentre outros. Há fatos interessantes neste território, conforme aponta o Boletim do Observatório do Trabalho no Norte de Minas (2014)²⁸.

Figura 14 - Mapa da Mesorregião Norte de Minas Gerais



Fonte: < <http://blogdobanu.blogspot.com.br/2014/12/governo-de-minas-apresenta-plano-de.html>>

Em comparação ao estado de Minas Gerais, o Norte de Minas é uma das mesorregiões de menor desenvolvimento econômico, apesar de ser a maior mesorregião mineira em extensão territorial, o contingente populacional e a densidade demográfica são baixas, sendo 1.699.001 habitantes de acordo com estimativas ajustadas em 2014, um crescimento de 5% no período de 2010 a 2014, o equivalente a 88.588 habitantes. O gráfico 1 ilustra a evolução da população no período 2010-2014 (OTNM, 2014, p. 04)

²⁸O Boletim do Observatório do Trabalho no Norte de Minas é resultado de pesquisa financiada pela FAPEMIG e Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), coordenada pelo Professor Doutor Roney Versiani Sindeaux com participação dos professores pesquisadores Mestre Simone Viana Duarte, Mestre Roberto César Faria e Silva e Ismael Mendes dos Santos Junior, lotados no curso de Administração, envolve acadêmicos de iniciação científica, voluntários e bolsistas, fazendo parte do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração (GEPAD). Disponível em: <<https://observatoriodotrabalhonortedeminas.wordpress.com/>>. Consulta realizada em 19/03/2017.

No que tange a Agricultura Familiar, esta também é uma região que enfrenta muitos problemas devido aos recursos escassos²⁹ — que ocorrem em quantidade inferior ao que é necessário e são investimentos descontínuos e sem um estudo técnico rigoroso. Ademais, há o problema da composição do solo e as características inerentes ao bioma cerrado, que tende a ter um solo mais seco e sem muitas propriedades orgânicas. Como lhe característico, conta com poucas chuvas, o que dificulta imensamente a produção agrícola.

Há políticas públicas para esta região, mas são espaçadas, e quando há o investimento financeiro, falta, sobretudo, o apoio técnico. Para que haja melhores resultados, é fundamental amalgamar uma série de particularidades; dentre elas, o acompanhamento constante dos agricultores em suas necessidades técnicas, observando a formação de equipes de apoio, no sentido de pesquisa e pontos inovadores, que possibilitem proporcionar novas tecnologias baratas e condizentes com a necessidade da região.

De acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), houve, no mês de março de 2017, um acordo com a Embrapa, visando disponibilizar equipamentos a agricultores atendidos pelo Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que são moradores da região do Território da Cidadania da Serra Geral³⁰, denominação do Governo Federal para uma área do Norte mineiro, que engloba 17 municípios. (EMATER-MG, 2017).

O coordenador técnico estadual, Thiago Carvalho, garante que esta iniciativa propende atender as necessidades técnicas da região e caminha para aquilo que pode ser alocado na pesquisa e na extensão rural, sendo que essa ação deve ser concluída até o final do ano corrente. Ainda em conformidade com as informações de Carvalho, “Os referidos equipamentos deverão ser repassados à unidade regional da Emater-MG em Janaúba. Esta regional é responsável pelo acompanhamento das unidades de aprendizagem de cultivo de sorgo, palma forrageira, mandioca, galinha caipira e olericultura”. (EMATER, 2017).

²⁹No mês de maio de 2017, foi anunciado pelo Governo de Minas Gerais investimentos estimados de R\$ 93 milhões, para viabilizar ações para o enfrentamento da pobreza no meio rural do território Norte. Na região, cerca de 193 mil famílias rurais vivem em situação de extrema pobreza, segundo o Cadastro de Programas Sociais (CadÚnico). O valor previsto para ser investido neste ano é 46,5% maior do que em 2016. Conferir em: <<http://hojeemdia.com.br/primeiro-plano/norte-de-minas-gerais-ter%C3%A1-r-93-milh%C3%B5es-para-enfrentamento-da-pobreza-no-campo-1.467538/investimento-no-norte-de-minas-1.467544>>.

³⁰O Território Serra Geral - MG abrange uma área de 20.581,20 Km² e é composto por 16 municípios: Catuti, Gameleiras, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Pai Pedro, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas, Espinosa, Jaíba, Janaúba, Manga, Matias Cardoso, Nova Porteirinha, Porteirinha e Verdelândia. A população total do território é de 285.678 habitantes, dos quais 105.196 vivem na área rural, o que corresponde a 36,82% do total. Possui 19.357 agricultores familiares, 1.793 famílias assentadas e 21 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,65. Disponível em <<http://sit.mda.gov.br>>. Consulta realizada em 03/03/2017.

Os 89 municípios do Norte de Minas estão distribuídos numa área territorial de 128.451 km² e contam com uma densidade demográfica de 12,54 hab./km². São 77.706 estabelecimentos da Agricultura Familiar comportando 214.434 mil agricultores familiares. Pode se observar que além de ser a maior mesorregião do Estado, também comporta um número considerável de agricultores familiares, situação que se mostra muito promissora.

2.2.7 Agricultura Familiar no Oeste de Minas

A mesorregião do Oeste de Minas é composta por 44 municípios, divididos em 05 microrregiões. Esta é uma região mais desenvolvida economicamente. Importantes municípios como Divinópolis, Itaúna e Formiga estão nesta localidade. Esta área é mais voltada para os negócios, porquanto se despontam grandes indústrias, e a Agricultura Familiar segue pelo mesmo caminho. Tanto que “atualmente, o segmento responde por mais de 70% da produção de alimentos em solo mineiro. O que servia apenas para subsistência da família tornou-se uma opção viável de negócio, gerando renda, emprego – o setor é responsável por 75% dos empregos no campo”. (JORNAL HOJE EM DIA, 2016, s/p).

Figura 15 - Mapa da Mesorregião Oeste de Minas Gerais



Fonte: < Raphael Lorenzeto de Abreu - Imagem: Minas Gerais Meso Micro Municip.svg, own

O Oeste de Minas Gerais é uma das regiões mais privilegiadas em termos de investimentos no Estado, são vários os fatores que contribuíram para isso. Um deles, obviamente é o clima; outro, a localização, porquanto esta mesorregião está entre grandes centros desenvolvidos, como o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Sul/sudeste de Minas e fica muito próximo da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o que contribuiu para que as políticas agrícolas, desde a década de 1970, favorecessem a agroprodução nessa área.

Esta mesorregião de Minas Gerais apresenta um nível de desenvolvimento econômico de destaque. A agricultura ainda é a atividade econômica mais forte na região, capitaneada pela cultura do café (30% da produção nacional, de qualidade reconhecida internacionalmente) e por uma das principais bacias leiteiras do país. Algumas microrregiões pertencentes à região Sul/Sudoeste de Minas Gerais (Pouso Alegre, Poços de Caldas e São Sebastião do Paraíso) destacam-se nas suas participações no PIB estadual que oscila entre 8,8% e 15,8% (BDMG, 2002^a apud AUGUSTO, 2008, p. 04).

No que diz respeito à região Sul/Sudoeste de Minas, há 146 municípios na região, que ocupam uma área territorial de 49.576. No que tange a Agricultura Familiar, os números evidenciam que nesta região há 72.717 estabelecimentos familiares e um total de 128.441 de agricultores dessa categoria.

2.2.9 Agricultura Familiar no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

A mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é uma importante região do Estado de Minas Gerais, é uma comarca de confluências e de passagens, porquanto várias estradas de vários pontos do país passam por esta área. É composta por 66 municípios, distribuídos em sete microrregiões. É circunspeta por cidades importantes como Uberlândia, Uberaba e Patos de Minas, dentre outros.

Figura 17 - Mapa da Mesorregião Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba



Fonte: < Raphael Lorenzeto de Abreu - Imagem: Minas Gerais Meso Micro Municip.svg, own work =1317>.

Esta também é uma região que se destaca pela agricultura e pecuária, sendo uma grande produtora sucroalcooleira. Em relação à Agricultura Familiar há, no Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba, uma luta pela terra que marcou a região devido aos diversos assentamentos que

foram se estabelecendo desde os anos de 1980. Essa luta ocorre em diversas frentes e com diversos movimentos socioterritoriais, que atuam de maneira a tentar minimizar o quantitativo de sujeitos desterritorializados. (BORGES, 2015).

Entre esses movimentos, pode-se destacar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Trabalho e Liberdade (MTL) e Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). Essas atuações são responsáveis pela variedade de sujeitos conduzidos aos assentamentos, sujeitos que, em épocas passadas, restringiam-se a desalojados de processos pretéritos agrícolas, trabalhadores rurais e moradores urbanos. (BORGES, 2015).

A área territorial ocupada pelos 66 municípios pela mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é de 90.541 km² e a densidade demográfica fica em torno de 23,69 hab./km². É composta por 31.646 estabelecimentos da Agricultura Familiar, preenchidos por cerca de 52.782 agricultores familiares. Conforme dito, é um local composto por muitos assentamentos, o que favorece a Agricultura Familiar. Mas há particularidades em algumas microrregiões, como é o caso de Patos de Minas e Patrocínio (MRPP); em que, de acordo com aquilo que apontam Ferreira e Ortega (2015):

Uma das principais particularidades da agricultura nas MRPP, diferentemente de outras microrregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) é a existência de uma grande concentração de agricultores familiares e que ocupam uma quantidade significativa da mão de obra. As MRPP também se caracterizam por terem sido pioneiras na adoção de políticas governamentais que viabilizaram a difusão do padrão tecnológico da Revolução Verde no Cerrado brasileiro e, portanto, as alterações decorrentes de novos padrões incorporados a ela, como a intensificação do processo de mecanização da agricultura do cerrado e o efeito de políticas públicas podem antever o que poderá ocorrer no desenvolvimento das demais regiões que fazem parte do Cerrado brasileiro. (FERREIRA, ORTEGA, 2015, p. 01).

O fato de haver tecnologias é importante e contribui para facilitar o trabalho do homem do campo e do agricultor familiar; entretanto, há pontos negativos, como por exemplo, favorecer o avanço de lavouras comerciais, como é o caso da cana-de-açúcar que vai adentrando as pequenas propriedades e estimulando a venda ou o arrendamento das terras, descaracterizando a Agricultura Familiar. (CLEPS JUNIOR, 2013).

2.2.10 Agricultura Familiar no Vale do Mucuri

A mesorregião do Vale do Mucuri fica contígua ao Vale do Jequitinhonha e, ao sul, faz divisa com Vale do Rio Doce. Esta mesorregião é composta por 23 municípios distribuídos em 02 microrregiões. Uma das principais cidades desse local é Teófilo Otoni, município que, além

da agricultura e pecuária, tem como eixo econômico a exploração e comercialização de pedras preciosas.

Figura 18 - Mapa da Mesoregião do Vale do Mucuri



Fonte: < Raphael Lorenzeto de Abreu - Imagem: Minas Gerais MesoMicroMunicip.svg, own work =1317>.

O Vale do Mucuri compreende muito das características do Vale do Jequitinhonha e, portanto, padece de males parecidos, ou seja, é um local em que a produção agrícola é mais difícil, porquanto não conta com um clima favorável e, conseqüentemente, os investimentos ocorrem, mas como não é uma região privilegiada, como o Oeste de Minas, os recursos e investimentos não dão o mesmo retorno que em lugares mais favorecidos e, quando ocorrem, vem no sentido de minorar o sofrimento e a pobreza extrema desses locais. Há também tentativas de parcerias público-privadas, que nem sempre se mostram resolutivas.

A Fundação Odebrecht, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Instituto Euvaldo Lodi – IEL, a Federação das Indústrias e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, por exemplo, formalizaram parcerias sociais pelo desenvolvimento sustentável de cadeias produtivas que fomentam a geração de trabalho e distribuição de renda, aliadas à conservação ambiental e à prática de cidadania. Investimentos nos APLs³¹ de produção mineral, papel e celulose, fruticultura tropical, usinas de álcool,

³¹APL: Arranjos Produtivos Locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. É possível reconhecer a existência de um arranjo produtivo local a partir de um conjunto de variáveis, presentes em graus diferentes de intensidade. Pelo Termo de Referência para Política de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais elaborados pelo Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP APL, um APL deve ter a seguinte caracterização: Ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante; Compartilhar formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança. Pode incluir pequenas,

biocombustíveis e nos circuitos turísticos serão grandes oportunidades para o desenvolvimento regional da mesorregião. (MESORREGIÃO VALES DO JEQUITINHONHA E DO MUCURI, s/d, p. 02)

Mas a realidade, apesar dessas investidas público/privada, é que não há uma solução muito eficiente para os problemas daquela região, porquanto existem situações que demandam muito mais aplicações financeiras e, sobretudo, manutenção e disponibilização de tecnologias, o que demanda investimentos vultosos. Sobre a mesorregião discutida, pode-se dizer que:

São comunidades carregadas de traços indígenas e negros, que sofrem as trágicas consequências sócio-ecológicas e culturais do processo de modernização conservadora dos espaços rurais. Por todo território observa-se intensa degradação dos solos, desmatamentos dos remanescentes da Mata Atlântica, queimadas e assoreamento de córregos e rios. As porções oeste e noroeste do Território, notadamente ocupadas pelas famílias agricultoras, apresentam as maiores áreas verdes. Desolador cenário é observado na região leste: imensas monoculturas de cana e pastagens, forte concentração de terra e renda, poucas comunidades rurais e elevado índice de desmatamentos. (GEPAF, 2010, p. 35).

O Vale do Mucuri é, como dito, composto por 23 municípios em uma área territorial de 20.093 km², com uma densidade demográfica de 19,18 hab./km². São 13.871 estabelecimentos da Agricultura Familiar que comportam 35.351 agricultores familiares.

2.2.11 Agricultura Familiar no Vale do Rio Doce

A mesorregião do Vale do Rio Doce é composta por 102 municípios, que estão divididos em sete microrregiões. Tem importantes municípios, como por exemplo, Governador Valadares, Ipatinga e Timóteo. Além da agricultura e pecuária, a indústria e o comércio são fontes importantes da economia local.

Figura 19 - Mapa da Mesorregião do Vale do Rio Doce



Fonte: <Raphael Lorenzeto de Abreu - Imagem: Minas Gerais Meso Micro Municip.svg, own work =1317>.

Nesta região, a distribuição de chuva é irregular e o clima é muito quente, essa característica compromete a boa produção agrícola, “ao longo do rio Doce, as terras são férteis, porém a agricultura praticada é, quase sempre, de subsistência, com presença de práticas de manejo danosas ao meio ambiente, como queimadas e desmatamento que empobrecem o solo ao longo dos anos”. (BASTOS; GOMES, 2011, p. 50).

O local também padece do mesmo mal que outras regiões do Estado; afinal, se caracteriza por ser uma região que, para se desenvolver e se mostrar mais produtiva, necessita de mais investimento por parte dos Governos Federal e Estadual, assim sendo, requer mais políticas públicas, o que exige maiores investimentos. Apesar disso, de acordo com Bastos e Gomes (2011), “no Vale do Rio Doce, as culturas de cacau, café, caqui e laranja estão entre os produtos que crescem a taxas maiores que o estado. No oeste, sete culturas encontram-se nessa situação; são elas: batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho e soja”. (BASTOS; GOMES, 2011, p. 63).

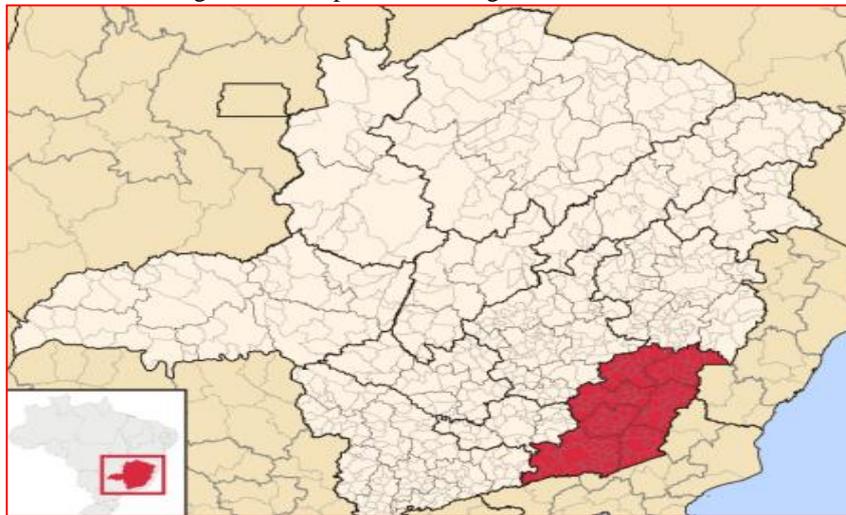
Nas mesorregiões de Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce, Norte Minas e Central Mineira, a economia, de forma geral, é tradicionalmente marcada pela pecuária extensiva e pela agricultura de subsistência. A pecuária é de baixa produção e produtividade e a agricultura volta-se basicamente para a subsistência, tendo como principais culturas o arroz, a mandioca, o alho e o feijão. (MEC/SEADE, s/d, p. 500).

De tal modo, o que se pode abalizar desta mesorregião é que os 102 municípios que a compõem estão distribuídos numa área territorial de 41.713 km² e que conta com uma densidade demográfica de 38,86 hab./km². Há, nesta localidade, 42.533 estabelecimentos da Agricultura Familiar que acolhem 85.886 agricultores familiares.

2.2.12 Agricultura Familiar na Zona da Mata

A mesorregião da Zona da Mata Mineira é composta por 142 municípios, distribuídos em sete microrregiões, está mais ao Sudeste do Estado de Minas Gerais. No passado era composta pela cobertura da Mata Atlântica; mas, ao longo do tempo, foi sendo desmatada e hoje são poucos os pontos que ainda preservam tais características naturais. Ali, também há nascentes que contribuem para a formação de importantes rios, dentre eles, o Rio Doce. É um local bem sucedido e conta com muitas indústrias, mas também se destaca pela criação de gado leiteiro; na agricultura, prima pelo plantio de cana-de-açúcar, café e outros. (FIEMG, 2015).

Figura 20 - Mapa da Mesorregião Zona da Mata



Fonte: < Raphael Lorenzeto de Abreu - Imagem: Minas Gerais Meso Micro Municip.svg, own work =1317>.

Região de Floresta Estacional remete ao clima de duas estações, uma chuvosa e outra seca. O conjunto arbóreo dominante possui uma adaptação fisiológica à deficiência hídrica ou a temperaturas baixas durante longo período. A ação antrópica substituiu quase toda vegetação original da região por Vegetação Secundária, pastagens e agricultura. Em algumas poucas áreas, ainda são encontrados remanescentes, protegidos por lei, da vegetação original, como é o caso da Serra do Caparaó. Trata-se do Refúgio Ecológico, que apresenta um grande número de agrupamento remanescente da Floresta Montana. (CASTRO; SOARES, 2010, p. 06).

Os 142 municípios dessa comarca estão distribuídos em uma área territorial de 35.711 Km² e a densidade demográfica registrada é de 60,86 hab./km². São 70.912 estabelecimentos da Agricultura Familiar, sendo que a participação de agricultores familiares. De acordo com Campos (2006), esta mesorregião é composta por muitos pequenos produtores rurais, que se estabelecem pela compra conjunta de terras, o que garante a permanência do camponês em seu habitat, isso ocorreu especialmente na região de “Araponga - MG, denominada pelas

agricultoras e pelos agricultores locais como “Conquista de Terras em Conjunto”³². (CAMPOS, 2006, p. 01).

Algo que se percebe é que a Agricultura Familiar em todas as mesorregiões do Estado de Minas Gerais tem sua importância e caminha para mudanças positivas, entretanto, há localidades que necessitam de maiores cuidados e melhores investimentos, mas algo que é evidente é que há regiões em que a multifuncionalidade rural está mais presente, entretanto, em outros locais, ainda se encontra de maneira embrionária. O Rural ao contar com o multifuncional “valoriza as peculiaridades do agrícola e do rural e suas outras contribuições que não apenas a produção de bens privados, além dela repercutir as críticas às formas predominantes assumidas” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p.19).

2.3 Síntese da Agricultura Familiar no Estado de Minas Gerais: multifuncionalidades

O Norte de Minas caracteriza-se por sua multifuncionalidade³³ e diversidade de ações com o território e a cultura com o uso da terra, compreendendo os modos de vida e as diversas formas de produzir. A diversificação é entendida como uma estratégia utilizada pelos agricultores, lhes possibilitando maior produtividade e a abertura de novos mercados, além de não esgotar os solos por causa da rotação de culturas (FONSECA, 2012, p.166)

Há muitas informações sobre a Agricultura Familiar, em alguns casos há dados divergentes, por isso, para essa pesquisa utilizou-se como roteiro sobre os dados mineiros, os subsídios ofertados pela Emater-MG, em que traça um *Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais*. Trabalho realizado em 2014 e que trabalha com as mesorregiões, mostrando os números e levantamentos de cada local. A Emater-MG utilizou como referência para seu levantamento, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contagem de 2010.

Em se tratando de cada mesorregião, o que se pode observar é que o Noroeste de Minas é composto pelo menor número de municípios e também pela menor densidade demográfica, mas possui uma área regular, pois é a terceira maior área territorial. Enquanto o o Norte de

³²Trata-se de uma alternativa e acesso a terra auto-organizada pelos agricultores, cuja base é a confiança e a cooperação entre os envolvidos. A compra coletiva de terras vem sendo realizada desde 1989 e até 2007, cerca 175 famílias haviam adquirido terras, totalizando cerca de 570 hectares. A compra da terra acontece num esquema de crédito rotativo e é apoiado por agentes externos como o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Araponga e o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata 1 (CTA-ZM). CAMPOS, Alessandra Bernardes Faria. “CONQUISTA DE TERRAS EM CONJUNTO”: Caminho(s) e Limites para o Desenvolvimento como Liberdade. 2007. Disponível em: < <http://www.geo.ufv.br/wp-content/uploads/2013/08/Alessandra-Campos.pdf>>.

³³ Conferir Alves et al, 2011 – A Multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Norte de Minas Gerais: Um estudo de caso na Comunidade do Planalto Rural.

Minas é composto por 89 municípios, região dona da maior área territorial, em contrapartida, é a segunda menor em densidade demográfica do Estado.

O sociólogo Polonês Zygmunt Bauman (2011) afirma que qualquer análise nesse sentido deve considerar o Índice de Desenvolvimento humano (IDH)³⁴. Nesse aspecto, o Município de Ponto Chique, no Norte de Minas, que é o assunto de observação desse estudo, ocupou em 2010 o 764º lugar no IDHM, com um índice de 0,606. Montes Claros, a principal cidade do Norte de Minas, está em 18º lugar, com um índice de 0,770; Varzelândia ocupa a 793º colocação, com um IDHM de 0,594. (SILVA, 2016).

O recorte geográfico definido pelo IBGE para o Estado de Minas Gerais, que é dividido em mesorregiões, mostra a distribuição do número de municípios e a área territorial em Km² de cada mesorregião do Estado. Na tabela abaixo é possível observar a importância que a Região do Norte de Minas possui para Estado de Minas Gerais, pois é a mesorregião com maior extensão territorial, entretanto, em termos de densidade demográfica, é a segunda menor. Esses números se explicam por diversos motivos; um deles, é justamente pelo tamanho do território.

Quadro 05 – Dados por Mesorregião: Área Territorial e Densidade Demográfica

Dados das Mesorregiões do Estado de Minas Gerais – IBGE(2010)			
Mesorregião	Nº de Municípios da Mesorregião	Área Territorial (km²)	Densidade Demográfica (hab/km²)
Campo das Vertentes	36	12.581	49,19
Central Mineira	30	31.747	13,00
Jequitinhonha	51	50.147	13,95
Metropolitana de Belo Horizonte	105	39.573	157,59
Noroeste de Minas	19	62.351	5,88
Norte de Minas	89	128.451	12,54
Oeste de Minas	44	24.038	39,73
Sul/Sudoeste de Minas	146	49.576	49,19
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	66	90.541	23,69
Vale do Mucuri	23	20.093	19,18
Vale do Rio Doce	102	41.713	38,86
Zona da Mata	142	35.711	60,86

Fonte: IBGE (2010), Contagem da População 2010. Org. SENA, 2017

34 Índice de Desenvolvimento Humano: O objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>>.

Avançando um pouco na discussão, naquilo que é parte do problema desse trabalho, a questão dos números referentes à quantidade de estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar. De acordo com o Censo Agropecuário 2006, do IBGE, existem no estado de Minas Gerais, 551.630 estabelecimentos agropecuários, destes, 437.320 unidades pertencem à Agricultura Familiar, o que equivale a 79% do total de estabelecimentos do Estado.

Nesse quesito, o Norte de Minas Gerais desponta como a mesorregião com maior número de estabelecimentos. São 77.706 mil locais, que se contrapõem, por exemplo, à Central Mineira que conta com 8.191 mil estabelecimentos. No quadro 05 observa-se a extensa área territorial da Região do Norte de Minas que, em comparação às demais regiões do Estado, representa, isoladamente, 21,90% da área total do território mineiro, compreendendo 89 municípios, abrangendo uma área de 128.451 m²; fato que a coloca em destaque, principalmente quando se considera a distribuição de localidades rurais do Estado em relação às unidades pertencentes à Agricultura Familiar.

Esses números não dizem muito, pois para se aventar profundamente a questão, haveria de se considerar diversos outros pontos, como por exemplo, o tamanho médio das propriedades, mas esse não é o mote desta discussão; portanto, para o que se pretende, isto é, traçar um comparativo, esses dados são suficientes.

Quadro 06 – Dados por Mesorregião: Número de Estabelecimentos da Agricultura Familiar

Dados por Mesorregião: Número de Estabelecimentos da Agricultura Familiar		
Mesorregião	Nº de Estabelecimentos da Agricultura Familiar (A)	Participação – Total de estabelecimentos da Agricultura Familiar (%) (A/T)
Campo das Vertentes	12.957	2,96%
Central Mineira	8.191	1,87%
Jequitinhonha	41.606	9,51%
Metropolitana de Belo Horizonte	28.820	6,59%
Noroeste de Minas	13.739	3,14%
Norte de Minas	77.706	17,77%
Oeste de Minas	22.622	5,17%
Sul/Sudoeste de Minas	72.717	16,63
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	31.646	7,24%
Vale do Mucuri	13.871	3,17%
Vale do Rio Doce	42.533	9,73%
Zona da Mata	70.912	16,22%
Minas Gerais	437.320	100,00%

Fonte: IBGE (2010), Contagem da População 2010. Org. SENA, 2017

Outro fator relevante é o número de agricultores distribuídos nos estabelecimentos de Agricultura Familiar. Sob esse aspecto, o Norte de Minas também se destaca; porquanto, o total

de agricultores familiares é de 214.434, distribuídos em 77.706 estabelecimentos, ou seja, dá uma média de 2,8 trabalhadores por imóveis; enquanto na Central Mineira que tem 13.914 trabalhadores divididos em 8,191 propriedades de Agricultura Familiar, dá uma média de 1,7 trabalhadores por estabelecimento. Mas os números do Oeste de Minas são mais significativos, porquanto chega a uma média de 1,5 trabalhadores rural por estabelecimento da Agricultura Familiar.

Ao se analisar a quadro 07, pode-se observar a distribuição dos estabelecimentos rurais no estado de Minas Gerais, donde é possível comprovar que a Região do Norte de Minas tem 77.706 estabelecimentos, representando 17,77% do total mineiro. Outro dado significativo é que esta região conta com a maior participação da Agricultura Familiar no Estado, com o destaque para o fato de estar completamente inserida no bioma cerrado, possuindo uma rica biodiversidade.

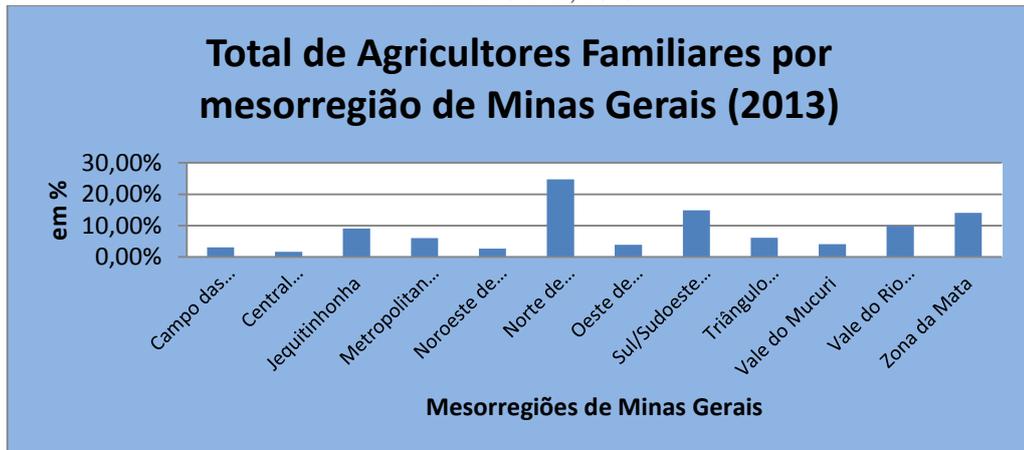
Quadro 07 – Dados por Mesorregião Total de Agricultores Familiares

Dados por Mesorregião: Total de Agricultores Familiares		
Mesorregião	Total de Agricultores Familiares (A)	Participação – Total de Agricultores Familiares (%) (A/T)
Campo das Vertentes	26.230	3,03%
Central Mineira	13.914	1,61%
Jequitinhonha	78.701	9,08%
Metropolitana de Belo Horizonte	52.317	6,04%
Noroeste de Minas	23.278	2,69%
Norte de Minas	214.434	24,75%
Oeste de Minas	33.405	3,86%
Sul/Sudoeste de Minas	128.441	14,83%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	52.782	6,09%
Vale do Mucuri	35.351	4,08%
Vale do Rio Doce	85.886	9,91%
Zona da Mata	121.594	14,04%
Minas Gerais	866.333	100,00%

Fonte: IBGE (2010), Contagem da População 2010. Org. SENA, 2017

Estes números podem ser confirmados na figura 21, no gráfico abaixo, em que novamente o Norte de Minas se destaca; o que permite também ter uma noção da distribuição geográfica da Agricultura Familiar em Minas Gerais, além de permitir algumas observações, pois onde está a maior quantidade de produtores da Agricultura familiar deveria haver mais investimentos por parte do Estado e pelo Governo Federal, considerando que é também nessa região que está os menores IDHs do Estado de Minas Gerais.

Figura 21- Gráfico de Percentuais de Participação no Total de Agricultores Familiares, Mesorregiões geográficas de Minas Gerais, 2013.



Fonte: IBGE (2010), Contagem da População 2010. Org. SENA, 2017

Quando comparada a outras regiões do estado, pode-se perceber que o Norte de Minas foi prejudicado por uma procrastinação econômica, causada pelo Governo Federal e Estadual. Apesar dessa falta, essa localidade apresenta inúmeras possibilidades de geração de renda, constituindo-se como local de importância social, sobretudo pelas atividades desenvolvidas pela Agricultura Familiar. Isto é fundamentado no fato de que parte importante de sua população retira o autossustento de seus recursos naturais. Entre eles, os ribeirinhos, geraizeiros, indígenas e quilombolas, que aplicam na terra meios de produção com base no conhecimento tradicional e na exploração sustentável de sua biodiversidade, como a coleta dos mais diversos frutos e sementes como o Pequi, Baru, Buriti, Mangaba, Cagaita, Cajuí, Araticum e outras, que são vendidos nos centros urbanos.

A Agricultura Familiar tem diversas funções, a qual se destaca na produção de alimentos, na absorção de empregos e é também um fator redutor do movimento migratório. Sobre a Agricultura Familiar é importante analisar o fragmento abaixo:

A agricultura familiar é lembrada por sua importância na produção de alimentos, especialmente voltados para o auto-consumo, e na absorção de empregos. Focalizam-se mais as funções de caráter social que as econômicas, tendo em vista sua menor produtividade e incorporação. No entanto, é necessário destacar que a produção familiar, além de ser um fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias de baixa renda, também contribui de forma expressiva para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país. (GUILHOTO et al, 2006, apud OLIVEIRA, 2012 p.29).

Apesar dessas características, não há como negar que o Norte de Minas Gerais enfrenta muitos desafios em relação às desigualdades sócio-espaciais e problemas ambientais. Ademais, a Agricultura Familiar desta região permanece ainda incipiente, em função, principalmente, dos investimentos descontínuos dos Governos Federal e Estadual. Há investimentos, mas com

tendências paliativas, não se mostrando resolutivas naquilo que os moradores precisam. Essa fragilidade foi agravada a partir da década de 1970, período em a região tornou-se importante provedora de insumo energético (carvão) para as indústrias do Sudeste brasileiro. Nesses apontamentos encontram-se os pilares dos grandes problemas dessa região, marcada historicamente pela pobreza e extrema desigualdade de renda e consequente êxodo rural.

Ainda no mês 05/2017, o Governo de Minas Gerais prometeu mais investimentos nesse território, algo em torno de 93 milhões, isso com o propósito de combater a pobreza no meio rural do Norte de Minas. De acordo com os dados oferecidos pelo Cadastro de Programas Sociais (CadÚnico), cerca de 193 mil famílias vivem em situação de extrema pobreza. Esse programa foi denominado de *Sementes Presentes em Montes Claros*. É possível perceber aqui, o que se tem insistido no texto, há investimento no Norte de Minas, isso não se pode negar, mas são medidas paliativas, que resolve o problema em ano e, no outro, a população fica à mercê da sorte. Ou seja, medidas descontínuas.

Dessa análise, torna-se importante repensar as relações no meio rural, possibilitando novas visões sobre ambiente agrário, mostrando o que ele tem a oferecer, como diversas oportunidades de matérias-primas satisfatórias à exploração sustentável de biomassa, fruticultura, floricultura e artesanatos, o que pode amenizar o problema do êxodo rural ou até mesmo devolver ao campo a mão de obra excedente que se concentra nas cidades. Os agricultores familiares do Norte de Minas exploram de forma intensiva a pequena extensão de terra que dispõem, e utilizam ao máximo a mão de obra familiar. Vale dizer que, se houver mais investimentos resolutivos, as chances de mudar a situação serão bem maiores.

2.4 A Multifuncionalidade da Agricultura Familiar

A multifuncionalidade relacionada com a Agricultura Familiar é algo que extrapola a questão da produção de alimentos e matérias-primas, porquanto está interligado com a qualidade de vida, com a estrutura social e com as interligações naturais no meio em que está inserido o sujeito. Como o tema aqui discutido é a Agricultura Familiar, há de se pensar esses aspectos entreposto no local de vivência desse indivíduo, no caso, a zona rural.

Para adentrar nessa discussão, é importante conceituar o que é multifuncionalidade e definir sua importância para a Agricultura Familiar.

Além da pluriatividade, aspectos como a segurança alimentar, conservação de paisagens, ecossistemas e agroecossistemas, e a reprodução social das famílias rurais, passam a ser utilizados para justificar as múltiplas funções que o agricultor familiar

desempenha, e para reafirmar seu papel na sociedade. O conceito de multifuncionalidade busca traduzir essas múltiplas funções (CANDIOTTO, 2009, p. 4-5).

Há de se considerar também que a zona rural, na contemporaneidade, conta com recursos que, em certa medida, se aproxima do urbano. Há inserções de novos hábitos e recursos tecnológicos que permitem um novo modo de vida, muito próximo daquilo que se tem acesso na cidade. Pode se pensar que, atualmente, é muito comum ter, na zona rural, o acesso à energia elétrica, internet, acesso à TV por meio de parabólicas, celulares, dentre outras tecnologias que podem ser utilizadas no plantio, no manejo com os animais e na produção agroindustriais; ou seja, há, respeitando as proporções, uma urbanização do campo, ou um “novo mundo rural” (GRAZIANO SILVA, 1997).

Numa perspectiva mais ampla, o que se pode pensar é que esse “novo mundo rural” oferece condições mais dignas e confortáveis para o homem do campo viver em seu ambiente, aproveitando todos os recursos ofertados pela natureza, que deverão ser aplicados de maneira lúcida e proativa, de modo a garantir o uso do solo e de seus expedientes sem o desequilíbrio, ao mesmo tempo em que esse agricultor familiar permanece em seu local de origem, não desgastando os espaços urbanos e inchando esses centros, deixando para trás sua identidade e origens que lhe garantem integridade.

Nessa perspectiva, pode se pensar em práticas que até algumas décadas atrás não eram consideradas como fator de renda, como por exemplo, o turismo rural e as práticas extrativistas sustentáveis. Lembrando que a questão da sustentabilidade é palavra de ordem no meio rural, porquanto, desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, em que os chefes de estados se responsabilizaram pela minoração dos problemas ambientais, que a promessa é optar pela sustentabilidade em todas as linhas de frente.

Antes dessa conferência, ocorreu em Estocolmo, na Suécia, em 1972, um encontro com propósitos parecidos, entretanto com a Eco-92 houve um acerto e ajustamento de compromisso, porquanto, foi tratado problemas ambientais existentes e possibilidades de reverter essa condição. Literalmente, demonstrou-se uma verdadeira preocupação com as condições físicas da “vaca/terra”. Nessa conferência foi firmada a Declaração do Rio, também conhecida como a Carta da Terra, em que todos deveria se preocupar com a preservação do planeta,

especialmente os países mais ricos³⁵. Infelizmente, nem todos os países têm o compromisso com o equilíbrio ambiental.

Nesse encontro também ficou definido a Agenda 21, acordo entre os países que garante estratégias para o desenvolvimento sustentável; nessa perspectiva, entra a permanência do homem do campo na zona rural. Mas, a proposta primordial é que haja uma utilização inteligente e cuidadosa do meio ambiente, considerando sempre as especificidades de cada território, como foi tratado acima. Cada região de Minas Gerais tem suas características, que sejam aproveitados os recursos que cada local se destaca.

Entretanto, há regiões que esse processo é mais complicado, como pôde ser demonstrado, pois o meio ambiente, nesse espaço, tem pouco a ofertar ou demanda maiores investimentos para se ter um retorno considerável, para que o processo se mostre eficiente, dependendo do local, deve haver uma continuidade dos projetos e das políticas públicas. É possível perceber que isso não acontece, pois se há um investimento em um governo, é comum não se dar continuidade no processo quando se assume uma nova gestão.

Outro fator que é conveniente de ser observado é que há um interesse e uma maior notoriedade para regiões com clima mais favoráveis, com o solo mais rico, que, conseqüentemente, demandam menos investimentos e dá um retorno mais seguro e rápido. Recursos agroecológicos e agroindustriais têm mais êxitos em regiões mais abastadas, esses resultados são colocados em destaque nas mídias, pois são projetos que funcionam sem maiores desgastes, em contraste com regiões mais consumidas pela seca, em que todo investimento tende a poucos resultados.

Nesse aspecto, é possível inferir que só haverá um resultado viável e duradouro para regiões como o Norte de Minas, quando houver o interesse em lidar com a situação de maneira efetiva, buscando alternativas resolutivas e permanentes. Contudo, para além das diferenças regionais e as dificuldades que são inerentes a cada região, o que se pode perceber é que a

³⁵Após um quarto de século, a história parece se repetir. Membro do Partido Republicano, como George Bush, o presidente Donald Trump anunciou que os Estados Unidos sairão do Acordo de Paris — **aprovado em dezembro de 2015, 175 países assinaram o documento, que tem força de lei internacional e prevê determinações obrigatórias e recomendações às nações signatárias**. Com a mesma justificativa de proteger os interesses norteamericanos, Trump afirmou que o tratado prejudicaria a economia dos Estados Unidos e seria responsável por retirar empregos, já que seriam necessárias mudanças em relação ao desenvolvimento produtivo do país. Estabelecendo o objetivo de desacelerar o aquecimento global a partir de investimentos em energias limpas e na redução de emissões de poluentes, o Acordo de Paris é considerado por especialistas como a iniciativa mais completa para lutar contra as mudanças climáticas — o tratado entrará em vigor a partir de 4 de novembro de 2019. **Assim como na Eco-92, no entanto, a decisão dos Estados Unidos poderá frustrar os objetivos globais de proteção ao meio ambiente.** Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2017/06/acordo-de-paris-consequencias-para-o-mundo-apos-saida-dos-eua.html>>.

Agricultura Familiar, na perspectiva da multifuncionalidade, prevê funções tais como: função social, econômica e ambiental.

2.4.1 Função Social

De acordo com Carneiro e Maluf (2003), há funções-chaves nesse processo, que contribuem para que a Agricultura Familiar ganhe novo aspecto e possa se fortalecer de acordo com suas peculiaridades. Os autores salientam que é fundamental a reprodução socioeconômica das famílias rurais. É preciso também pensar como esteio desse processo a sustentabilidade da atividade agrícola, nessa perspectiva, há de se garantir a conservação dos recursos naturais e a manutenção da paisagem rural. Mas um ponto que é o fio condutor do assunto é que, para além de todos esses cuidados, não se pode desconsiderar a importância da questão social e cultural, que é inerente a cada região.

Respeitar essas particularidades é o que pode fortalecer cada ação isoladamente, pois um povo não é forte se perder sua identidade social e cultural. De maneira, que a multifuncionalidade perpassa, sobretudo, pelo aspecto social. Nessa linha de raciocínio, para que haja a legitimação da Agricultura Familiar, é preciso contemplar o sujeito em seu meio com suas ações costumeiras e com tudo o que é inerente à sua vida e história.

Se em uma região, como por exemplo, o Oeste de Minas é fácil obter retorno para cada investimento, o mesmo não ocorre no Norte de Minas, mas não é possível descaracterizar essa última região e tentar implantar ali, meios que funcionam bem no Oeste Mineiro. Não funciona porque o meio ambiente de cada região tem suas características próprias, mas, sobretudo, porque as pessoas de cada região têm suas constitutivas sociais que lhes são distintas e é isso que lhe dá força, isto é, o convívio social, que é embasado na cultura, é o fator que fortalece um grupo de pessoas ou uma nação. (REMY, 2009).

Esse ponto de vista é tão importante que Cazella; Bonnal e Maluf (2009) encaram em suas pesquisas, as unidades familiares como células sociais, que se desdobram em outras particularidades, como a socioeconômica, a ambiental e a cultural. Porquanto um fator interfere no outro, desencadeando novos olhares e novas ações. Ora, se houver promessas de melhorias econômicas, um grupo se dispõe a mudar algumas práticas, mas o mais seguro é que se garanta sua identidade social e cultural. É isso que vai vincular o homem ao seu meio.

Cazella; Bonnal e Maluf (2009) desenvolveram uma pesquisa, com várias etapas, observado a Agricultura Familiar, perceberam, na primeira etapa de investigação, que apesar

de ser importantes os aspectos apontados acima, mas nas regiões menos favorecidas em termos ambientais e econômicos o que ocorre é que:

As dificuldades de reprodução enfrentadas por esse tipo de agricultura terminam por comprometer a própria existência das comunidades rurais, com implicações no que se refere à manutenção do tecido social e cultural. Por último, Ficaram evidentes na pesquisa os conflitos entre a preservação dos recursos naturais e as práticas agrícolas, incluindo o confronto entre práticas tradicionais e legislação ambiental. Verificou-se ser muito incipiente o reconhecimento do papel de preservação do patrimônio natural e, menos ainda, da paisagem rural. (CAZELLA; BONNAL; MALUF 2009, p. 19).

O que deixa evidente que não basta propor soluções, não basta políticas públicas que façam promessas de mudanças, é preciso que aquilo que se propõem seja colocado em prática, pois um povo sem recursos, não consegue se colocar em posição de resistência e, por mais que se mantenha culturalmente, a tendência é deixar esfalecer todo o resto, o que também contribui para o comprometimento social.

2.4.2 Função Econômica

Aproveitar os recursos naturais ou aquilo produzido pelo agricultor familiar para garantir, além do seu sustento, a sua permanência e de sua família no campo, afiançando renda e dignidade para as famílias agrícolas. A proposta é que seja utilizada a terra como instrumento de promoção de trabalho e qualidade de vida. (WANDERLEY, 2002).

Para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência. Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc, são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações. (WANDERLEY, 1996, p. 04).

Ora, a preocupação primeira do agricultor familiar é garantir a sua subsistência e a de sua familiar, essa é uma visão micro, de uma situação que tem caracteres bem amplos, porquanto, quando se olha a economia global, o que se percebe é que essa ação em pequenas proporções contribui imensamente para economia brasileira.

Ao que se pode pensar em outro aspecto importante, que é o fato desse modelo de economia absorver parte importante de uma mão de obra que estaria à margem, sem colocação no mercado de trabalho formal, pois na Agricultura Familiar está agregada para o trabalho a

pessoa capacitada e tecnicamente habilitada para aquelas funções, mas também estão a mulher, o idoso, o adolescente. Entre essa mão de obra, muito facilmente encontram-se pessoas que são analfabetas, que não contam com uma formação protocolar. Mas como garante Paulo Freire (1987) "Não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes" (FREIRE 1987, P.68):

Ao que se pode pensar que a Agricultura Familiar traz intrínseca a capacidade de resolver problemas sociais e econômicos, pois em seu meio, é onde o sujeito age e reage de acordo com o seu conhecimento, ele é mão de obra ativa e útil que produz, contribuindo não só com sua família, mas também com a economia do país. “Entre os aspectos marcantes da Agricultura Familiar brasileira estão as formas invisíveis de trabalho e a produção do que se pode chamar de “riqueza invisível”. Omissa nos compêndios de Economia, a família como instituição estratégica do meio rural”. (BERGAMASCO; DELGADO, 2016, p. 10).

De acordo com dados ofertados pelo Governo Federal, a Agricultura Familiar é a principal responsável pela comida consumida pelos brasileiros, cerca de 70% dos alimentos consumidos são provenientes da Agricultura familiar. O Governo garante que “O pequeno agricultor ocupa hoje papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%)”. (PORTAL BRASIL, 2015, s/p).

Em síntese, o que se pode pensar é que a agricultura capitalista tem papel diferente, garante lucros, mas se destaca pela monocultura, tais como cana-de-açúcar e soja, mas o alimento propriamente dito, é produzido, em sua grande maioria, pelo agricultor familiar.

2.4.3 Função Ambiental

Conforme dito, uma das bases da multifuncionalidade é a função ambiental, que não se desvincula das outras funções aqui discutidas, reforçando que a função básica da agricultura é a produção agrícola, mas quando se considera um aspecto holístico, depara-se com questões ambientais e ecológicas. Que compreende a preservação da biodiversidade, a exploração orientada e o uso do solo de maneira responsável.

Lehfeld (2013, pp. 313-314) define que “a função social da agricultura familiar insere-se na estrutura do Estado de Direito Ambiental, dando-lhe condicionantes e instrumentos de caráter solidário no que se espera quando se analisa a proteção do meio ambiente”. Ora, para além de todas as questões que a Agricultura Familiar garante algo que não se pode negar, é a garantia do equilíbrio que é proporcionado por esse modelo agrícola. Há de se considerar que,

de maneira geral, as práticas comerciais são mais invasivas e tende ao desequilíbrio, porquanto, há uma tendência da exploração da monocultura.

Quando se pensa nos empreendimentos agrícolas de cunho capitalista, o que se percebe são a devastação e a exploração sem preocupação com a preservação do meio ambiente, ao se falar em Agricultura Familiar, há a exploração indevida, entretanto numa proporção muito menor e como muito mais possibilidades de reequilíbrio. Ao que se pode considerar que o Estado atual “impõe a sustentabilidade no uso de recursos naturais quando do processo produtividade, especialmente agropecuário”. (LEHFELD, 2013, p. 310).

Lehfeld (2013) também entende que a Agricultura Familiar é um instrumento que viabiliza o Estado de Direito Ambiental; porquanto, está mais próximo de práticas saudáveis de produção. Ao que se pode analisar sob o prisma dos autores Cazella; Bonnal e Maluf (2009).

O componente “ambiental”, por um lado, aparece no processo de produção como um fator limitante do desenvolvimento, juntamente com os mercados. Por outro lado, o nível e a natureza da atividade econômica condicionam e são condicionados pela disponibilidade dos recursos renováveis disponíveis, por sua gestão e dinâmica. O nível de degradação dos recursos também induz dinâmicas particulares. (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 62).

De maneira que é possível perceber que a Agricultura Familiar, sob os mais diversos aspectos, contribui para a vida na terra, seja social, cultural, econômico ou ambientalmente. É uma prática que precisa de mais apoio e políticas públicas eficientes e resolutivas, que se disponha a agir no cerne do problema, que no caso da Mesorregião do Norte de Minas, por exemplo, é solucionar o problema da água.

Para se chegar a uma solução, além do investimento do Governo Federal e Estadual, muitas práticas precisam ser revistas, como o manejo correto do solo, o extrativismo seguro e assim por diante. Mas é um recurso que tem a propensão de promover bem-estar sob todas as perspectivas, pois ao mesmo tempo que mantém o homem na zona rural, promovendo um equilíbrio social e cultural, esse agricultor também contribui para a economia e a preservação do meio ambiente.

Considerando a multifuncionalidade em todos os seus aspectos, é possível perceber sua importância para os moradores do município de Ponto Chique e para os agricultores familiares desta região. Esta observação é percebida com mais critério na Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleiras, que é beneficiada sob todos os aspectos multifuncionais.

Figura 22 - Paisagem típica dos arredores das residências dos associados do Vale do Gameleiras



Fonte: SENA, 2017

Figura 23 - Vista externa da residência de um dos associados do Vale do Gameleiras



Fonte: SENA, 2017

“O importante e bonito do mundo é isso: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam...”
(Guimarães Rosa)

CAPÍTULO III

O MUNICÍPIO DE PONTO CHIQUE E AS POLÍTICAS PARA OS ASSOCIADOS DO VALE DO GAMELEIRA

3.1 O Espaço Rural e a Agricultura Familiar do Município de Ponto Chique (MG)

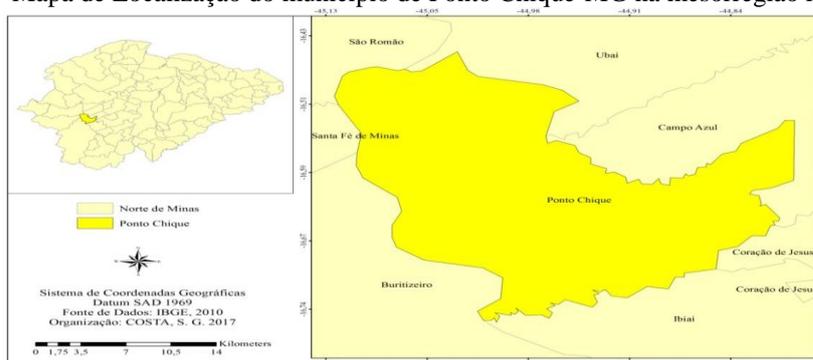
O município de Ponto Chique, localizado na mesorregião do Norte de Minas Gerais, mais especificamente, na microrregião de Montes Claros (MG) é uma cidade que, de acordo com o último censo — IBGE (2010) —, contava com uma população absoluta de 3.966 mil habitantes. Contudo, há uma estimativa para 2016, em que a população deve chegar a 4.269 mil habitantes, sendo que 34,92% da população desse município vivem na zona rural.

Ainda de acordo com os dados ofertados pelo IBGE (2010), Ponto Chique tem uma densidade demográfica de 6,6 hab./Km². É um município que teve seu início muito recentemente, pois até 21 de dezembro de 1995, Ponto Chique era distrito de Ubaí (MG). O relevo desta região se destaca por ser aplainado e seu clima, de maneira geral, é favorável para a agricultura e pecuária, apesar de ter longos períodos de seca. “O Norte de Minas Gerais

apresenta clima tropical variando de semiúmido a semiárido, apresenta diversidade de formações vegetais típicas, onde boa parcela que corresponde ao Bioma Caatinga, entra em contato ecossistêmico com o Cerrado”. (COSTA, RUAS e PEREIRA, 2010, p.02).

O Município fica no Alto Médio São Francisco, detalhe que favorece a composição do solo e que contribui para uma melhor produção agrícola. Geograficamente fica entre municípios como Buritizeiro, Santa Fé de Minas, São Romão, Campo Azul, Ibiaí e Ubaí, da qual já foi distrito. O mapa abaixo mostra sua localização exata.

Figura 24 - Mapa de Localização do município de Ponto Chique-MG na mesorregião Norte Minas.



Fonte: COSTA, 2017

Apesar de ser um município com características bastante positivas, há problemas socioambientais, porquanto é uma região de poucas chuvas, o que contribui para que a produção agrícola fique aquém daquilo que poderia ser, comprometendo a questão social e econômica, posto que, economicamente, trata-se de uma região com tendência eminentemente agropecuária. De maneira que se esse segmento econômico não for bem, ocorrem outros problemas sérios, como por exemplo, a manutenção do básico, como o alimento. Essa realidade é tão presente que a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados concordou em incluir novos municípios à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)³⁶, dentre os quais está Ponto Chique.

A Lei Federal nº 7.827, de Setembro de 1989, criou e estabeleceu as condições de aplicação dos Fundos Constitucionais e, ainda, definiu como semiárido a região com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 milímetros. Com essa definição, 1033 municípios da região Nordeste e do Estado de Minas Gerais eram

³⁶A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, mais conhecida pela sigla Sudene, é uma autarquia federal, subordinada ao Ministério do Interior, com sede em Recife, Pernambuco. O objetivo de sua criação foi a promoção e coordenação do desenvolvimento do Nordeste, região que para os fins da Sudene compreende os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, e parte do território de Minas Gerais enquadrada no Polígono das Secas, e o território federal de Fernando de Noronha. O Nordeste da Sudene é, a rigor, uma definição já de “política de desenvolvimento”, pois é o conjunto de estados “subdesenvolvidos” em relação à parte do país que se poderia considerar como “mais desenvolvida”. Inclui o estado do Maranhão, não tradicionalmente reconhecido como Nordeste, a parte mineira[...]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene>>.

considerados como pertencentes ao semiárido. Contudo, o Ministério da Integração, em conjunto com instituições do Governo Federal, redefiniu os municípios que integram a região do semiárido por meio da Portaria nº 89 de 16 de Março de 2005. Passou-se a considerar não somente o índice pluviométrico do município como critério de definição, mas também: i) Índice de Aridez ii) Déficit Hídrico. (IRFFI, 2015, p.12).

A iniciativa citada acima é de extrema importância, posto que esta região, ao ser incluída no Semiárido brasileiro, evidencia a sua fragilidade social. O semiárido é um clima mais recorrente no centro-norte da Bahia e em estados como Sergipe, Alagoas, Paraíba e outros; mas, conforme adverte João Guimarães Rosa (1994, p. 449) há nas Gerais vários sertões, — “todos esses sertões dos Gerais” — pois que há diversas características que envolvem o semiárido mineiro, que, como discutido no capítulo anterior, é menos desenvolvido que outras regiões do Estado de Minas Gerais; todavia, há municípios que se destacam por produções consideráveis de frutas e outras culturas. De maneira geral, o cultivo se circunscreve a produtos, tais como: feijão, milho, arroz, mandioca e cana-de-açúcar e também há uma considerável atividade pecuária, com rebanho de gado de corte e leiteiro.

O solo dessa região tem característica bastante porosa, o que facilita o escoamento rápido da água da chuva, nesse processo surge rios intermitentes que ajudam na manutenção do Rio São Francisco. Por ter essas características, houve o favorecimento da inclusão de Ponto Chique na lista da Sudene, o que viabiliza o abarcamento em mais políticas públicas diferenciadas e específicas, capazes de favorecer o município que, devido a sua localização, enfrenta dificuldades sociais e econômicas. Com esta medida, há possibilidades de criar recursos que alcancem grupos peculiares, tais como “mulheres, jovens, ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais” [...] e, principalmente, a simplificação das condições de acesso e a redução de alguns entraves bancários. (ARRUDA, 2017, s/p).

A representatividade da Agricultura Familiar na mesorregião do Norte de Minas destaca sua importância para o Estado, posto que, como comentado anteriormente, esta é a maior mesorregião do Estado, visto que comporta número considerável de trabalhadores rurais e muitos agricultores familiares. Nesse viés, se destaca o município de Ponto Chique, pois há, no entorno, famílias com muitos problemas por causa da seca, mas há outros que vem se despontando em produtividade, como é o caso da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleiras. Nesse município, as propriedades rurais cultivam vários produtos e os mais importantes são: feijão, milho, arroz, mandioca e cana-de-açúcar.

Esses dados podem ser conferidos no quadro abaixo, em que evidencia a variação da produção no período que compreende os anos de 2004 e 2014. Neste quadro, destaca-se o

cultivo da cana-de-açúcar, soja e milho que obtiveram uma queda na produção. No mesmo período aumentou a produção da mandioca e da melancia:

Quadro 08 - Produção Agrícola Temporária do Município de Ponto Chique

PRODUÇÃO AGRÍCOLA TEMPORÁRIA - MUNICÍPIO DE PONTO CHIQUE-MG						
PRODUTO	2004		2010		2014	
	Produção (ton)	Produção (mil R\$)	Produção (ton)	Produção (mil R\$)	Produção (ton)	Produção (mil R\$)
ARROZ (EM CASCA)	450	135	100	75	-	-
CANA DE AÇUCAR	10.000	250	5.000	350	8.320	832
FEIJÃO (EM GRÃO)	32	54	315	745	141	316
MANDIOCA	800	560	2.500	2.500	1.260	630
MELÂNCIA	20	4	84	67	70	59
MILHO (EM GRÃO)	1.925	674	756	302	60	34
SOJA (EM GRÃO)	500	175	-	-	-	-
SORGO (EM GRÃO)	500	140	140	44	6	3
TOMATE	60	60	90	180	-	-
TOTAIS	14.287	2.052	8.985	4.263	9.857	1.874

Fonte: IBGE, 2015. Org.: SENA, 2017

Segundo o relatório agroclimatológico do ano agrícola 2016-2017 — conforme documentos anexos³⁷ — elaborado pela EMATER-MG, a área plantada soma um total de 2.836 hectares, no entanto perdeu-se um total de 1.961 hectares. A produção estimada para este período era de 6.800 toneladas de produtos, no entanto, foram obtidas apenas 755,2 toneladas de produtos. Segundo dados deste relatório, a ausência de chuvas é o fator primordial dos prejuízos causados. São situações como essas que justificam medidas como as discutidas acima e a inclusão do Município de Ponto Chique na lista de municípios acompanhados pela Sudene.

Em se tratando da situação da pecuária, no município, assume importância o rebanho de gado de corte e leiteiro, estimado em mais de 34.000 cabeças.

Quadro 09 - Pecuária do Município de Ponto Chique

PECUÁRIA - MUNICÍPIO DE PONTO CHIQUE-MG			
PRODUTO	2004	2010	2014
	Cabeças	Cabeças	Cabeças
Bovinos - efetivo dos rebanhos	27.946	28.015	28.505
Suínos - efetivo dos rebanhos	1.352	1.441	1.160
Eqüinos - efetivo dos rebanhos	2.208	1.234	1.022
Caprinos - efetivo dos rebanhos	53	187	182
Vacas ordenhadas	2.565	2.933	3.705
TOTAIS	34.124	33.810	34.574

³⁷ Conferir páginas 143;144; 145; 146 e 147.

Fonte: IBGE, 2015. – Org.: SENA, 2017

Nessa perspectiva, o que se pode diagnosticar a partir do relatório agroclimatológico referente ao município de Ponto Chique, do ano agrícola 2016-2017 (EMATER-MG), em que informa que no ano de 2016, a composição do rebanho bovino é de 14.690 cabeças e que, neste período, mais de 600 animais morreram em função da seca/estiagem, houve uma queda de 33% na produção de leite e 40% da produção de carne. O gráfico abaixo, elaborado pelo IBGE, comprova esta queda no ano de 2015.

Figura 25 - Gráfico da evolução do rebanho Bovino do Município de Ponto Chique-MG do ano de 2014.



Fonte: IBGE, 2015. Org.: IBGE, 2017

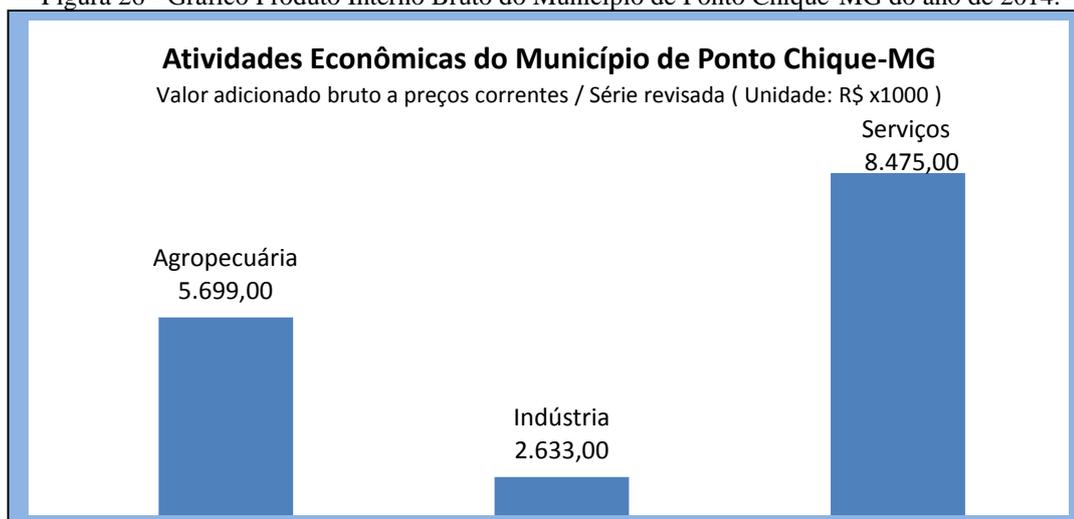
A EMATER- MG também orienta os produtores da região acerca do manejo correto do plantio de cana-de-açúcar e sorgo forrageiro, que são alternativas alimentares para os animais nos períodos mais secos do ano, quando há um comprometimento da produção de leite e o gado tende a perder peso.

Existe uma preocupação em se manter a agropecuária em condições de subsistência, e garantir sua produção, considerando que a agropecuária para Ponto Chique é responsável por mais de 30% do produto interno bruto do município, é o segundo maior responsável por esse quesito, perdendo apenas para o setor de serviços. Segundo dados do Anuário estático do crédito rural (2012), Ponto Chique recebeu do programa PRONAF, no ano de 2012, um valor

total de R\$ 564.506,98 para custeio e investimento na agropecuária. Segundo dados do IBGE (2015), no ano de 2010, a agropecuária obteve produto interno em torno de R\$5.546.000,00. Sendo assim, esse é um recurso que deve ser mantido, posto sua capacidade de interferir positivamente na economia local.

Conforme a quadro abaixo é possível confirmar a importância da agropecuária local, entretanto, mesmo considerando essa significativa representatividade, os recursos recebidos ficam aquém das necessidades reais. O que se percebe é que os investimentos são paliativos e não sequentes.

Figura 26 - Gráfico Produto Interno Bruto do Município de Ponto Chique-MG do ano de 2014.



Fonte: IBGE, 2015. Org.: SENA, 2017

No Norte de Minas, é evidente que a agricultura familiar responde por uma parcela expressiva da economia da mesorregião. Mesmo tendo em vista uma série de entraves, como insuficiência de terras produtivas, regiões sem acesso à água, dificuldades creditícias, menor aporte tecnológico, fragilidade dos serviços de assistência técnica e subutilização da mão de obra, sua participação na economia tem se tornado maior ao longo dos anos.

A maior preocupação dos órgãos competentes e dos pequenos produtores rurais entrevistados é quanto à situação hídrica do município, atualmente dos três (3) rios perenes que abastecem o município, um está seco. Somado a essa realidade, há 80% dos córregos que estão prejudicados. Atualmente, um número considerável desses recursos hídricos está seco. Ainda há de se considerar que das 15 barragens construídas, apenas 07 unidades permanecem com

água. O abastecimento de água do setor rural está racionado, prejudicando cerca de 1500 pessoas, que estão sem o acesso devido ao recurso hídrico, causando-lhes inúmeros outros problemas, pois nessa situação, até mesmo matar a sede da família e dos animais, fica continuamente mais difícil, o que compromete o plantio, a manutenção das lavouras e nem mesmo a higiene do corpo é possível. Situação bem delicada.

Algumas comunidades estão sendo atendidas por caminhão pipa, mas a maioria dos grupos rurais possui, predominantemente, o abastecimento de água via poços tubulares, sendo que partes consideráveis desses poços possuem índices elevados de carbonatos de cálcio e sódio. Estas substâncias, em pequenas quantidades, não chegam a causar danos à saúde, mas em quantidades maiores e de maneira constantes, sim. Conferir Portaria 328³⁸. Em estudos recentes, cientistas americanos descobriram que cálcio em demasia pode causar ataques cardíacos. E que a Hipercalcêmica pode causar males ainda não estudados. Ou seja, é bom, mas não em excesso. (ALVES, 2010).

3.2 Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleiras

Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleiras foi fundada no dia 15/10/1991, com o propósito de facilitar e favorecer o trabalho e as reivindicações para aqueles trabalhadores rurais. Fica no município de Ponto Chique, à 14 Km de distância do setor urbano. Esse local é privilegiado na região, considerando que, ao contrário do que muitos moradores da região enfrentam, essa Associação é privilegiada, pois são abastecidos pelo Rio Gameleiras.

Figura 27 - Rio Gameleiras

³⁸ Conferir página 149.



Fonte: SENA, 2017

A associação é de suma importância para o fortalecimento da Agricultura Familiar, posto que é por meio da Associação que esses associados adquiriram bens, tais como: trator, carro, bateadeira de feijão, dentre outros benefícios que, individualmente, não teriam acesso. Ora, na condição de associado tiveram a oportunidade de alcançarem empréstimos facilitados, vendas de produtos agrícolas para o PNAE também puderam adquirir a rede de água encanada, dentre outros.

Figura 28 - Rede de água encanada nas residências dos associados



Fonte: SENA, 2017

Apesar desses benefícios, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleira padece de algumas dificuldades relativa à organização da instituição. Pode-se dar destaque para o fato de que a Associação ainda não possui sede própria, as reuniões acontecem, geralmente, na casa do presidente da associação. Os associados tomaram a decisão de alugar os instrumentos adquiridos — trator, bateadeira de feijão, etc. — quando não estivessem sendo utilizados pelos associados; o que é positivo, pois é uma medida que gera renda para manutenção dos bens, no entanto, não houve um controle adequado, pois eles não conseguiram administrar as entradas dos recursos, tanto que hoje esses bens estão com problemas para funcionarem e a Associação não tem recursos para intervir.

Em conversas reservadas, houve muitas reclamações de que o uso dos instrumentos pelos associados não ocorre de maneira igualitária; posto que, segundo apontamentos de alguns entrevistados, alguns moradores se beneficiam mais que os outros, o que gera insatisfação e, conseqüentemente, divergências entre os associados, o que leva a um enfraquecimento do grupo. Atualmente o trator da associação está estragado e não há verba para o concerto. Esse fator compromete o trabalho e o equilíbrio do grupo.

Ademais, ao longo do tempo, a Associação acumulou uma dívida, o que compromete a razão social da Associação, o que dificulta qualquer negociação com o seu Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). E, apesar das tentativas, ainda não conseguiram se organizar para liquidar a dívida, situação que se torna mais um fator importante para o desgaste da Associação, que já se encontra bem enfraquecida, apesar da situação geral se mostrar bem promissora. Para se ter uma noção da real conjuntura da Associação, fez-se contato com o atual Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ponto Chique, e na ocasião ele afirmou estar ciente da situação e, de acordo com a sua opinião, na atual circunstância, o ideal seria criar uma nova associação, já que os membros não conseguem entrar em acordo para solucionar o problema.

Foi possível perceber, por meio das entrevistas, que existe um movimento de divisão da Associação, tanto que alguns associados não quiseram participar das entrevistas e das discussões promovidas pela pesquisadora. Em especial, os 08 associados da margem esquerda do Rio Gameleira, que se mostraram bem determinados em desfazer a associação e criar uma nova, mas somente entre eles, pois defendem que há uma maior afinidade naquele grupo, sendo assim, entendem que vão conduzir de maneira diferente a nova associação.

Para conhecer a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleira de maneira mais profunda, além das visitas e observações realizadas, em que foi possível

abstrair informações de maneira empírica, foram realizadas entrevistas, em que se procurou conhecer a história dos moradores, suas dificuldades e propensões futuras.

Atualmente a Associação é composta por 21 membros. Desses 21 membros, 17 são classificados como agricultores familiares, os outros por possuírem mais de quatro módulos fiscais, não se encaixam nessa categoria. Foram entrevistados 12 membros dos 17 agricultores familiares, ou seja, cerca de 71% dos associados. Os outros 05 membros decidiram não participar da pesquisa; porquanto, de acordo com o que foi alegado, estão se desligando da Associação e não mostraram interesse em participar da pesquisa. Para proteger a identidade dos participantes e também para haver uma menor exposição, foram utilizadas apenas as iniciais dos nomes dos associados. Sendo assim, os entrevistados foram:

Quadro 10 - Associados Entrevistados

ASSOCIADOS ENTREVISTADOS ³⁹							
Nº	Nome	Sexo	Idade	Estado Cível	Nº de Filhos	Tempo de Moradia no Setor Rural do Município	Nº de Filhos que permanece no Setor Rural do Município
01	A. M. S.	M	61	Casado	05	62	00
02	W. R. S.	M	41	Casado	02	6	00
03	R. S. G.	M	58	Casado	02	52	02
04	K. F. R.	M	54	Casado	02	57	00
05	A. M. P.	M	44	Casado	02	23	02
06	J. F. S.	M	45	Casado	02	45	02
07	C. M. A.	M	21	Solteiro	00	21	00
08	L. S. J.	M	51	Casado	02	47	00
09	R. S. A.	M	67	Casado	07	67	03
10	A. G. J.	M	35	Casado	01	35	00
11	A. F.	M	61	Casado	06	61	02

³⁹ O questionário foi aplicado apenas aos membros da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleira, como todos os membros são masculinos e há apenas uma mulher na Associação e ela não manifestou interesse em participar, então a entrevista teve uma unanimidade masculina.

12	R. J. M. A.	M	19	Solteiro	00	19	00
----	-------------	---	----	----------	----	----	----

Fonte: Org. SENA, 2017

3.2.1 Dados do Questionário

Identificação/caracterização

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo:
4. Estado Civil:
5. Cor/Raça:
6. Dependentes:
7. Tempo de residência no município:
8. Extensão da propriedade rural:
9. Tipo de Residência? (alvenaria/adobe):
10. Profissão:
11. Grau de escolaridade:

Programas Governamentais para a permanência do agricultor familiar no campo:

1. Acesso a energia elétrica? Desde quando? Houve mudanças no estilo de vida? E a qualidade de Vida? E na economia da família?
2. Acesso á água? Desde quando? Tratada? Encanada?
3. Aposentadoria Especial?
4. Bolsa Família?
5. Tem acesso ao Pronaf? Já utilizou? Por quê?
6. Outro tipo de benefícios do governo que são utilizados?
7. Qual a importância desses programas para a família?
8. Caso não houvesse esses programas, seria viável sua permanência na zona rural?
9. De que maneira esses programas mudaram sua vida?
10. Em sua opinião, o que ainda precisa ser feito para melhorar a vida do agricultor familiar?
11. O município oferece assistência técnica ao agricultor familiar?

Atividades Econômicas:

1. Tipos de atividades econômicas praticadas (agricultura, pecuária, extrativismo, comércio, outros)?
2. Fontes de Renda? (Aposentadoria, arrendamento, trabalho assalariado, bolsa família, outros)
3. Principal fonte de renda?
4. Renda Mensal (R\$)?
5. Despesa Mensal (R\$)? (água, luz, alimentação, transportes, outros)

6. Patrimônio (Estimativa do valor do patrimônio – terras, gado, plantações, imóveis, bens móveis, outros)

Assistência Social:

1. A família tem acesso a Educação?
2. O município oferece quais níveis de educação?
3. O município oferece transporte para o deslocamento dos estudantes?
4. A família está satisfeita com a educação oferecida pelo município?
5. Na zona rural existem agentes de saúde que fazem visitas periódicas?
6. Tem acesso ao médico?
7. Está satisfeito com o tipo de assistência à saúde que tem acesso? Em sua opinião o que poderia ser feito para melhorar este tipo de atendimento?
8. Existe policiamento na zona rural deste município?
9. Sua família sente segura vivendo na zona rural deste município?
10. Há casos de roubos, furtos, homicídios, violência? Se acontecer algum tipo de crime vocês têm facilidade em acionar a polícia?
11. Existe algum transporte público para o deslocamento dos moradores da zona rural? Qual é a frequência? Quais os horários?

Permanência no Campo:

1. A família tem ou já teve vontade de viver na cidade? Por quê?
2. Em sua opinião, o que ainda precisa ser feito para melhorar a vida do agricultor familiar?
3. A vida do agricultor familiar de hoje é melhor do que a de 20 anos atrás? Porque?
4. Quais programas do governo favoreceram a sua permanência no campo?

É possível avaliar que a idade dos moradores entrevistados varia entre 20 e 70 anos; sendo que dos 12 associados, 03 têm mais de 60 anos, 02 têm menos de 30 anos e 07 têm entre 30 e 60 anos de idade. Outro ponto que se pode observar é que a presença masculina é predominante, há entre os associados apenas um membro do sexo feminino, mas a associada não se dispôs a participar da entrevista, pois faz parte do grupo que pretende se desligar da associação.

Figura 29 - Resultado da análise sobre a idade dos moradores do Vale do Gameleira

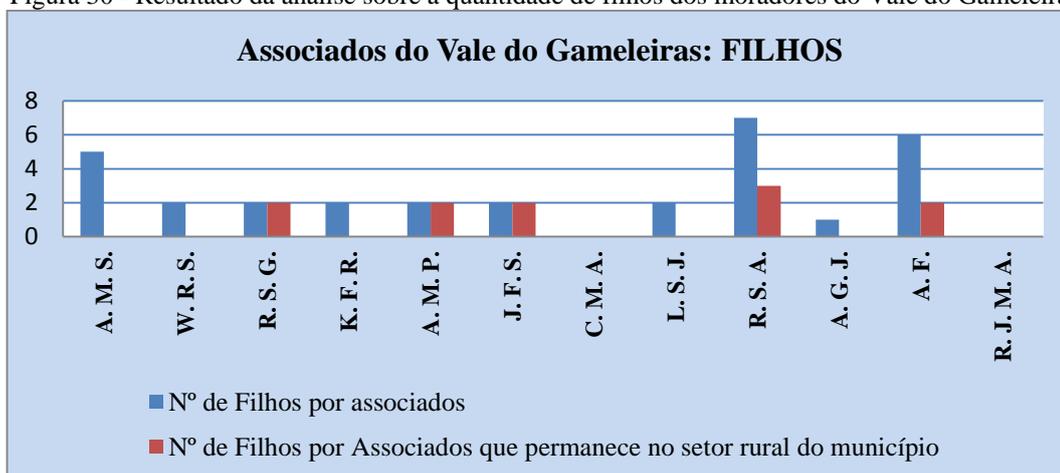


Fonte: Org. SENA, 2017

Dos associados entrevistados, 10 são casados e 02 ainda são solteiros; 03 se autodeclararam brancos, 02 se autodeclararam negros e 07 se autodeclararam pardos. O número de dependentes varia, de maneira considerável. Os associados mais idosos, aqueles que têm mais de 60 anos, um têm 05 filhos, outro tem 06 filhos e outro tem 07 filhos, ao todo são 18 descendentes, mas um ponto importante é que apenas 05 descendentes continuam morando na zona rural.

Outros 06 entrevistados têm, cada um, 02 filhos, mas apenas 03 associados ainda continuam com seus filhos morando na zona rural, isso porque ainda estão cursando o Ensino Médio; outro entrevistado tem apenas um filho, mas que já mora na cidade; e dois associados, que ainda são solteiros, não têm filhos. Os pais afirmam que os filhos foram para cidades maiores como Montes Claros, Pirapora, Belo Horizonte, etc. Os progenitores dizem que os filhos foram para os grandes centros, em busca de condições melhores de sobrevivência, em busca de trabalho e de estudo.

Figura 30 - Resultado da análise sobre a quantidade de filhos dos moradores do Vale do Gameleira



Fonte: Org. SENA, 2017

Todos os entrevistados declaram morar no campo desde que nasceram, e apenas 01 dos moradores do Vale do Gameleira possui, além da residência na zona rural, moradia própria na zona urbana do município. Esse morador e sua esposa são servidores da Prefeitura Municipal de Ponto chique, portanto possuem outra renda além daquela conseguida na Associação.

O que se pôde conferir é que 75% dos entrevistados são classificados como minifundiários, sendo que 01 dos membros é meheiro⁴⁰ e apenas 02 são pequenos proprietários de terras, conforme classificação dos imóveis rurais definida pela Lei 8.629/1993, que leva em conta o módulo fiscal⁴¹42. O módulo fiscal do Município de Ponto Chique equivale a 50 hectares, de acordo com o Sistema Nacional de Cadastro Rural – índices básicos 2013. Em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em: Minifúndio: imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; Pequena Propriedade: área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; Média Propriedade: área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; Grande Propriedade: área superior 15 (quinze) módulos fiscais. (INCRA, 2013).

Figura 31- Resultado sobre o tipo de propriedade dos moradores do Vale do Gameleira

⁴⁰Diz-se do agricultor que trabalha em terras que pertencem à outra pessoa. Em geral, o **meeiro** ocupa-se de todo o trabalho e reparte com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do agricultor e de sua família. Fornece, ainda, equipamentos agrícolas e animais para ajudar no trabalho, adubos, inseticidas e adiantamentos em dinheiro podem ocasionalmente ser fornecidos pelo dono da terra. No Brasil, a agricultura de meação ainda é muito praticada, principalmente nas regiões menos desenvolvidas. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/meeiro/>>.

⁴¹ Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>.



Fonte: Org. SENA, 2017

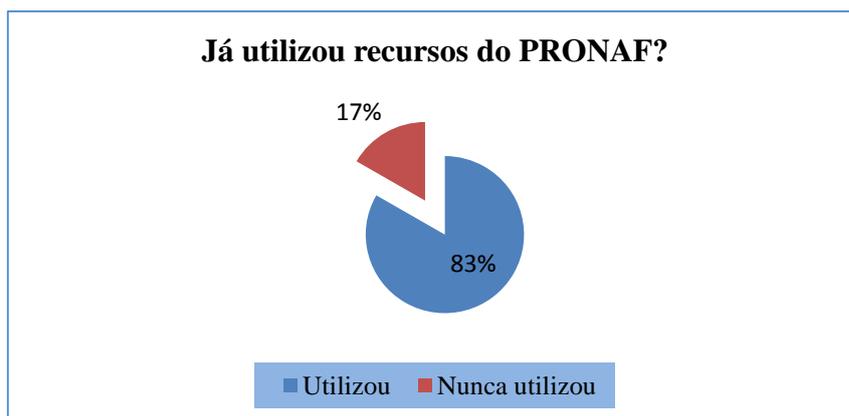
Na Associação do Vale do Gameleira todas as residências são de Alvenaria, com piso cerâmico e banheiro com fossa asséptica. As residências têm televisores com antena parabólica, telefone móvel, refrigeradores, fogão a gás e a lenha. Todas as famílias têm acesso à energia elétrica e água encanada, porém, essa água não é tratada.

Ao serem inquiridos sobre a profissão, todos se identificam como pequeno produtor rural, inclusive os 02 membros que são classificados como pluriativos.

[...] a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades, passando a ser cada vez mais percebida como uma das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza. Talvez o exemplo emblemático dessa mudança estrutural seja a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, pois não raramente uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não-agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades. Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. (SCHNEIDER, 2003, p.101).

No que se refere à formação escolar, há uma diversidade considerável, mas algo importante é que todos são alfabetizados. A formação se estabelece da seguinte maneira: 02 têm curso técnico agrícola; 04 têm Ensino médio completo; 02 têm Ensino fundamental completo; 04 têm Ensino fundamental incompleto. Desses associados, 83% já utilizaram recursos do Pronaf; 02 associados que foram entrevistados nunca utilizaram tal recurso, por opção, afirmam que não necessitam desse expediente; mas todos concordam que o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar é um recurso indispensável ao agricultor familiar.

Figura 32- Utilização do PRONAF



Fonte: Org. SENA, 2017

Conforme dito, os associados têm acesso à energia elétrica, esse recurso chegou para a comunidade a cerca de 20 anos, os associados afirmam que o acesso à energia elétrica é, com absoluta certeza, a principal ação governamental que mais beneficiou os agricultores, posto que a partir dessa alternativa, puderam ter acesso a outras possibilidades e benefícios, como por exemplo, puderam investir em irrigação e, com isso, sua produção a ser garantida a cada safra, o que redundou em uma melhor qualidade de vida.

Também foi dito que todos os associados têm acesso à água encanada e essa conquista ocorreu em função de um projeto elaborado e desenvolvido pelos associados; portanto, conquistado pela associação. Isso ocorreu a cerca de 02 anos, vale ressaltar que essa água que chega às torneiras dos moradores do Gameleira é encanada, porém não recebe qualquer tipo de tratamento, portanto é uma água bruta e sob esse aspecto, os moradores estão sujeitos aos riscos inerentes à água com tais características, devendo então tomar os cuidados necessários para se manterem em segurança, no que tange às contaminações e coisas do gênero. Além da água encanada advinda de poços artesianos, 50% dos entrevistados também receberam a caixa d'água, para reservar a água das chuvas, do programa água para todos, que conforme decreto 7.535, de 26 de julho de 2011, institui que as famílias que se encontram em situação de extrema pobreza sejam priorizadas.

Figura 33 - Caixas D água do Programa Água Para Todos



Fonte: SENA, 2017

Outro ponto positivo é que, atualmente, a manutenção da rede de água, está sendo mantida pela Prefeitura Municipal de Ponto Chique, porquanto conserva um funcionário para dar manutenção na rede de água.

Dos moradores entrevistados, apenas 03 são aposentados, aqueles que já têm mais de 60 anos. Eles afirmam que somente depois que conquistaram a aposentadoria e que tiveram acesso a outras comodidades, que redundou em uma melhor qualidade de vida, posto que depois que se aposentaram é que tiveram condições de comprar um televisor, colocar piso cerâmico na casa, e outras regalias nesse sentido.

Outro benefício que é ofertado pelo Governo Federal e que favorece alguns moradores é o Programa Bolsa Família. Atualmente 03 associados têm acesso a esse benefício, todavia 90% dos entrevistados afirmaram que, por um determinado período, já tiveram acesso ao recurso e que só foram excluídos porque perderam a condição básica para ser contemplado, ou seja, alguns porque passaram a receber a aposentadoria, outros porque os filhos concluíram os estudos, mas afirmam que o benefício favorece o cotidiano, especialmente quando se tem filhos pequenos, visto que favorece na compra de alimentos.

Relataram também que todos tiveram acesso ao Programa Bolsa Estiagem, afirmam que este recurso foi fundamental em alguns momentos, pois em determinadas ocasiões, não fosse esse auxílio, teriam passado fome. Relatos como esses reafirmam a importância de haver programas que favoreçam a permanência do homem na zona rural, mas torna-se evidente que é

preciso haver amparo, pois dependendo da situação e do período não é possível resolver a situação de maneira autônoma.

3.3 Problemas e Soluções Sociais encontrados no Vale do Gameleira

Quando questionados: “em sua opinião, o que ainda precisa ser feito para melhorar a vida do agricultor familiar?”. Houve unanimidade na resposta; posto que todos acreditam que todos os problemas que enfrentam são motivados pela falta de água. Ou seja, os programas paliativos são importantes e ajudam a passar pelas crises, mas para solucionar verdadeiramente a questão social, é preciso, para além das medidas balsâmicas, uma solução real e não procrastinatória. Essa solução está intrinsecamente ligada ao projeto de revitalização e construção de barragens, que resolveria, não só os problemas da maioria, mas, sobretudo, pode resolver o problema de todos, não só da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleira.

Acostumamo-nos a considerar a água a questão central do Semiárido. A região, aparentemente, apresenta muitos problemas relacionados á disponibilidade hídrica no decorrer dos 12 meses do ano. Isso é verdade somente em parte, pois conhecendo o potencial hídrico e estabelecendo-se políticas públicas de acordo com as características do clima semiárido, com Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3 3 4 uma fração das verbas que se gaste nas “emergências” durante as chamadas “secas”, o menor povoado e a mais afastada casa poderiam ter seu abastecimento de água segura, durante o ano todo e todos os anos. (SANTOS, SCHISTEK, OBERHOFER, 2007, p.13).

Esta situação é tão crítica que, durante as entrevistas, houve relatos de associados que afiançaram morar na região há mais de 20 anos e que nunca tinham comprado feijão para consumo, no entanto, nesse ano de 2017, devido a estiagem prolongada, não tiveram alternativa, conquanto não conseguiram, por meio de sua produção, colher o produto de modo suficiente que abastecesse a despensa. É fato que todos associados plantam para o auto consumo, os principais produtos encontrados foram: mandioca, milho, feijão, hortaliças, abóbora, frutas e plantas medicinais.

Durante as visitas foi possível observar que a maior parte das famílias cria animais para consumo doméstico: galinha, porco e gado para produção de leite. Dos 12 entrevistados, 07 associados têm como principal atividade econômica a pecuária leiteira, eles são fornecedores de leite para uma empresa privada e sua produção garante uma renda que gira em torno de R\$ 1.000,00 a 2.000,00 reais mensais cada um. A empresa estabelece um contrato com a associação, mantém um tanque de leite, que é coletado semanalmente.

Figura 34- Atividade econômica: Pecuária Leiteira



Fonte: SENA, 2017

Sendo que um dos entrevistados tem como principal atividade econômica a produção de cachaça. 02 associados vivem apenas do benefício que recebem do Programa Bolsa Família e de sua produção, ou seja, daquilo que planta e colhe em suas próprias terras, além de prestar serviços a terceiros, isto quando há oportunidade. Um dos associados é meeiro, de maneira que aquilo que produz divide com o dono das terras que utiliza para plantar. E um último participante informa que vive da aposentadoria e do que planta e colhe em suas terras.

No que tange a Educação, a Prefeitura Municipal de Ponto Chique oferece o Ensino Fundamental e Médio, mas para frequentar as aulas, é necessário se deslocarem para a zona urbana do município, gastam em média 40 minutos até a cidade, pois que a estrada que ligam a Associação à cidade de Ponto Chique não é pavimentada, mas há o benefício do transporte público, mantido pela prefeitura, ressaltando que o transporte escolar é acessível a todos os associados. Ou seja, o ônibus serve a todos os moradores, não apenas aos estudantes. Essa medida agrada a todos os moradores e apesar da distância e do tempo gasto para acessar as escolas, não há reclamações nesse sentido.

Quanto à saúde, todos disseram que são beneficiados pelo Programa Saúde da Família (PSF), que hoje recebe a nomenclatura de Estratégia da Saúde da Família (ESF), na maior parte do Brasil, deixou de ser um programa, porquanto se tornou uma estratégia de ação direcionada para a saúde preventiva. Todos informaram que recebem visitas do Agente Comunitário de

Saúde (ACS), que passa regularmente, uma vez por mês e, quando necessário, o próprio ACS marca consultas e exames para os moradores e, nessas ocasiões, a Prefeitura de Ponto Chique disponibiliza um carro com motorista para levá-los até a cidade onde devem passar pela consulta ou fazer os exames, podendo ser em Ponto Chique, Pirapora ou Montes Claros.

A Prefeitura Municipal de Ponto Chique também mantém, nessas cidades, casas de apoio; pois, às vezes, é necessário passar a noite na cidade para realizar os exames. Se for necessária internação, a casa pode ser utilizada pelos acompanhantes. Os associados consideram o atendimento ofertado de excelente qualidade, considerando que acompanham pelos jornais televisivos, os noticiários que informam sobre as dificuldades enfrentadas pela maioria dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), ouvem falar das filas que os residentes nas cidades precisam enfrentar para conseguir uma consulta e eles acreditam que a Prefeitura de Ponto Chique mantém convênios nos hospitais e que por isso têm facilidade no atendimento.

No mais, relatam que não encontram dificuldades para se deslocar até a cidade, porquanto há o transporte público gratuito, que é ofertado uma vez ao dia, contam também com uma linha particular de transporte, este é pago, mas é bom, pois contam com o recurso uma vez ao dia. Além disso, mais de 50% dos entrevistados possuem veículos automotores (moto e/ou carro) e, aqueles que não têm condução própria, conseguem facilmente carona com um dos vizinhos associados, garantem também que há uma circulação diária constante do meio rural para a cidade e vice-versa.

Relataram que não existe policiamento constante na região, somente quanto acontece algum fato que exija a presença das autoridades, caso contrário, isso não ocorre, mas garantem que são raros os momentos em que há necessidade da presença de policiais.

Quando questionados sobre o desejo de permanecer no meio rural; todos demonstraram grande satisfação em viver no campo e ratificaram interesse em permanecer ali. Afirmaram que os programas governamentais favoreceram a permanência deles no campo e que todos têm uma qualidade de vida interessante, ainda mais se consideradas as experiências anteriores à Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleira, isto a mais vinte anos atrás, quando não existiam programas para o pequeno produtor rural e o agricultor familiar.

Houve certa preocupação de alguns em relação ao patrimônio, pois percebem que os filhos que já se adaptaram na cidade não têm interesse em retornar ao campo. Cerca de 34% dos moradores informaram que todos os filhos moram na zona urbana e nenhum deles tem interesse em retornar para o campo. Dos associados, 17% garante que os filhos já demonstraram interesse em permanecer no campo e manter a atividade da família, mas gostariam que tivesse

mais garantias de subsistências. Outros 17% ainda não têm filhos, portanto não puderam responder ao questionamento. Cerca de 33% dos entrevistados ainda têm filhos pequenos que ainda não tem condições de tomar decisões.

O fato é que, se for somado o número de descendentes dos moradores da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleira, que participaram da entrevista, da um total de 31 filhos. Desse número, apenas 11 descendentes ainda permanecem morando na zona rural, mas alguns ainda são menores, portanto ainda não têm condições de saírem da companhia dos pais. Esse é um fator preocupante, pois se a ideia das políticas públicas é manter o homem do campo no campo, essas estratégias não estão funcionando, pois pelo que se percebe no Vale do Gameleiras há, em certa medida, uma migração da juventude que vivia na zona rural.

3.4 A Importância das Políticas Públicas para a Permanência dos Agricultores da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleira no seu local de origem

Daquilo que foi observado ao longo da pesquisa, o que se percebe é que os associados do Vale do Gameleiras foram beneficiados com as políticas públicas federais, estaduais e municipais e que se comparado a situação atual com a realidade de vinte anos atrás, é inquestionável as melhorias alcançadas. De maneira que é fato que houve um apoio grandioso a essas pessoas.

Entretanto, a Associação passa por problemas, pois há uma situação instalada, que é a dívida adquirida ao longo dos anos e, portanto o comprometimento da razão social da Associação, o que dificulta novas aquisições e impedindo novas negociações. Não se pode apontar as causas, mas é obvio que houve algumas ingerências causadas, provavelmente, pela falta de experiência e por falta de apoio da Prefeitura Municipal de Ponto Chique, no que tange a orientação, na proposição de cursos que favorecessem o uso da contabilidade, entrada e saída de caixa e assim por diante. Por outro lado, seria mais fácil para a Prefeitura interferir se tivesse havido um pedido de ajuda por parte da Associação.

Nesse sentido, conforme já foi apontado, o que se tem é o posicionamento do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que acredita que o melhor para aquele grupo de pessoas seria criar uma nova associação. Isso pode ser uma alternativa viável, mas, talvez não seja a melhor juridicamente, porquanto os nomes dos associados ficariam comprometidos e, portanto, permaneceriam sem condições de dar início a novos projetos e acessar outros benefícios. Considerando que os nomes dos responsáveis pela atual associação estariam comprometidos junto ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), à Centralização de Serviços dos Bancos (Serasa), também junto ao Município, à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas

Gerais (SEF/MG) e junto ao Ministério da Fazenda Nacional (MFN). Com restrições dessa amplitude, seria extremamente complicado para essas pessoas voltarem a negociar.

Fora esses problemas, há também o esvaziamento do Vale do Gameleira; por mais que haja benefícios, e eles existem, há a migração dos jovens. Esse, talvez seja o maior problema e que ainda não foi observado pelos pais/moradores nem pelas autoridades locais, posto que hoje estejam os moradores que iniciaram a Associação, seus descendentes estão migrando vagarosamente para os centros urbanos. Há famílias que o único morador no Vale do Gameleira é o membro masculino, isto é, o pai, o arrimo da família, que permanece no local, pois a mãe e filhos estão morando na zona urbana.

Esse fator é preocupante, pois com o esvaziamento do campo, há também um enfraquecimento da Agricultura Familiar e, em contrapartida a agricultura comercial ganha força e espaço, porquanto vagarosamente vai comprando as pequenas propriedades, monopolizando o território e unificando a cultura, ou seja, fortalecendo a monocultura. Essa realidade ainda não chegou no Vale do Gameleira, mas há relatos de regiões próximas que passam por essa situação.

Em contato com a EMATER-MG local, houve relatos de que há poucos técnicos para atender a região que, na realidade, há único técnico para atender todo o Município de Ponto Chique. Sendo que este setor rural conta com 13 associações rurais, sendo que algumas associações são muito deficitárias e têm pouca infraestrutura, dentre essas associações, três são consideradas extremamente pobres, haja vista que suas localizações são em regiões muito secas, com terras improdutivas. Ora, pode se imaginar que em um contexto como o relatado é muito complicado resolver os problemas, não contando com infraestrutura adequada e, sobretudo, não podendo contar com o devido apoio técnico.

Nessa perspectiva, o que foi dito pelos responsáveis da EMATER-MG local é que a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleira tem uma condição estrutural melhor, e um dos motivos é a disponibilidade de água. Em função disso, há menos preocupação com esse local. Houve também, durante esse relato, a manifestação de preocupação, por parte do responsável pelo órgão, porquanto, conforme foi apontado, há na atualidade, um esvaziamento rural na região, em parte isso é ocasionado pelo envelhecimento do homem da zona rural, isso redundando na venda de boa parte das pequenas propriedades dedicadas à Agricultura Familiar. Ora, muitos agricultores familiares estão vendendo suas terras para mudar para a cidade e um dos principais motivos dessa decisão é a seca, que expulsa esse sertanejo do seu local de origem.

O Representante local da EMATER-MG entende que um dos motivos que tem contribuído para o enfraquecimento das associações é o fato de que os presidentes das associações correm o risco de perder o direito à aposentadoria especial, pois tem o nome vinculado a um CNPJ. Diante desse fato, não é vantajoso para o sujeito submeter seu nome em uma empreitada como essa, pois pode ser prejudicado no futuro, sendo que a aposentadoria é a única segurança que tem para o momento da velhice, portanto não pode comprometer-se com o grupo e se prejudicar individualmente.

Entendem que benefícios ofertados pelo Governo, tais como o Programa Bolsa Família e a aposentadoria do trabalhador rural são motivos e incentivos para segurar o agricultor em suas terras, se não houver essa garantia, muitos perdem o interesse de permanecer no sertão. Esta realidade alcança os jovens, que não se mostram interessados em permanecer na propriedade dos pais, mesmo com as políticas públicas governamentais, que pretendem, além de incentivar a permanência do homem no campo, garantir que os jovens tenham interesse em permanecer nas terras da família.

O que é possível perceber é que isso não está ocorrendo, pois que no Município de Ponto Chique, conforme demonstrado, há um esvaziamento dos jovens que buscam a cidade para estudar e não pretendem, em sua maioria, retornar ao campo. Ora, dos 31 jovens originários do Vale do Gameleira, 20 já se deslocaram definitivamente para os centros urbanos e, pelo que foi observado nas respostas dos pais e dos jovens, há grandes chances de outros nove se mudarem no futuro, apenas dois jovens dá sinais que não abandonarão a propriedade da família e desejam continuar trabalhando e produzindo em suas propriedades.

Mas se olhar com cuidado, os números apresentados pela EMATER-MG, que tiveram seus dados analisados no segundo capítulo deste trabalho, é possível perceber que há um esvaziamento geral, pois que se considerar a mesorregião separadamente, observar o número de produtores rurais e se dividir esse número pelo número de estabelecimentos rurais da Agricultura Familiar, é possível ter um número aproximado, esses dados foram apresentados no quadro abaixo.

O que se percebe é que, na maioria das mesorregiões, há menos de dois agricultores familiares por propriedade. Ainda que na Mesorregião do Norte de Minas haja quase três moradores por propriedade, o que leva a crer que ainda há uma maior permanência no campo. Importa dizer que esses dados são do ano de 2013, portanto houve alterações e, pelo que se apreender dos números apresentados pelos Moradores da Associação dos Pequenos Produtores

Rurais do Vale do Gameleiras essa realidade não mudou, posto que nos últimos anos os jovens estão saindo de suas propriedades.

Quadro 11 - Número aproximado de Moradores por Mesorregião de Minas Gerais

Mesorregião	Total De Agricultores	Nº De Estabelecimentos	Nº Aproximado De Moradores
Campo das Vertentes	26.230	12.957	2,0
Central Mineira	13.914	8.191	1,7
Jequitinhonha	78.701	41.606	1,9
Metropolitana de BH	52.317	28.820	1,9
Noroeste de Minas	23.278	13.739	1,7
Norte de Minas	214.434	77.706	2,8
Oeste de Minas	33.405	22.622	1,5
Sul/Sudoeste de Minas	128.441	72.717	1,8
Triângulo/Alto Paranaíba	52.782	31.646	1,7
Vale do Mucuri	35.351	13.871	2,6
Vale do Rio Doce	85.886	42.533	2,0
Zona da Mata	121.594	70.912	1,7

Fonte: Org. CLETA, 2017

Ora, de acordo com essa análise, há um número baixo de moradores na zona rural, o que suscita outras hipóteses que não poderão ser respondidas aqui nesse trabalho de pesquisa. Mas, é algo que demanda estudo, porquanto, se há políticas públicas para o homem do campo, em especial o agricultor familiar, com o objetivo de manter as famílias no seu meio de origem, algo parece não estar dando resultado, pois que há poucas pessoas que estão se mantendo efetivamente em seu local de origem, e pelo que se viu aqui na Associação do Vale do Gameleiras, é a juventude quem está deixando a zona rural.

Este entendimento pode ser bastante importante, pois é preciso considerar que se não houver o interesse dos jovens em se manter como donos e produtores de suas terras, o que será da Agricultura Familiar a médio e longo prazo? Porquanto, os atuais responsáveis vão envelhecer, aposentar, inevitavelmente, vão falecer. Nessas condições, se não forem renovadas as forças de trabalho, que está na juventude, será difícil manter esse segmento de produção agrícola, que como já foi comprovado por órgãos do setor, como EMATER, que a Agricultura Familiar é uma das maiores produtoras de alimentos, que produz o que chega à mesa da população brasileira, visto que os grandes produtores tendem às monoculturas, tais como: soja, cana-de-açúcar e diferentes produtos destinados para fins outros, que não a alimentação.

Algo que fica muito evidente, ao se analisar as políticas públicas para a Agricultura Familiar, é que há muitos recursos ofertados, especialmente, pelo Governo Federal. Ora só o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) oferece inúmeras

possibilidades, pois que proporciona recursos financeiros para os agricultores familiares que tem interesse em financiamentos, seja individual ou coletivamente, com taxas de juros abaixo dos utilizados pelo mercado. (MDA, 2013).

Esse recurso é ofertado em várias frentes, tais como: Pronaf Custeio, que financia atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização; Pronaf Mais Alimentos, que financia máquinas e equipamentos visando a melhoria da produção e serviços agropecuários; Pronaf Mulher, que oferece linha de crédito para investimentos iniciados por mulheres, independente de seu estado civil; Pronaf Eco, na perspectiva das tecnologias de energia renovável, biocombustíveis e áreas afins; Pronaf Semiárido, que trabalha na perspectiva de financiar projetos que facilita a vida no semiárido. Há outras frentes do Pronaf, que pretendem facilitar a vida do agricultor familiar. (MDA, 2013).

O Governo Federal também oferece a Assistência Técnica para Assentados (ATER), que é um tipo de assistência que orienta as melhores práticas para se obter uma melhor resposta do solo em termos de produção. Também tem o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é um programa em que o Governo adquire a produção dos agricultores rurais, o que oferece garantia de venda da produção. Há também o Pnae e o fomento do Plano Brasil Sem Miséria. (MDA, 2013).

Ora, mesmo com todos esses programas e recursos, o que se percebe, pelos números acima e pelos dados colhidos dos Associados do Vale do Gameleiras, é que o homem que vive na zona rural continua vagarosamente a sua migração. Sob esse aspecto, há de se fazer novos estudos e avaliar se estas políticas públicas tão aclamadas pelo Governo Federal são verdadeiramente eficientes. Analisar se resolvem de fato os problemas dos moradores da zona rural naquilo que eles necessitam cotidianamente, observar se correspondem aos anseios das famílias e, principalmente, dos jovens. Há de notar se não são medidas apenas paliativas, mas não resolutivas, no sentido de resolver verdadeiramente os anseios daqueles que moram e vivem em suas propriedades rurais, destinado ao cultivo da produção familiar.

No que tange o Vale do Gameleiras, o que se pode afirmar é que, ao longo de 20 anos, houve melhorias para aquelas pessoas e hoje com todas as dificuldades enfrentadas, ainda as famílias têm uma boa vida, são assistidas em suas necessidades primárias e, a maior parte dos moradores estão felizes com a vida que tem. Mas esta associação é uma pequena parcela do todo, especialmente no Norte de Minas, que é uma região que prima pela seca e tem problemas consideráveis por causa desse fator. Mas que os números se repetem, ou seja, o que acontece

no Vale do Gameleira é um reflexo do que está acontecendo na Mesorregião do Norte de Minas e no Estado de Minas Gerais.

Quadro 12 – Consolidado sobre os Dados Locais e Estadual

Dados Agricultura Familiar em Minas Gerais, Norte de Minas e Associados do Vale do Gameleiras			
Localidade	Total de Agricultores Familiares	Nº de Estabelecimentos	Nº aproximado de Moradores por estabelecimento
Minas Gerais	866.333	437.320	2,0
Norte de Minas	214.434	77.706	2,8
Associados do Vale do Gameleiras	35	12	2,9

Fonte: Org. CLETA, 2017

Sob esse aspecto, há de se pensar em políticas públicas que sejam verdadeiramente resolutivas. Medidas que alcancem verdadeiramente as necessidades do agricultor familiar, que, no caso, está na solução da falta de água. Esse é o grande fator para verdadeiramente manter o homem no campo, nessa região. Ademais, ofertar programas e atendimento técnico que funcionem de fato, como o caso mencionado anteriormente — isto é, um técnico para um município inteiro. É evidente que esse sujeito não conseguirá dar respostas a todas as necessidades apresentadas, portanto seu serviço será ineficiente, devido a disparidade entre o que é ofertado e a necessidade real. Há oferta do serviço, mas, na realidade, é um serviço ineficiente e que está muito aquém da necessidade dos agricultores familiares da região, no caso, um técnico para muitas propriedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discutido no início do texto, o Brasil, desde que os Portugueses iniciaram suas prospecções por estas terras, foi tomando contornos de um país com características da agropecuária e houve um desenrolar histórico que comprovou tal situação. Mas sempre foram grandes porções de terras para poucos. Essa situação começou a mudar apenas no século XX, entre as décadas de 1960 e 1980. A partir dessa última década houve novos direcionamentos e

novas condutas em relação ao uso da terra, isso foi quando o pobre começou a ter acesso a pequenas parcelas de chão e, gradativamente, foi alcançando novas possibilidades. O novo Governo entendia a necessidade de fortalecer a ação desse novo pequeno produtor, que ganhou espaço, vez e voz.

Contudo, em relação à desigualdade, não houve muitos avanços, posto que os grandes latifúndios sempre existiram e, provavelmente, sempre existirá. Mesmo a sociedade e todos os dirigentes de países tendo a clareza de que menos é mais, ou seja, as menores produções são mais seguras do que uma supersafra, isto a médio e longo prazo, o fato é que não há interesse, por parte do Brasil, em colocar a energia econômica em pequenas possibilidades. Esta é uma das características do capitalismo que, ao modelo dos vermes da vaquinha, prefere arriscar tudo a deixar de ter seu lucro, seu ganho, suas porcentagens exorbitantes.

Inicialmente, foram levantadas algumas hipóteses, pois quando se analisa uma situação sem se aproximar dos dados, fica mais difícil chegar a conclusões realistas, e era isso o que se pretendia, ou seja, chegar a conclusões o mais próximo da realidade. E mesmo com ‘boa intenção’, ainda havia as conclusões que não se chega a respostas 100% seguras, considerando que não há dados atuais ofertados pelo Estado.

O que se analisou foi que buscando resposta em proporções macro, ficaria mais fácil compreender, com mais propriedade, o local da pesquisa que, no caso, era a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleira. Ora, está é uma parte do todo, portanto reflete, minimamente, o que ocorre de maneira geral, se não no país, pelo menos no Estado de Minas Gerais. De tal modo, enquanto se investigava a Associação *in loco*, observando como foram os vinte anos de funcionamento da Associação, uma das questões que se tinha em mente era: existia uma equidade na distribuição de recursos feitos pelos Governos Federal e Estaduais?

O entendimento que se apresentava era que havia mais investimentos nas áreas mais desenvolvidas do Estado, enquanto áreas como o Norte de Minas recebiam menos recursos. De acordo com o que foi observado, isso parece não acontecer, entretanto, há um dado, que talvez seja uma minúcia, mas que pode ser a resposta para essa questão. O que conseguiu se perceber é que há investimentos em todas as áreas; porém, a área que uma melhor estrutura ambiental e social o retorno é mais rápido e seguro. Ou seja, o mesmo investimento pode dar bons resultados em uma região e na outra pode ser malogrado. Por isso, investir numa agroindústria na Zona da Mata é mais ‘vantajoso’ que no Norte de Minas, por exemplo.

Encontrando essa resposta, tornou-se evidente outra situação. Havendo esse problema estrutural ligado às condições sociais e ambientais, então os Governos Estaduais e Federal

devem ser mais ousados e devem passar a trabalhar de maneira mais enérgica para levar soluções realistas para as regiões mais prejudicadas pela seca, por exemplo. Ademais, sem resolver o problema da seca no Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, por exemplo, quaisquer outros investimentos serão paliativos e assistencialistas, com poucas chances de dar efetivos resultados. De maneira que, onde há mais problemas, há de se ter mais planejamentos, mais políticas resolutivas e disposição para realmente resolver o problema que se mostra com tanta evidência.

Ao se questionar: “qual a importância dos programas governamentais para as famílias que praticam Agricultura Familiar e pertencem a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleira?” Durante o período de entrevistas e, principalmente no momento de montar o consolidado, foi possível perceber que nesses vinte anos de existência foi um período muito positivo, apesar dos pontos problemas, como o endividamento da Associação, os desajustes entre os moradores e coisas do gênero. Mais algo que ficou obvio, pela fala dos associados é que eles receberam e recebem benefícios que facilitaram e facilitam a permanência em suas terras.

Outra pergunta que se fez foi: “se Esses programas transformaram as formas de vida dessas famílias?” Isso também ficou evidente que sim, se for analisar a vida de acordo com a compreensão que associados têm, a vida está perfeita. Eles têm casa, comida, os filhos têm escola, todos têm acesso à saúde e outros benefícios que não existia antes da inauguração da Associação. Ou seja, eles têm uma vida com condições sociais melhores que a vida da maioria dos brasileiros. O que responde também a seguinte pergunta: “houve mudanças na condição econômica, social e cultural dessas famílias?”. De acordo com que se pode perceber e pelos relatos dos associados, sim.

Mas ao se observar: “se houve mudanças na maneira como essas famílias utilizam a terra após o acesso a esses programas?”. O que se pode afirmar é que sim, pois é importante lembrar que depois da Associação puderam ter acesso à energia e a água encanada o que facilitou alguns manejos, também favoreceu o gotejamento da lavoura, se olhado por esse prisma, já foi muito bom. Mas se for observado que essas famílias não recebem, por exemplo, um acompanhamento da ATER em que poderiam receber orientações técnicas sobre plantios e manejos mais eficientes. Esse aspecto é ruim, pois esta é uma solução barata, eficiente, que dizem ser disponibilizadas, mas que na prática não funcionam, segundo relatos da EMATER-MG local.

Outra pergunta que se fosse para responder de sobressalto, provavelmente, a resposta seria sim. “Que é se esses programas propiciaram a permanência dessas famílias na zona rural?”. Só pelo Vale do Gameleira fica a certeza que isso não está ocorrendo. Pois o que se percebe é um esvaziamento na zona rural, conforme foi discutido no Terceiro Capítulo. Pela análise feita e pelos números ofertados em 2006 e pelo que pode ser sentido agora em 2017, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Gameleira. Ora, moradores da zona rural estão deixando vagarosamente as suas terras. Não o chefe de família, mas boa parte das mulheres e quase a totalidade dos filhos.

Ali no Vale do Gameleira o que se percebe é que os filhos já se foram e, dificilmente, retornarão e tem o aval dos pais, que querem para os filhos uma vida menos sofrida do que a que eles tiveram. Hoje têm uma boa vida ali, mas não têm segurança que isso vai continuar. Sendo assim, os próprios pais têm a concepção de que devem evitar o sofrimento dos filhos. Nessa perspectiva, muitas mães deixam seus companheiros ali no Vale e partem para a cidade garantir segurança e estudo para seus filhos para que, no futuro, não tenham que passar pelo que eles passaram. Com essa leitura social, fica evidente que as políticas públicas não estão sendo tão eficientes assim.

A Agricultura Familiar é, sem dúvida, a melhor saída para o agricultor familiar, para os Governos Federal, Estadual, Municipal, para o povo brasileiro que depende desse alimento, para o equilíbrio sócio/econômico/cultural/ambiental, ou seja, um norteador de equilíbrio social. Todavia, que não é evidente, é que se não for considerado, discutido e tratado com o máximo de cuidado, agora; poderá se tornar um problema irreversível no futuro.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992, 275 p.

AGRA, Nadine Gualberto; SANTOS, Robério Ferreira dos. **Agricultura Brasileira: Situação Atual e Perspectivas de Desenvolvimento**. Disponível em <http://www.gpublic.info/sites/default/files/biblioteca/denru_agribrasil.pdf>. Consulta realizada em 19/10/2016.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba-RS: Agropecuária, 2002, 592 p.

ALVES, Rafael. **Excesso de cálcio pode causar ataques cardíacos**. Publicado em 02/08/2010. Disponível em: <<http://hypescience.com/excesso-de-calcio-pode-causar-ataques-cardiacos/>>. Consulta realizada em 19/05/2017.

AUGUSTO, Hélder dos Anjos. **O papel da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais na migração interestadual**. Disponível em: <[file:///C:/Users/user/Downloads/1698-4967-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/1698-4967-1-PB%20(1).pdf)>. Consulta realizada em 12/01/2017

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1999. 203p.

ALMANAQUE BRASIL SOCIOAMBIENTAL. **Brasil Socioambiental: Desenvolvimento, sim; de qualquer jeito, não**. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/10297.pdf>>. Consulta realizada em 12/04/2017.

ALVES, Rubem. Sobre vacas, bernes e política. In: **Folha de São Paulo/ Cotidiano**, 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3005200602.htm>>. Consulta realizada em 12/11/2016.

ARRUDA, Jerusia. Coluna da Jerusia Arruda – Direto de Brasília. Norte de Minas no Semiárido. **Jornal de Montes Claros**. 31/03/2017. Disponível em: <<https://jornalmontesclaros.com.br/2017/03/31/coluna-da-jerusia-arruda-direto-de-brasilia-106/>>. Consulta realizada em 22/04/2017.

ASCOM/MDS, 2012. **PAA: Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!** Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_17_10_21_02_cartilha_p.pdf> Consulta realizada 22/09/2016.

BASTOS, Suzana Quinet de Andrade; GOMES; Jéssica Eluar. **Dinâmica da Agricultura no Estado de Minas Gerais Análise Estrutural-Diferencial para o Período 1994-2008**. Ruris | Volume 5, Número 2 | Setembro 2011. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewFile/1463/980>>. Consulta realizada 22/03/2017.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BORGES, Franco Andrei. **A Inserção De Novos Sujeitos No Espaço Agrário Do Triângulo Mineiro: Os Ciganos Do Assentamento “Paulo Faria”** - Uberlândia – MG. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelloti. Uberlândia, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil**. Ruris, Vol. I, Nº1. 2007, p. 37-64. CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007, 24p.

BRASIL. **Informação sobre Produção e Agricultores Familiares**. Disponível em: <<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/informacao-sobre-producao-e-agricultores-e-essencial-para-planejar-e-desenvolver-a-atividade-na-rmbh/>>. Consulta realizada em em 19/01/2017

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária — vols. 28 nos 1,2 3 e 29, no1 — Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

BRASIL. **Lei nº 601**, de 18 de Setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm >. Consulta realizada em 25/10/2016.

_____. **Lei 4.595**, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm>. Consulta realizada em 19/02/2017.

_____. **Decreto nº 91.766**, DE 10 DE OUTUBRO DE 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91766-10-outubro-1985-441738-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Consulta realizada em 13/01/2017.

_____. **Lei 4.504**, de 30 de Novembro, de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Relatório institucional** . Brasília: MDA; SAF; PRONAF, 2002.

_____. **Participação da Agricultura familiar no Desenvolvimento Local Sustentável**. Brasília, SDR/MA, 1998.

_____. **Globalização, Mercados e a Situação da Agricultura Familiar no Brasil** (capítulo de livro). In Mota, D. et al Agricultura Familiar, Desafios para a Sustentabilidade. Aracaju: EMBRAPA/SDR, (1998).

_____. MAPA, Ministério da Agricultura. **Estatística, 2014**. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas>>. Consulta realizada em 19/10/2016.

BRITO, Adolfo. **Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em < <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Consulta realizada 12/11/2016.

CAETANO, Érika de Cássia Oliveira. **No Calor do Inferno: Trabalho e Trabalhadores das Carvoarias no Entorno da Cidade De Curvelo/MG**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Gestão de Cidades, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Orientadora: Profª. Drª. Magda de Almeida Neves. Belo Horizonte 2008. Disponível

em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_CaetanoECO_1.pdf>. Consulta realizada 12/04/2017.

CAMPOS, Alessandra Bernardes Faria. **“Conquista de Terras em Conjunto”: Caminho(s) e Limites Para o Desenvolvimento Como Liberdade Viçosa – MG.** UFV. Viçosa, 2006. Disponível em: <<http://locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/4141/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Consulta realizada em 13/04/2017

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. **Conquista de terras em conjunto: redes sociais e de confiança – experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga-MG.** Viçosa: UFV, 2006. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4584024J9>>. Consulta realizada 03/05/2017.

CANO, Wilson. **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento.** Revista de Economia. Política. Vol. 35; n.º.3, São Paulo. July/Sept. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v35n03a04>>. Consulta realizada 12/01/2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Aspectos Históricos e Conceituais da Multifuncionalidade da Agricultura. **XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA,** São Paulo, 2009, pp. 1-16. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2015/03/aspectos_hist%C3%B3ricos_e_conceituais_da_multifuncionalidade_-da_agricultura.pdf>. Consulta realizada em 19/03/2017.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio. (Orgs.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro : MAUAD, 2003. 230p.

CASTRO, José Flávio Moraes; SOARES, Thiago Leonardo. Análise das Potencialidades Socioeconômicas da Zona da Mata de Minas Gerais (1991 - 2000): Uma Proposta Metodológica. **I Encontro de Pesquisadores da História da Zona da Mata Mineira.** Disponível em: <http://www1.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20140508115021.pdf>. Consulta realizada em 22/04/2017.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L.F.C.; MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (org.). **Mundo rural e tempo presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 325- 344. CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: Cadernos do CEAM. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate. Brasília: ano V, n. 17, p. 43-58, fev. 2005.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835).** Dissertação (mestrado). Orientador: Ralfo Edmundo da Silva Matos. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, UFMG, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-7CUF2D>>. Consulta realizada em 16/04/2017

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (Org.). **Agricultura familiar : multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CLEPS JUNIOR, João et al. **A dinâmica da luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: avaliação do período de 2001 a 2005**. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/5.pdf>>. Consulta realizada em 15/02/2017

COELHO, Marcos de Amorim. **Geografia do Brasil**. 3ª Ed.. Moderna, São Paulo, 1990.

CONSEA. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**. Realização - Indicadores e Monitoramento - da Constituição de 1988 aos dias atuais 2010. Disponível em: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/a-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-no-brasil-1/relatorio-consea.pdf> >. Consulta realizada em 26/09/2016.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Agricultores familiares do norte de Minas Gerais serão beneficiados com kits de irrigação**. <<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2007/agricultores-familiares-do-norte-de-minas-gerais-serao-beneficiados-com-kits-de-irrigacao/>>. Consulta realizada em: 25/04/2017.

COSTA, Dayane Stephanie Maia; RUAS, Kethlin Freire; PEREIRA, Anete Marília. As Potencialidades da Região Semiárida do Norte de Minas Gerais: Análise do Centro de Estudos de Convivência com o Semiárido. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças**. ENG 2010, Porto Alegre. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/download(529).PDF>. Consulta realizada em 26/04/2017.

COUTINHO, Leopoldo Magno. O bioma do cerrado. In: Klein, A. L. (Org.). **Eugen Warming e o cerrado brasileiro: um século depois**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DELGADO, Guilherme Costa. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DEL PRIORE, Mary e VENANCIO, Renato. **Uma breve História do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

EMATER-MG. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural / MG. **Parceria entre Emater-MG e Embrapa Viabiliza Doação de Equipamentos para Beneficiários do Programa Brasil Sem Miséria**. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite_pagina_interna&id=20417>. Consulta realizada em 22/04/2017.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FERREIRA, Rômulo Gama; ORTEGA, Antonio César. **Progresso Técnico e Agricultura Familiar - Impactos Sobre a Ocupação e a Migração Rural-Urbana nas Microrregiões de**

Patos de Minas e Patrocínio. 2015. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A034.PDF>>. Consulta realizada em 27/04/2017.

FERREIRA, Rômulo Gama. **Progresso Técnico e Agricultura Familiar - Impactos Sobre a Ocupação e a Migração Rural-Urbana.** Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/5000472>>. Consulta realizada em 26/04/2017.

FIEMG, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. **Regional Zona da Mata Ocupa o 3º Lugar do Ranking Geral de Estabelecimentos Industriais do Estado.** 2015 Disponível em: < <http://pcir.fiemg.com.br/regionais/detalhe/zona-da-mata>>. Consulta realizada em 02/05/2017.

FLORES, Murilo. Assistência técnica e agricultura familiar. In: LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque; WILKINSON, John. (org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq/Paralelo. 2002. p.347-360. GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico.** Brasília: INCRA/FAO, 199?. 65p.

FONSECA, Ana Ivania Alves et al. A Feira e o Mercado: Laços de Sociabilidade e Alternativas de Renda para Agricultores familiares em Bocaiúva/MG. In: **Estudos Agrários Conceitos e Práticas.** FERREIRA, D. A. O; FERREIRA, E. R. (orgs). Rio Claro, IGCE/UNESP – Pós-graduação em Geografia, 2009.

FONSECA, Ana Ivania Alves. **Agricultura Familiar Como Sustentabilidade: Estudo De Caso Do Planalto Rural De Montes Claros/MG.** Tese (doutorado) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Rio Claro-MG, 2012.

FRANÇA, Caio Galvão de. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil.** Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuario.pdf>>. Consulta realizada em 26/11/016.

GAZIER, Bernard. **A Crise de 1929.** Trad. Julia da Rosa Simões. Coleção L & PM Pocket. Porto Alegre, 2009.

GEPAF: Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar. **Atualização do plano de desenvolvimento territorial rural sustentável: território da cidadania Vale do Mucuri-MG /** Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-reitoria de Extensão. Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar. – Teófilo Otoni: UFVJM, 2010. 120 p.; il. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio099.pdf>. Consulta realizada em 19/02/2017.

GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova Economia,** Belo horizonte. pp. 43-81 (maio de 1997). Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>. Consulta realizada em 08/04/2017.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** vol.52 supl.1; Brasília, 2014. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007>.
Consulta realizada em 06/03/2017.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** (Orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; SILVA, José Graziano da. **Novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agronômico do Paraná. Vol. 1, 2002, 53 p. INCRA/FAO. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília: INCRA/FAO, 2000. INCRA/FAO. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

GUANZIROLI, Carlos E. **Pronaf Dez Anos Depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007 – Impressa em abril 2007.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão: Veredas**. Ed. Nova Aguilar, 1994.

HESS, Sônia. **Riscos à Saúde do Trabalhador, na Produção de Carvão Vegetal em Carvoarias, no Brasil**. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/arquivos/1357514940.pdf>>. Consulta realizada em 016/01/2017.

_____. **Censo confirma: agricultura familiar produz mais em menor área. 2009**. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/censo-confirma-agricultura-familiar-produz-mais-em-menor-area> >. Consulta realizada em 22/03/2017.

_____. **Classificação dos imóveis rurais, 2013**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Consulta realizada em 19/05/2017.

IBGE, **Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar: Primeiros resultados** – Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Pesquisas agropecuárias. Série Relatórios Metodológicos**, v. 6, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Consulta realizada em 10/03/2017.

INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar. O Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA, fevereiro de 2000.

IRFFI, Guilherme Diniz. **Semiárido brasileiro e políticas regionais: o caso do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**. Relatório de Pesquisa. IPEA Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3789823/8.+Semi%C3%A1rido+brasileiro+e+pol%C3%ADticas+regionais+-+o+caso+do+Fundo+Constitucional+de+Financiamento+do+Nordeste.pdf/304cbfd2-cf83-45e1-9a30-e091d9f97340> >. Consulta realizada em 18/05/2017.

JORNAL DE MONTES CLAROS. Disponível em <<https://jornalmontesclaros.com.br/2017/05/19/mg-parceria-entre-anater-e-embrapa-vai-beneficiar-assentamentos-do-noroeste-de-minas/>>. Consulta realizada em 22/05/2017.

JORNAL HOJE EM DIA. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos de Minas Gerais**. 14/08/2016. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/mais/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-de-minas-gerais-1.406223>>. Consulta realizada em 23/03/2017.

KWITKO, Evanda Evani Buret; DIAZ, William. **Manual do Assessor de microcrédito rural**. Recife: Sociedade Alemã de Cooperação Técnica–GTZ, 2005.

LAMARCHE, Eughes. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1997. 2.ed.

LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra (org.). Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade. Recife: Bagaço, 2006. p.57-81.

LEHFELD, Lucas de Souza; CARVALHO, Nathan Castelo Branco de; BALBIM, Leonardo Ispier Nassif. **Código Florestal comentado e anotado**: artigo por artigo. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2013.

MANSUR, Alexandre. A Área da Agricultura Quase Triplicou no Cerrado em 17 Anos. Blog do Planeta, **Revista Época**. 14/05/2017. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/05/area-de-agricultura-quase-triplicou-no-cerrado-em-17-anos.html>>. Consulta realizada em 02/06/2017.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Exportação do café acumula U\$ 5,98 bilhões em 2014**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Consulta realizada em 25/03/2017.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar**. 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf>. Consulta realizada em 05/06/2017.

_____. **PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Consulta realizada em 03/04/2017.

MEC. Ministério da Educação. **Agropecuária/MG**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/agropec_mg.pdf>. Consulta realizada em 03/05/2017.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas. **Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais**. 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/Perfil%20da%20Agricultura%20Familiar%20v2.pdf>>. Consulta realizada em 06/03/2017.

_____. **Agricultura Familiar movimenta R\$ 2,8 bilhões em crédito rural em MG**. 2015. Disponível em: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/agricultura-familiar-movimenta-r-28-bilhoes-em-credito-rural-em-mg>>. Consulta realizada em 19/04/2017.

MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, abr. 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/2061-8496-1-PB.pdf>. Consulta realizada em 02/03/2017.

MATOS, I. M.; OLIVEIRA, L. G. L.; RAMOS, R. R.; COSTA, F. J. da. Importância percebida e intenções de envolvimento com a gestão social e ambiental: uma análise comparativa junto a estudantes de cursos de administração. *In Colóquio Internacional sobre Poder Local*, 11, 2009, Salvador. **Anais...**, Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD ROM.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A Modernização Da Agricultura No Brasil e os Novos Usos. **Geo UERJ** - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011 p. 290-322 - ISSN 1981-9021. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj> >. Consulta realizada em 13/09/2016.

MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília: MDA, 2006.

MAZOYER, Marcel; ROUDAR, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MÉSZÁROS, ISTVÁN. **A Montanha que Devemos Conquistar**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

MORAIS, José Flávio Castro; SOARES, Thiago Leonardo. I Encontro De **Pesquisadores Da História Da Zona Da Mata Mineira**. 1ª Análise das Potencialidades Socioeconômicas da Zona da Mata de Minas Gerais (1991 - 2000): uma proposta metodológica. Disponível em: <http://www1.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20140508115021.pdf>. Consulta realizada em 13/04/2017.

MÜLLER, Ana Luiza; SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo K. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Trabalho apresentado no GT de políticas públicas do 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 2007.

MUSSOI, Eros Morion. Agricultura familiar, extensão rural e a nova política nacional de assistência técnica e extensão rural. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006. p.99- 106.

OLALDE, Alicia Ruiz. **Agricultura Familiar E Desenvolvimento Sustentável**. s/d. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>>. Consulta realizada em 15/05/2017.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos Imigrantes**, 2ª Ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 2002.

OLIVEIRA, F. A. B. **Análise da contribuição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para a sustentabilidade do assentamento Lagoa da Serra**, Caucaia – CE. Fortaleza, 2004. 120 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará.

OLIVEIRA, José Gilson Carvalho de. **Análise da agricultura familiar e do PRONAF no Norte de Minas Gerais**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2012.

ORTEGA, Antonio César. Sete Estudos sobre a Agricultura Familiar do Vale do Jequitinhonha. Eduardo Magalhães Ribeiro (Org.). Porto Alegre: UFRGS, 2013. Resenha. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia (MG), 28 (1), p. 95-98, Jul./Dez. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/viewFile/25040/14431> >. Consulta realizada 19/05/2017.

OTNM. Observatório do Norte de Minas Gerais. Banco de Dados do Observatório do Trabalho do Norte De Minas. **Boletim mesorregião Norte de minas 2014**. Disponível em: <<https://observatoriodotrabalhonortedeminas.wordpress.com/>>. Consulta realizada em 25/05/2017.

PAULA, Laura de. **Cerrado é campeão em produtividade na agricultura**. 11 de setembro de 2013. Disponível em: < <http://revistasafra.com.br/cerrado-e-campeao-em-produtividade-na-agricultura/> >. Consulta realizada em 16/04/2017.

PEIXOTO, Sérgio Elísio: **Histórico da agricultura familiar no Brasil**, *Revista Bahia Agrícola*, v.2. 1998. SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. Cadernos do CEAM, “Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate”. Brasília, ano V, n. 17, p. 23-42, fev. 2005. SILVA, José Graziano da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1996.

PEREIRA, Anete Marília. ALMEIDA, Maria Ivete Soares (org.). **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros – MG. Editora Unimontes, 2004.

PEREIRA, Viviane Santos; SILVA, Andre Wagner Barata. Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: o caso de São Thomé das Letras. SOBER 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009. Disponível em < <http://www.sober.org.br/palestra/13/751.pdf>>. Consulta realizada em 19/10/2016.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PINTO, Hilton Silveira. **Diretrizes para uma Economia Verde no Brasil: Avanços Tecnológicos para a Agricultura Familiar**. Coleção de Estudos sobre Diretrizes para uma

Economia Verde no Brasil. Disponível em < Www.Fbds.Org.Br >. Consulta realizada em 05/05/2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26ª edição, Editora Brasiliense. São Paulo, 1981.

PORTAL BRASIL. Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. Publicado: 24/07/2015 00h00. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Consulta realizada em 19/04/2017.

REMY, Maria Alice Pestana de Aguiar. **Gastos das Famílias em Educação nos Anos 2000: Tempos de Bonança?**. Carta Social e do Trabalho, v. 1, p. 17-22, 2009.

REIFSCHNEIDER, Francisco José Becker. **Novos ângulos da história da agricultura no Brasil** / Francisco José Becker Reifschneider, Gilmar Paulo Henz, Carlos Francisco Ragassi, Uander Gonçalves dos Anjos e Rodrigo Montalvão Ferraz. – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2010.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães et al. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **Revista de Economia Social Rural**, vol.45, nº.4, Brasília Out./Dec. 2007. Print version ISSN 0103-2003 On-line version ISSN 1806-9479 <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032007000400012>.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães et al; **Programas Sociais, Mudanças e Condições de Vida na Agricultura Familiar do Vale do Jequitinhonha Mineiro**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Nº 02, p. 365-386, Abr/Jun 2014 – Impressa em Agosto de 2014. Disponível em : <https://www.researchgate.net/publication/273667527_Programas_sociais_mudancas_e_condicoes_de_vida_na_agricultura_familiar_do_Vale_do_Jequitinhonha_Mineiro>. Consulta realizada em 13/02/2017.

RIZZINI, C. T. (1976). **Tratado de Fitogeografia do Brasil**. São Paulo, v.1. Hucitec/ Edusp. 327 p.

RUELLAN, F. 1944. **O trabalho de campo nas pesquisas originais de Geografia regional**. RBG VI (1): 35-45.

SANTOS, Cícero Félix; SCHISTEK, Haroldo; OBERHOFER, Maria. **No Semiárido, viver é Aprender a Conviver Conhecendo o Semi-árido em busca da convivência**. Nov, 2007. Disponível em: < <http://www.irpaa.org/publicacoes/cartilhas/no-semiarido-viver-e-aprender-a-conviver.pdf> >. Consulta realizada em 19/06/2017.

SANTOS, Helenice Cristina, LEITE, Romana de Fátima Cordeiro (org.). **Norte de Minas múltiplos olhares sobre a ocupação do Cerrado**. Montes Claros: Unimontes, 2010.

SANTOS, Jaqueline Freitas dos; FARIAS, Klécia Gonçalves de Paiva. **Agricultura Familiar Como Forma De Produção Rural Para Abastecimento De Grandes Centros Urbanos** – Universidade Federal de Minas Gerais. ISBN: 978-85-99907-05-4 I Simpósio Mineiro de Geografia – Alfenas 26 a 30 de maio de 2014. Disponível em: <<http://www.unifal->

mg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Jaqueline%20Freitas%20dos%20Santos.pdf>.
Consulta realizada em 13/02/2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único a consciência universal**. 6ª Ed., Editora Record: Rio de Janeiro/ São Paulo, 2001

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. SILVA, E. R. A. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: relatório técnico das ações desenvolvidas no período 1995-1998.

_____. Desenvolvimento Rural Regional e articulações extra-regionais. In: Anais do I Fórum Internacional: Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza-CE, 16 a 19 de novembro 2003.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.) **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 21-49.

SCHNEIDER, Sérgio; WAQUIL, Paulo Dabdab. Desenvolvimento agrário e desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: uma caracterização socioeconômica a partir dos municípios. In: VERDUM et al.. **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SILVA, Arnaldo. IDH Regiões de Minas. **Conheça o IDH dos 853 Municípios Mineiros**. Veja a posição de sua cidade no ranking oficial da ONU. Disponível em: <<http://www.conhecaminas.com/2016/10/conheca-as-15-melhores-cidades-de-minas.html>>.

SILVA, José Graziano. **O Que é Questão Agrária**. São Paulo-SP. Editora Brasiliense, 1981 (4ª edição).

_____. **O Novo Rural Brasileiro**. 2ª Ed. Campinas, IE/UNICAMP, 1999.

_____. **A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. RJ: Zahar, 1981. (Coleção Agricultura e Sociedade).

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1996.

_____. “Urbanização e pobreza no campo”, in Pedro Ramos e Bastiaan Philip Reydon (Orgs.), **Agropecuária, situação atual e perspectivas**. Campinas-SP, 1995.

_____. Fome Zero: A experiência brasileira. Mauro Eduardo Del; Caio Galvão de França (Orgs.); – Brasília: MDA, 2010. 360p.

SISTEMA FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. **Perspectivas de Desenvolvimento para a Zona 2015 da Mata Mineira**. Superintendência de Desenvolvimento Industrial Sistema FIEMG Gerência de Projetos Coletivos para Indústria. Disponível em:
<http://www7.fiemg.com.br/Cms_Data/Contents/central/Media/Documentos/Biblioteca/PDFs>

/Institucional/2017/2015-02-19_Caderno-Zona-da-Mata-Final.pdf>. Consulta realizada em 19/02/2017

TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira; RUTKOWSKI, Emília Wanda (Org.). **Mudanças climáticas e mudanças socioambientais globais: reflexões sobre alternativas de futuro**. Brasília: UNESCO, IBECC, 2008.

TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. **Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?**. Rev. Sociol Polit. vol.24 no. 58 Curitiba, 2016.

TONNEAU, Jean-Philippe; AQUINO, Joacir Rufino; TEIXEIRA, Olívio Alberto. Modernização da Agricultura Familiar e Exclusão Social: o Dilema das Políticas Agrícolas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 67-82, jan./abr. 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/8688-28935-1-PB.pdf>. Consulta realizada 23/04/2017.

TOSCANO, Luiz Fernando. **Agricultura familiar e seu grande desafio**. **Diário de Votuporanga**, Ano 50, nº 12.769, 09 de Outubro de 2003, p. 02. Disponível em: <http://www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm>.- Acesso em 30 de maio de 2007.

VEIGA, J. O Brasil precisa de um Projeto. In: Anais do 36 **Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Poços de Caldas, Minas Gerais, 10 a 14 de agosto de 1998.

WANDERLEY, Maria De Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.

_____. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social e pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEXEIRA, O. (orgs.) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, p. 41-52.

_____. Um saber Necessário: os estudos rurais no Brasil. Editora da Unicamp, Campinas-SP, 2011.

ANEXO A

A área de atuação da SUDENE nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, segundo a Lei Complementar 125, de 03/01/2007.

Minas Gerais - MG

01	Águas Formosas	57	Grão Mogol	113	Ouro Verde de Minas
02	Águas Vermelhas	58	Guaraciama	114	Padre Carvalho
03	Almenara	59	Ibiaí	115	Padre Paraíso
04	Angelândia	60	Ibiracatu	116	Pai Pedro
05	Araçuaí	61	Icarai de Minas	117	Palmópolis
06	Aricanduva	62	Indaiabira	118	Patis
07	Arinos	63	Itacambira	119	Pavão
08	Ataléia	64	Itacarambi	120	Pedra Azul
09	Bandeira	65	Itaipé	121	Pedras de Maria da Cruz
10	Berilo	66	Itamarandiba	122	Pescador
11	Berizal	67	Itambacuri	123	Pintópolis
12	Bertópolis	68	Itaobim	124	Pirapora
13	Bocaiúva	69	Itinga	125	Ponto Chique
14	Bonito de Minas	70	Jacinto	126	Ponto dos Volantes
15	Botumirim	71	Jaíba	127	Porteirinha
16	Brasília de Minas	72	Janaúba	128	Poté
17	Buritzeiro	73	Januária	129	Riachinho
18	Cachoeira de Pajeú	74	Japonvar	130	Riacho dos Machados
19	Campanário	75	Jenipapo de Minas	131	Rio do Prado
20	Campo Azul	76	Jequitai	132	Rio Pardo de Minas
21	Capelinha	77	Jequitinhonha	133	Rio Vermelho
22	Capitão Enéas	78	Joáima	134	Rubelita
23	Carai	79	Jordânia	135	Rubim
24	Carbonita	80	José Gonçalves de Minas	136	Salinas
25	Carlos Chagas	81	Josenópolis	137	Salto da Divisa
26	Cabuji	82	Juramento	138	Santa Cruz de Salinas
27	Cabuti	83	Juvenília	139	Santa Fé de Minas
28	Chapada do Norte	84	Ladainha	140	Santa Helena de Minas
29	Chapada Gaúcha	85	Lagoa dos Patos	141	Santa Maria do Salto
30	Claro dos Poções	86	Lassance	142	Santo Antônio do Jacinto
31	Comercinho	87	Leme do Prado	143	Santo Antônio do Retiro
32	Cônego Marinho	88	Lontra	144	São Francisco
33	Coração de Jesus	89	Luislândia	145	São Gonçalo do Rio Preto
34	Coronel Murta	90	Machacalis	146	São João da Lagoa
35	Couto de Magalhães de Minas	91	Malacacheta	147	São João da Ponte
36	Crisólita	92	Mamonas	148	São João das Missões
37	Cristália	93	Manga	149	São João do Pacuí
38	Curral de Dentro	94	Mata Verde	150	São João do Paraíso
39	Datas	95	Matias Cardoso	151	São Romão
40	Diamantina	96	Mato Verde	152	Senador Modestino Gonçalves
41	Divisa Alegre	97	Medina	153	Serra dos Aimorés
42	Divisópolis	98	Minas Novas	154	Serranópolis de Minas
43	Engenheiro Navarro	99	Mirabela	155	Serro
44	Espinosa	100	Miravânia	156	Setubinha
45	Felício dos Santos	101	Montalvânia	157	Taiobeiras
46	Felisburgo	102	Monte Azul	158	Teófilo Otoni
47	Formoso	103	Monte Formoso	159	Turmalina
48	Francisco Badaró	104	Montes Claros	160	Ubai
49	Francisco Dumont	105	Montezuma	161	Umburatiba
50	Francisco Sá	106	Nanuque	162	Uruçuaia
51	Franciscópolis	107	Ninheira	163	Vargem Grande do Rio Pardo
52	Frei Gaspar	108	Nova Porteirinha	164	Várzea da Palma
53	Fronteira dos Vales	109	Novo Cruzeiro	165	Varzelândia
54	Fruita de Leite	110	Novo Oriente de Minas	166	Verdelândia
55	Gameleiras	111	Novorizonte	167	Veredinha
56	Glaucilândia	112	Olhos-d'Água	168	Virgem da Lapa

ANEXO B

 EMATER-MG Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
RELATÓRIO AGROCLIMATOLÓGICO
Unidade Regional : SÃO FRANCISCO-MG
Escritório Local : PONTO CHIQUE-MG
Mês : JANEIRO
Ano agrícola : 2016-2017
 Célia Cristina de Moraes Especialista Agropecuária II CREA-MG/19.186/D - Matr.: 18.535-8 EMATER-MG

ANEXO D

3.2). REBANHO BOVINO

3.2.1). Composição do Rebanho Bovino no Município (nº cab) :

3.2.2). Mortalidade de animais em função de seca/estiagem (nº cab) :

3.2.3). Índice de Mortalidade do rebanho bovino (%) :

3.2.4). Preço praticado (R\$ / @) :

3.2.5). Composição do rebanho de corte (%) :

3.3). PRODUÇÃO DE LEITE

3.3.1). Produção (média) em condições de normalidade (litro/cab/dia) :

3.3.2). Produção atual (litro/cab/dia) :

3.3.3). Índice de Redução (%) :

3.3.4). Preço praticado na região (R\$/litro) :

3.3.5). Período médio de Lactação (dias) :

3.3.6). Preço Econômico - Volume de Leite (mil litros) :

3.3.7). Preço Econômico em função da redução da produção leite (R\$ mil) :

3.4). PRODUÇÃO DE CARNE

3.4.1). Produção (média) em condições de normalidade (@/cab/ano) :

3.4.2). Produção atual (@/cab/ano) :

3.4.3). Índice de Redução (%) :

3.4.4). Gáudio de Peso (t./ano) :

3.4.5). Perda de Peso (t./ano) :

3.4.6). Equivalência Perda de Peso em quant. cabeça (cab/ano) :

3.4.7). Preço Econômico em função da redução da produção carne (R\$ mil) :

Memorial de Cálculo

UA = Unidade Animal
UA = 450 kg (peso vivo) = 15 @

Memorial de Cálculo

RC = (RE - M) x BN (Cons. Reb. Corte)
RL = (RE - M) x RC
FL = RL x 50%
ML = FL x 75%
VL = ML + FN + PL + R
PE = VL x 1000 x RB

Memorial de Cálculo

GP = (RE - M) x PN x 15 / 1000
PP = GP x R + ((M x 15 @ x 15 kg) / 1000)
PE = ((PP x 1000) / 15 @) x 130,00 (R\$/@)

Memorial de Cálculo

GP = (RE - M) x PN x 15 / 1000
PP = GP x R + ((M x 15 @ x 15 kg) / 1000)
PE = ((PP x 1000) / 15 @) x 130,00 (R\$/@)

LEGENDA

UA = Unidade Animal
M = Mortalidade
RE = Rebanho Existente
RC = Rebanho Corte
RL = Rebanho Leiteiro
FL = Fêmeas Leiteiras
ML = Matrão Lactação
BN = Produção Normal
PE = Preço Econômico
PL = Período Lactação
RB = Preço
GP = Gáudio de Peso
PP = Perda de Peso
A = Redução
VL = Volume Leite

4). SITUAÇÃO HÍDRICA

4.1). ÁGUA SUPERFICIAL

4.1.1). Rio, Represa e/ou Intermitente: Existente (nº) Seco / Cortado (nº) Prejudicado (%)

4.1.2). Corregos : Existente (nº) Seco / Cortado (nº) Prejudicado (%)

4.1.3). Barragens / Tanques : Existente (nº) Seco / Cortado (nº) Prejudicado (%)

4.2). ÁGUA SUBTERRÂNEA

4.2.1). Poço Tubular em funcionamento : Existente (nº) Seco (nº) Prejudicado (%)

4.2.2). Poço Tubular sem instalação: Existente (nº) Prejudicado (nº) Prejudicado (%)

4.3). IRRIGAÇÃO

4.3.1). Área Irrigada : Existente (ha) Prejudicada (ha) Prejudicada (%)

5). ASPECTO SOCIAL

5.1). POPULAÇÃO

5.1.1). População do Município (nº) : Total : Urbana : Rural :

Carla Cristina de Oliveira
Carla Cristina de Oliveira
Estudante Agropecuária IF
CBA-MG 89.185/0 - Matr. 10.522-8
EMATER-MG

2022/2017 2/4

ANEXO E

5.2). ABASTECIMENTO DE ÁGUA

	Setor Urbano		Setor Rural
5.2.1). Situação Atual :	NORMAL	⇔	RACIONADA
5.2.2). População Prejudicada (nº) :	0	⇔	1500
5.2.3). Índice da população prejudicada (%) :	0,00	⇔	-15,85
5.2.4). Caminhão Pipa atendendo população :	0	⇔	1
5.2.5). Necessidade de Caminhão Pipa (nº) :	0	⇔	3
5.2.6). Déficit Caminhão Pipa p/ atendimento :	0	⇔	2

5.2). DESCRIÇÃO DO MOTIVO PELO QUAL A POPULAÇÃO ESTÁ PREJUDICADA:

Não saberia que as comunidades rurais possuem como predominância o abastecimento de água via poços tubulares, sendo estes, na sua grande maioria, fornecedores de água com elevados níveis de carbonatos de cálcio e sódio.
Na área urbana o abastecimento de água é fornecido pela COPASA.

5.3). MÉTODO ADOPTADO PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO PREJUDICADA:

Apenas atendimento com caminhão pipa para a população rural e encaminhamento de solicitação de ajuda para o município aos órgãos competentes da esfera estadual e federal.

5.4). ÊXODO RURAL ?

SIM

5.5). SOBRE O ÊXODO RURAL (comentários caso houver):

Trabalha temporariamente, no intuito de fortalecer a base econômica familiar, registra-se no município sede de agricultores para o trabalho em atividades diversas nos municípios.

6). OUTROS ASPECTOS

6.1). SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DECRETADA ?

NÃO

Nº Decreto

Data

6.2). ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECRETADA ?

NÃO

Nº Decreto

Data

7). SOBRE AS INFORMAÇÕES

Informante:
 Cargo/Função:
 Matrícula:
 Local e data:


 Cristina Leite Marques
 Especialista Agropecuária II
 CREA-MG 09.186/D - Rub: 10.525-8
 EMATER-MG

ANEXO F

PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA												
Unidade Regional : SÃO FRANCISCO-MG												
Escritório Local : PONTO CHIQUE-MG												
Ano Agrícola : 2016-2017												
Mês : JANEIRO												
MES	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
DIA												
01							8,0					
02												
03												
04						39,8						
05												
06												
07												
08												
09						9,8						
10					0,7							
11												
12					36,5	40,0	9,3					
13					17,3	26,7	19,6					
14												
15												
16					26,5	24,0	3,8					
17												
18					3,5							
19					63,0							
20												
21												
22												
23					17,5							
24				58,7								
25							8,5					
26												
27			23,6									
28												
29												
30												
31												
Total :	-	-	23,6	-	165,0	140,3	49,2	-	-	-	-	-

VOLUME em (mm)


 Celso Oliveira Leite Almeida
 Engenheiro Agrônomo
 ORA-MG 85.1810 - Matr. 10.523-4
 EMATER-MG

ANEXO G

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL

ÍNDICES BÁSICOS DE 2013

Relação Alfabética

SR 06 - MINAS GERAIS

UNIDADE GEOGRÁFICA		ZP	MOD. FISC. (ha)	ZTM IE 50/97	FMP (ha)	LIM. EST. (ha)	SITUAÇÃO CADASTRAL		SUPER. TERRIT. (km²)	ÁREAS ESPECIAIS	
CÓDIGO MUNICÍPIO	NOME DO MUNICÍPIO	MRG					IMÓVEIS	ÁREA (ha)			
3150539	PINGO-D'ÁGUA	040	2	20	A2-2	2	30	15	2.546,2	66,6	M, PA
3150570	PINTÓPOLIS	003	4	65	A3-3	3	45	682	104.915,0	1.228,7	S, PA
3150604	PIRACEMA	046	3	30	A3-3	3	45	1.431	21.959,0	280,3	
3150703	PIRAJUBA	021	2	30	A3-3	3	45	369	34.197,8	338,0	
3150802	PIRANGA	062	2	28	A3-3	3	45	2.214	43.423,6	658,8	
3150901	PIRANGUÇU	056	2	30	A2-2	2	30	905	19.676,6	203,6	
3151008	PIRANGUINHO	056	2	30	A2-2	2	30	748	12.180,9	124,8	
3151107	PIRAPETINGA	066	2	30	A2-2	2	30	470	17.273,6	190,7	
3151206	PIRAPORA	006	4	70	A3-3	3	45	260	54.942,4	549,5	S, PA
3151305	PIRAÚBA	064	2	30	A2-2	2	30	862	14.820,5	144,3	
3151404	PITANGUI	029	3	35	A2-2	2	30	989	55.513,3	569,6	
3151503	PIUMHI	042	3	35	A3-3	3	45	1.854	95.474,9	902,5	
3151602	PLANURA	021	2	30	A3-3	3	45	217	35.046,9	317,5	
3151701	POÇO FUNDO	049	2	30	A3-3	3	45	3.419	48.153,1	474,2	
3151800	POÇOS DE CALDAS	051	2	20	A2-2	2	30	838	44.288,9	547,3	
3151909	POCRANE	041	2	30	A3-3	3	45	1.469	64.906,1	691,1	
3152006	POMPÉU	024	3	40	A3-3	3	45	1.909	288.755,2	2.551,1	PA
3152105	PONTE NOVA	060	2	26	A3-3	3	45	1.250	47.467,5	470,6	
3152131	PONTO CHIQUE	007	4	50	A2-2	2	30	368	60.960,1	602,8	S
3152170	PONTO DOS VOLANTES	012	4	65	A3-3	3	45	561	65.553,4	1.212,4	
3152204	PORTEIRINHA	004	4	65	A3-3	3	45	4.579	204.293,3	1.749,7	S, PA
3152303	PORTO FIRME	062	2	28	A3-3	3	45	1.355	20.755,9	284,8	
3152402	POTÉ	015	3	40	A2-2	2	30	1.676	60.210,2	625,1	
3152501	POUSO ALEGRE	052	2	30	A2-2	2	30	3.652	51.909,7	543,1	
3152600	POUSO ALTO	054	2	30	A3-3	3	45	1.086	22.468,8	263,0	
3152709	PRADOS	058	2	22	A2-2	2	30	906	17.676,8	264,1	
3152808	PRATA	018	2	30	A2-2	2	30	2.989	547.245,6	4.847,5	PA
3152907	PRATÁPOLIS	047	3	26	A2-2	2	30	1.025	25.806,7	215,5	
3153004	PRATINHA	023	3	35	A2-2	2	30	864	65.759,1	622,5	
3153103	PRESIDENTE BERNARDES	062	2	28	A3-3	3	45	953	17.702,8	236,8	
3153202	PRESIDENTE JUSCELINO	025	3	40	A3-3	3	45	605	59.060,7	695,9	
3153301	PRESIDENTE KUBITSCHK	010	3	40	A3-3	3	45	37	5.873,3	189,2	
3153400	PRESIDENTE OLEGÁRIO	002	4	65	A3-3	3	45	3.359	391.395,4	3.503,8	PA
3153608	PRUDENTE DE MORAIS	027	1	7	A2-2	2	30	151	11.542,9	124,2	M
3153707	QUARTEL GERAL	026	3	40	A3-3	3	45	431	56.165,8	556,4	
3153806	QUELUZITA	034	2	20	A2-2	2	30	544	11.754,9	153,6	
3153905	RAPOSOS	030	1	7	A1-1	2	15	38	7.345,1	72,1	M
3154002	RAUL SOARES	060	2	26	A3-3	3	45	3.211	85.656,2	763,4	
3154101	RECREIO	066	2	30	A2-2	2	30	700	24.287,7	234,3	
3154150	REDUTO	061	2	24	A3-3	3	45	541	12.905,3	151,9	
3154200	RESENDE COSTA	058	2	30	A2-2	2	30	1.525	32.900,3	618,3	
3154309	RESPLENDOR	041	2	30	A3-3	3	45	1.272	103.979,8	1.081,8	PA

ANEXO H

PORTARIA Nº 328 - DETEN/MS DE 01 DEZEMBRO DE 1995

O Diretor Substituto do Departamento Técnico-Normativo - DETEN da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando:

- a necessidade de regulamentar a comercialização de águas adicionadas de sais, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Padrão de Identidade e Qualidade que se segue:

1 - ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Esta norma se aplica a águas adicionadas de sais.

2 - DEFINIÇÃO

Água adicionada de sais é o produto elaborado com água potável, adicionada de sais de uso permitido, podendo ser gaseificada com dióxido de carbono de padrão alimentício. No caso da água ser gaseificada, a pressão de dióxido de carbono não será inferior a 0,5 Atm (meia atmosfera) a 20°C.

3 - COMPOSIÇÃO E FATORES ESSENCIAIS DE QUALIDADE

A água usada para a elaboração do produto deverá atender ao padrão e as normas de potabilidade da água destinada ao consumo humano vigentes, no que diz respeito aos aspectos bacteriológicos, físico-químicos e organolépticos com a eliminação de resíduos de cloro eventualmente usados no processo de potabilização.

Os sais a serem adicionados poderão ser: bicarbonato de cálcio, bicarbonato de magnésio, bicarbonato de potássio, bicarbonato de sódio; carbonato de cálcio, carbonato de magnésio, carbonato de potássio, carbonato de sódio; cloreto de cálcio, cloreto de magnésio, cloreto de potássio, cloreto de sódio; sulfato de cálcio, sulfato de magnésio, sulfato de potássio, sulfato de sódio; citrato de cálcio, citrato de magnésio, citrato de potássio e citrato de sódio, grau alimentício.

Os níveis de cálcio, magnésio, potássio e sódio não deverão exceder, individualmente, a 5% do VDR (valor de Referência Diário) para estes íons, em cada porção de 200 ml, de acordo com a Tabela Federal Register, volume 58, nº 3, de 06 de janeiro de 1993, Washington D.C., USA, enquanto estes valores não forem determinados pelo Ministério da Saúde. Os limites máximos admitidos por 200 ml do produto são:

Cálcio: 50 mg
Magnésio: 20 mg
Potássio: 175 mg
Sódio: 175 mg (VRD não definido)

As águas adicionadas de sais devem ser preparadas, manipuladas, acondicionadas e conservadas conforme boas práticas de fabricação, atendendo aos requisitos da Portaria MS 1426/93.

4 - ADITIVOS INTENCIONAIS

Além dos sais mencionados e do gás carbônico não será permitida a adição de qualquer aditivo ao produto de que trata esta norma.

5 - ADITIVOS INCIDENTAIS

A presença de aditivos incidentais deverá atender aos requisitos para água potável, conforme a legislação vigente.

6 - HIGIENE

A água adicionada de sais deverá cumprir com os requisitos microbiológicos para água mineral, de acordo com a legislação vigente.

7 - PESOS E MEDIDAS

Deverá ser obedecida a legislação federal especificada em vigor.

8 - ROTULAGEM

Além dos dizeres previstos para alimentos em geral, a água adicionada de sais deverá também incluir em seu rótulo:

8.1- a expressão "água adicionada de sais" em caráter visíveis.

8.2- a relação dos constituintes adicionados, discriminadamente, em ordem decrescente de concentração em mg/l (miligramas por litros) ou "contém (citar sais adicionados)".

8.3- a expressão "não gaseificada" ou "gaseificada", conforme seja o caso.

8.4- não será permitido designar-se as águas adicionadas de sais em função da sua composição em sais.

8.5- é proibido o uso da denominação "água mineral" e seus derivados, como "água mineralizada" para designar as águas adicionadas de sais, bem como atribuir-lhes qualquer indicação relacionada a propriedades terapêuticas.

8.6- é proibida a referência a fontes ou localidades onde se exploram ou foram exploradas águas minerais, bem como, qualquer indicação relacionada a propriedades terapêuticas.

8.7- é proibido o uso de dizeres de rotulagem que gere qualquer semelhança com os dizeres correspondentes à identidades das águas minerais comercializadas.

9 - MÉTODO DE ANÁLISE E AMOSTRAGEM

Para verificação da qualidade da água, serão adotados os métodos descritos no "Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater", APHA, AWWA, WEF, última edição. A amostragem deverá obedecer as disposições legais em vigor para alimentos.

10 - EMBALAGENS

As embalagens destinadas ao acondicionamento da água adicionada de sais deverão atender os dispostos na legislação vigente no que se refere a garrafas plásticas e/ou de vidro e outras, submetidas à aprovação pelo Ministério da Saúde.

11 - REGISTRO

A documentação exigida por disposições regulamentares para fins de registro de alimentos, além de documentos que identifiquem e autorizem a utilização da água sem conseqüências para o abastecimento público local de fabricação e/ou em cumprimento aos dispositivos legais que visam a proteção dos recursos hídricos, serão encaminhados ao órgão competente do Ministério da Saúde pela empresa interessada.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SILVEIRA ATAÍDE
Publicada D.O.U. - Seção I - 05.12.95